

# Cinema e Feminismo

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger  
Sophie Dall'Olmo  
Camila Belinaso  
(Orgs.)

Interpretações críticas  
sobre o papel social da mulher



O livro possui nove capítulos, autônomos, que abordam filmes e/ou documentários desde uma perspectiva feminista, pontuando o que na maioria das vezes não se vê ou não se pretende enxergar. Durante meses, pensamos sobre filmes e documentários que assistiríamos e a partir dos quais seria possível lançarmos uma crítica feminista à situação da mulher em nossa sociedade patriarcal, racista e capitalista. Recomendamos que, antes da leitura de cada capítulo, a leitora ou o leitor assistam ao filme ou ao documentário respectivo, pois, inevitavelmente, os trabalhos abordam aspectos essenciais do enredo. O objetivo desta obra é possibilitar a reflexão das formas em que as mulheres estão representadas no cinema, com o intuito que tal análise permita a desconstrução de um só saber. Desejamos uma boa leitura a todas e todos.



editora .org



# **Cinema e Feminismo**



# Filosofia & Interdisciplinaridade

Comitê Editorial

- **Agnaldo Cuoco Portugal**, UNB, Brasil
- **Alexandre Franco Sá**, Universidade de Coimbra, Portugal
- **Christian Iber**, Alemanha
- **Claudio Gonçalves de Almeida**, PUCRS, Brasil
- **Cleide Calgato**, UCS, Brasil
- **Danilo Marcondes Souza Filho**, PUCRJ, Brasil
- **Danilo Vaz C. R. M. Costa**, UNICAP/PE, Brasil
- **Delamar José Volpato Dutra**, UFSC, Brasil
- **Draiton Gonzaga de Souza**, PUCRS, Brasil
- **Eduardo Luft**, PUCRS, Brasil
- **Ernilo Jacob Stein**, PUCRS, Brasil
- **Felipe de Matos Muller**, UFSC, Brasil
- **Jean-François Kervégan**, Université Paris I, França
- **João F. Hobuss**, UFPEL, Brasil
- **José Pinheiro Pertille**, UFRGS, Brasil
- **Karl Heinz Efken**, UNICAP/PE, Brasil
- **Konrad Utz**, UFC, Brasil
- **Lauro Valentim Stoll Nardi**, UFRGS, Brasil
- **Marcia Andrea Böhning**, PUCRS, Brasil
- **Michael Quante**, Westfälische Wilhelms-Universität, Alemanha
- **Miguel Giusti**, PUCP, Peru
- **Norman Roland Madarasz**, PUCRS, Brasil
- **Nythamar H. F. de Oliveira Jr.**, PUCRS, Brasil
- **Reynner Franco**, Universidade de Salamanca, Espanha
- **Ricardo Timm de Souza**, PUCRS, Brasil
- **Robert Brandom**, University of Pittsburgh, EUA
- **Roberto Hofmeister Pich**, PUCRS, Brasil
- **Tarcílio Gotta**, UNIOESTE, Brasil
- **Thadeu Weber**, PUCRS, Brasil

# Cinema e Feminismo

Interpretações críticas sobre o papel social da mulher

**Organizadores:**

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger

Sophie Dall’Olmo

Camila Belinaso



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

**Imagem da capa:** Frente: Nina Simone (Getty Images) | Verso: Pôster de divulgação do filme 'Mother!'

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Filosofia e Interdisciplinaridade — 101

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; DALL'OLMO, Sophie; BELINASO, Camila (Orgs.)

Cinema e Feminismo: interpretações críticas sobre o papel social da mulher [recurso eletrônico] / Raquel Fabiana Lopes Sparemberger; Sophie Dall'Olmo; Camila Belinaso (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

177 p.

ISBN - 978-85-5696-498-4

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Filosofia; 2. Feminismo; 3. Cinema; 4. Sociedade; 5. Ensaios; I. Título II. Série

CDD: 100

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	<b>9</b>
Raquel Fabiana Lopes Sparemberger	
<b>Introdução</b> .....	<b>13</b>
Camila Belinaso; Sophie Dall’Olmo	
<b>1</b> .....	<b>19</b>
<b>Os enfrentamentos de Nina Simone: reflexões a partir da perspectiva descolonial</b>	
Aline Andrighetto	
<b>2</b> .....	<b>35</b>
<b>As mulheres sob a ótica dos contos de fada da Disney</b>	
Andiara da Conceição Marques Silva; Denise De Rocchi	
<b>3</b> .....	<b>51</b>
<b>Después de Lucía: analisando a pornografia de vingança como violência de gênero</b>	
Giovana Carvalho Paludo; Giovana Lima Michelin; Stéfani M. dos Santos	
<b>4</b> .....	<b>71</b>
<b>O lugar da mulher na cozinha: possibilidades de ressignificação</b>	
Jaqueline Deuner; Laís Maria Escher	
<b>5</b> .....	<b>85</b>
<b>Movimento feminista negro: a segregação do movimento feminista em combate à desigualdade racial</b>	
Júlia Monfardini Menuci	
<b>6</b> .....	<b>109</b>
<b>Miss Representation: As violências (in)visíveis na representação da mulher nos meios de comunicação</b>	
Raquel Fabiana Lopes Sparemberger; Camila Belinaso	

7 .....	129
<b>Mother! A morte da mãe natureza e o império violento do homem</b>	
Sabrina Lasevitch Menezes	
8 .....	145
<b>Sonhos roubados: reflexões sobre patriarcado, objetificação feminina e a ideia de liberdade de escolha na prostituição</b>	
Sophie Dall’olmo; Mariana Luciano Afonso	
9 .....	161
<b>Por quem mulheres entram no crime? Um estudo das relações de submissão feminina à luz do documentário “Se eu não tivesse amor”</b>	
Yasmin da Silva Amaral	

## Prefácio

*Raquel Fabiana Lopes Sparemberger<sup>1</sup>*

Segundo Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, a expressão *Epistemologias do Sul* é uma metáfora do sofrimento, da exclusão e do silenciamento de saberes, povos e culturas que, ao longo da história, foram dominados pelo capitalismo e colonialismo. Percebe-se aí a afirmação de uma única ontologia, de uma epistemologia, de uma ética, de um modelo antropológico, de um pensamento único e sua imposição universal. A colonização não diz respeito apenas à administração colonial direta sobre determinadas áreas do mundo, mas refere-se a uma lógica de dominação, exploração e controle que inclui a dimensão do conhecimento, do conhecimento sobre gênero e sexualidade e também do conhecimento jurídico, como ocorrido no Brasil. A retórica da modernidade e suas ideias pretensamente universais permitiram e permitem a perpetuação da lógica da colonialidade, de dispensabilidade de vidas humanas e de subalternização do saberes e práticas dos povos, que se sustenta, portanto, a partir da construção do imaginário epistêmico da universalidade. Em nome de uma pretensa racionalidade universal foi necessário a instituição de discursos de silenciamento das mulheres.

Saber é poder. Essa afirmação resume nossa premissa. O saber é um dos pontos de sustentação da dominação, em todos os

---

<sup>1</sup> Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Pós-doutora em Direito pela UFSC. Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Professora do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Professora da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público- FMP. Professora do Mestrado em Direito da FMP. Professora Visitante na FURB- Universidade de Blumenau-SC.

territórios das atividades humanas. E, no processo atual da globalização, o domínio do saber tecnológico é simbolicamente o determinante das relações de poder. Tais relações foram construídas e constituíram saberes e conhecimentos diferenciados que definiram os dominantes e os dominados.

Se “paradigma” significa exemplo, modelo, padrão a ser seguido, temos um “paradigma” epistemológico dominante centrado na objetividade de padrões, na reprodução e no patriarcado, e aceito pelo chamado senso comum, com fortes características coloniais e de subalternidade. Nesse sentido, percebe-se que a entrada em cena do “outro” e de suas formas de conhecimento significa que por meio dos processos de decolonialidade epistêmica é possível buscar as reações e respostas daqueles que tiveram seus saberes subalternizados, os quais foram considerados primitivos, inferiores, arcaicos, fora dos padrões de sexualidade. Nessa lógica de desconstrução de epistemes e de categorizações que discute-se, nesta obra, temáticas vinculadas ao cinema e ao feminismo, que visam uma análise crítica ao chamado machismo tóxico. Há a perpetuação de uma assimetria sexual, cujo complexo de fenômenos opressivos articula a inferioridade, a discriminação, a dependência e a subordinação das mulheres, tornando-as prisioneiras em decorrência de sua condição genérica e também de sua situação particular.

A sociedade está definida para encerrar e estimular as mulheres para que representem um número reduzido de conhecimento cultural, principalmente que estejam afastadas da possibilidade de compreender os motivos das opiniões dominantes na sociedade, uma vez que são os condicionantes de suas vidas particulares. Compreender a dominação e a opressão das mulheres como interfaces da colonização permite a possibilidade de construir um novo saber e um novo poder.

Sabe-se que as leis não bastam, mas auxiliam. Sabe-se, também, que as causas da culpabilização das vítimas são encontradas na estrutura patriarcal que impõe um duplo padrão de tratamento a homens e mulheres. O problema envolve as

estruturas sociais que levam a esta relação de dominação-exploração. A violência contra a mulher é compreendida como uma manifestação da disparidade de poderes e condições de que gozam homens e mulheres dentro das relações sociais. Sabe-se, ainda, que o fenômeno tem como matriz a própria cultura que confere ao homem uma posição de superioridade em relação à mulher, o que frequentemente dificulta a percepção de certos comportamentos como violentos, levando inclusive à sua aceitação social. Portanto, para além das normativas é necessário - e urgente - pensar em como romper, definitivamente, com as relações de poder e em um novo modelo de sociedade.

Como já citado no texto “O desvelar da feminilidade”, por mim escrito, “ São as mulheres que carregam o maior peso da pobreza; e quando têm sua presença tolerada, pela modernidade no mercado de trabalho, continuam responsáveis pelo ambiente doméstico. Assim, tem-se a intolerância mascarada de tolerância com o claro propósito de mais uma vez ressaltar a superioridade masculina, quem tolera não aceita, nem respeita o valor do outro, é sim ‘generoso’ para com suas imperfeições, sutilmente reafirmando sua inferioridade. A mudança nas relações domésticas foi no sentido de ajudar a dividir as despesas do lar, as mulheres aos poucos passavam à vida pública, mal remunerada e explorada, porém, sempre com a submissão no âmbito privado em relação ao macho dominante, ou seja, dupla submissão [...]”.

Percebe-se que a culturalidade, cognição e práticas feministas têm se apropriado e se identificado com os mais variados problemas da vida moderna e se engajado na luta e na resistência, para e por mulheres. Tentando demonstrar que não existem campos e espaços para uns e outros, e se fazendo como uma constante práxis reflexiva plural, alternativa e acessível. Esta obra mostra isso: A ficção e a realidade, bem como a realidade e a ficção.

Boa leitura a todas e todos!

Inicia o verão no Rio Grande do Sul!



# Introdução

*Camila Belinaso*  
*Sophie Dall’Olmo*

Em meados de 2015 um grupo de discentes da graduação em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público se organizou com o objetivo de criar um grupo de pesquisa autogestionado, de e para mulheres, que possibilitasse não só discussões acerca da teoria feminista como também o desenvolvimento de uma *práxis* feminista. O espaço foi criado com o compromisso de (re)pensar a atuação da mulher nos diversos espaços da sociedade. Para tanto, alguns enfrentamentos foram necessários para que este projeto vigorasse e para que pudéssemos hoje estar contando esta história.

O grupo que investigava a violência estrutural contra a mulher arriscou ir além dos muros da universidade e se tornou um coletivo, o Coletivo de Mulheres Maria Lacerda, formou mulheres militantes e chamou para o debate mulheres de outras áreas, de outras esferas e de outras perspectivas, possibilitando a construção de uma reflexão crítica e construída coletivamente acerca do *ser mulher*. Ademais, permitiu-se, assim, que, da desconfiança às teorias dadas, fosse possível a ânsia de novos saberes, de pretender exercer o saber a partir da história contada por mulheres. Logo, com a observação e a indignação coletivas, o grupo pautou o cinema como instrumento de análise crítica em favor do feminismo.

No segundo semestre de 2016, quando estávamos na terceira edição do grupo de pesquisa, investigando a mulher em situação de cárcere, presenciamos, na política nacional, um golpe que tirou do

poder a primeira Presidenta de nosso País. Inseridas em um espaço conservador como é o ambiente acadêmico - sobretudo no direito -, foi inevitável às mulheres do saudoso Coletivo de Mulheres Maria Lacerda experienciar o retrocesso das suas tão caras conquistas, de um espaço que propiciava muito além de um debate teórico, mas também a construção de uma consciência coletiva e horizontal, de respeito mútuo e solidariedade entre mulheres.

Findaram-se as investigações, mas os laços (des)construtivos mantiveram-se e até hoje estão presentes nas pesquisas e nada vida dessas mulheres. A idealização desse projeto, que utiliza da arte como instrumento crítico da sociedade foi sendo construído, às vezes deixado, às vezes tentado. No entanto, cumpriu-se o objetivo, aqui está o resultado do trabalho árduo e maravilhoso realizado durante um ano e meio de existência nosso grupo de pesquisa. Aqui, aproveitamos para agradecer às docentes e discentes que utilizam a academia não só para ensinar e aprender teorias, mas como instrumento para uma transformação social mais profunda, a fim de que o saber acadêmico não seja um fim em si mesmo.

Um forte abraço à Betânia de Moraes Alfonsin, Maren Guimarães Taborda, Daniela de Oliveira Pires e Thaís Teixeira Rodrigues. Em especial à Raquel Sparemberger, que abraçou nossos projetos enquanto Coletivo e permitiu a continuidade do grupo e a execução dessa obra, cuja idealização nos acompanhou desde nossos primeiros contatos enquanto grupo feminista.

O livro possui nove capítulos, autônomos, que abordam filmes e/ou documentários desde uma perspectiva feminista, pontuando o que na maioria das vezes não se vê ou não se pretende enxergar. Durante meses, pensamos sobre filmes e documentários que assistiríamos e a partir dos quais seria possível lançarmos uma crítica feminista à situação da mulher em nossa sociedade patriarcal, racista e capitalista. Recomendamos que, antes da leitura de cada capítulo, a leitora ou o leitor assistam ao

filme ou ao documentário respectivo, pois, inevitavelmente, os trabalhos abordam aspectos essenciais do enredo.

O primeiro capítulo, Aline Andrighetto traz reflexões sobre o filme “What happened Miss Simone?”, a partir da perspectiva decolonial, analisando a interseccionalidade entre classe, gênero e raça. O intuito do trabalho é demonstrar a importância que ações sociais e políticas públicas têm para a emancipação da mulher, especialmente a mulher negra, em uma sociedade essencialmente patriarcal, racista e classista.

No segundo capítulo, Andiara da Conceição Marques da Silva e Denise De Rocchi discorrerem sobre o sonho imposto de que as mulheres devem ser princesas a partir da análise dos contos de fadas da Disney, que marcaram a infância de diversas gerações ao levar os contos e a ideia de felicidade apenas quando se encontra o príncipe para a tela do cinema. Este tipo de desenho animado acompanhou as mudanças sociais e a emancipação reivindicada pelo movimento feminista nas décadas seguintes, o que se observa em filmes como *Mulan*, de 1998, ponto capítulo, que traz a seguinte pergunta: Mudam os vilões, mudam as princesas, mas todos os estereótipos estão vencidos?

Na sequência, de autoria de Giovana Carvalho Paludo, Giovana Lima Michelin e Stéfani Meneguette dos Santos, o capítulo parte do filme “Después de Lucía” para enfatizar questões relativas à posição ocupada pelas mulheres na sociedade atual, expondo como o sistema patriarcal é responsável por perpetuar padrões comportamentais impostos à mulher, com foco na abordagem sobre a pornografia de vingança, sendo possível verificar como a estrutura patriarcal legitima a violência contra a mulher, culpabilizando-as e protegendo os agressores.

Jaqueline Deuber e Laís Escher, no quarto capítulo, retratam a partir do estudo do filme *Julie & Julia* como as mulheres são condicionadas, historicamente, ao trabalho doméstico, dentro os quais está a tarefa de cozinhar. Já Júlia Monfardini Menuci, sequencialmente, versa, a partir do filme *Histórias Cruzadas*, sobre a

origem do movimento feminista e a segregação do movimento feminista negro, abordando elementos como a ideologia do casamento, a profissionalização feminina e as desigualdades raciais. Tem-se que embora a luta feminista pela equidade, por muito tempo, se mostrou silente a questões que atingem especificamente as mulheres negras, cuja experiência se pauta não só pelas imposições do patriarcado, mas também - e sobretudo, do racismo.

No sexto capítulo, Raquel Lopes SpareMBERGER e Camila Belinaso analisam as violências (in)visíveis na representação da mulher nos meios de comunicação a partir do documentário “Miss Representation”, abordando a objetificação da mulher na mídia a partir da perspectiva feminista que estuda os motivos e os métodos utilizados pelo sistema patriarcal para a construção da condição de ser mulher. Utiliza-se da obra de Susan Faludi, *Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*, para demonstrar e compreender a violência do sistema capitalista-patriarcal, que exerce a imposição e o controle ao comportamento e à imagem do feminino. Nesse sentido, a mídia representa também o controle sexual, e para tanto o econômico e político, pois se inter-relacionam para reproduzir um ideal de ser mulher que dê lucro ao sistema patriarcal-capitalista.

Logo, Sabrina Lasevitch Menezes apresenta uma análise crítica do filme *Mother!* sob a ótica da teoria ecofeminista desenvolvida tanto no campo da filosofia, com o objetivo de traçar um paralelo entre a destruição da natureza pelo ser humano e a dominação da mulher pelo homem, relacionando-os com os diversos elementos simbólicos presentes no filme em questão. A partir deste cruzamento entre teoria e imagem, torna-se possível investigar as organizações sociais patriarcais e capitalistas de forma ilustrada e sistemática, abrangendo tanto a esfera da ecologia quanto a esfera das relações intersubjetivas entre homem e mulher.

No oitavo capítulo, Mariana Luciano Afonso e Sophie Dall’olmo, a partir do filme *Sonhos Roubados*, trazem algumas reflexões sobre patriarcado, objetificação feminina e a ideia de

liberdade de escolha na prostituição. Assim, buscam relacionar a prostituição de mulheres adultas e a exploração sexual de meninas com a abordagem da distinta socialização de mulheres e homens na sociedade patriarcal, bem como com a consequente interiorização da objetificação dos corpos femininos e a função da mídia nesse contexto.

Por fim, com o questionamento “Por quem as mulheres entram no crime?”, Yasmin da Silva Amaral estuda as relações de submissão feminina à luz do documentário “Se eu não tivesse amor” e analisa as conexões decorrentes do poder patriarcal nas relações de submissão de mulheres em relação aos homens que são inseridos nas suas vidas. A partir de uma crítica à ordem patriarcal, analisa-se a conexão entre os relacionamentos afetivos e a inserção das mulheres na criminalidade.

Como referido anteriormente, o objetivo desta obra é possibilitar a reflexão das formas em que as mulheres estão representadas no cinema, com o intuito que tal análise permita a desconstrução de um só saber. Portanto, desejamos uma boa leitura a todas e todos.



# Os enfrentamentos de Nina Simone: reflexões a partir da perspectiva descolonial

*Aline Andrighetto<sup>1</sup>*

## **Introdução**

A violência patriarcal, originária da modernidade tardia, revelada precisamente como um sintoma, se apresenta e expressa perfeitamente um mundo cada vez mais marcado por "propriedades", o que demonstra, uma concentração e expansão de esferas de controle, as quais descrevem a vida sem hesitação paraestatal. Neste sentido, o capital, na sua forma contemporânea, expressa a existência de uma ordem regida pela arbitragem, mostrando a possibilidade de uma existência sem gramática institucional ou, em outras palavras, deficiência inevitavelmente institucional com níveis de concentração de riqueza sem precedentes. Com a fase de expansão da concentração do capital se tornou insuficiente falar de "desigualdade", como ocorre no discurso anti-sistêmico militante do período da guerra fria, quando se consolida o conceito de "propriedade" ou senhorio. Assim, "gênero torna-se, nesta análise, uma forma elementar de configurações históricas de todo o poder e, portanto, de toda a violência já que todo poder é inevitavelmente um resultado de expropriação violenta" (SEGATO, 2016).

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS. Membro do Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos da Unisinos.

O patriarcado que acoberta estruturas de desigualdades se origina já na pré-história da humanidade, de modo que nenhuma mudança significativa na estrutura da sociedade se tornou possível. Portanto, a interseccionalidade entre classe, gênero e raça se funda no início da história e continua mostrando seu drama e urgência, pois não houve mudança nesta estrutura e, até o presente, a colonialidade é permanente. O atributo biológico-sexual está representado nesta esfera de posse e de crueldade não só dos corpos, mas de conquista de territórios, em sua dominação. Conquistar, saquear e estuprar com o intuito da dominação continua presente e, neste sentido, a pedagogia masculina aparece como “pedagogia da crueldade”, funcionando como uma ganância expropriada, pois repete cenários de violência produzindo um efeito de normalização de atitudes cruéis. Conforme Segato (2016) de Segato (2016), “A crueldade habitual é diretamente proporcional o isolamento dos cidadãos através da sua dessensibilização”.

A estratégia do racismo estabelece diferenças entre colonizador e colonizado e valoriza essas diferenças em constante detrimento deste, pois pretende excluí-lo do convívio social e colocá-lo em situação inferior, onde o colonizado, por essa perspectiva, não seria dotado de características essenciais da pessoa humana, encontradas, em sua plenitude, no indivíduo europeu. A continuidade dessa estratégia ocorre quando transforma diferenças culturais em diferenças imutáveis, ou seja, a diferença cultural separada da história se torna metafísica e se transforma uma atitude diferenciada, ou seja, em uma deficiência essencial do colonizado, fazendo com que as diferenças culturais, consideradas como deficiências intrínsecas, sejam generalizadas e coletivizadas.

O Objetivo deste trabalho é demonstrar como a colonialidade se fez presente na vida da cantora Nina Simone, a partir de impressões do documentário “What happened, miss Simone?”. Verificar como as intersecções entre gênero, raça e classe social levaram-na a uma vida de privações, violência e solidão. Identificar como a cantora assume um papel importante no movimento pelos

Direitos Civis nos Estados Unidos o qual a levou a reconhecer sua verdadeira identidade.

## **2. Gênero, raça e colonialidade**

As histórias que constroem a diáspora remetem à violência, discriminação e exploração, e a partir disso, constroem são diretamente relacionadas com a instituição da escravidão e sua permanência após a abolição. Estas constituem feitos de desigualdade na distribuição da riqueza, a exclusão social, além da desvalorização política e cultural dos sujeitos negros, ainda, a continuidade deste longo processo de dispersão e deslocamento, o qual possui como razão uma pluralidade de processo de guerras, genocídios e crises econômicas e ecológicas, demonstra a realidade de homens e mulheres.

A fim de compreender como as demandas sobre gênero se fazem presentes, faz-senecessário pensar na modernidade como discurso e prática que não seriam possíveis sem a colonialidade, sendo essa uma dimensão indissociável dos discursos modernos (Maldonado-Torres, 2007). A modernidade, segundo Mignolo (2014), produz feridas coloniais, patriarcais (normas e hierarquias que regulam o gênero e a sexualidade) e racistas (normas e hierarquias que regulam a etnicidade); entretanto, nossa identidade que determina o quanto essa “herança” ainda nos afeta.

A colonialidade tem o condão de estratificar as pessoas, atribuindo poder àqueles considerados mais humanas em razão da sua adequação ao protótipo do homem racional moderno, qual seja, branco, letrado, proprietário, cristão. A colonialidade classifica atributos identitários, inclusive biológicos, enquanto categorias sociais a fim de distribuir poder para então fazer daquela classificação, de acordo com Quijano (2009), um “produto histórico-social”. Concepções filosóficas e antropológicas salientam a ideia de ser humano próprio da idéia Ocidental e com isso cabe mencionar que a construção do sujeito racional permitiu a

exploração de seres humanos a partir de contextos históricos e que, na atualidade, representam grupos vulnerabilizados no contexto de sociedades culturalmente plurais (BRAGATO).

O patriarcado pode ser definido a partir de normas e hierarquias que regulam o gênero e a sexualidade. Estas normas estabelecem o modo de agir e ser das mulheres e por consequência determinam uma hierarquia de poder entre elas e os homens. O patriarcado reduz a atuação da mulher ao campo privado/doméstico, tornando-a inferior e objetificando-a como propriedade do homem. Do patriarcado surge a errônea ideia de que o corpo da mulher pertence ao homens, em decorrência disso, seu corpo deverá servir de fonte de prazer, tal qual como na época “conquista e colonização” quando os corpos das mulheres foram tomados e dominados assim como uma “propriedade”. Outra questão importante está no fato de que o patriarcado não se limita ao controle direto exercido pelos homens mas também é operado de maneira impessoal pelo Estado. “Na interseção entre “mulher” e “negro” há uma ausência onde deveria estar a mulher negra precisamente porque nem “mulher” nem “negro” a incluem. A interseção nos mostra um vazio”. (LUGONES, p.25, 2008)

Assim, o patriarcado se utiliza dos padrões impostos pela colonialidade a fim de operar objetiva e/ou subjetivamente na vida das pessoas, nas esferas privada e pública. Segundo Saffioti (2014) isto permitiu a naturalização de relações e estereótipos bem como colaborou e continua colaborando para a manutenção do status de inferioridade das mulheres em relação aos homens. O patriarcado e sua constante disputa pelo poder constroem, a partir do gênero, relações de subordinação, opressão e pertença, principalmente exercendo controle e instigando o medo (Saffioti, 2004).

Sobre o racismo, pode-se dizer que este se transformou com o tempo, e a distância é grande entre suas expressões clássicas, que pretendem se apoiar na ciência, e suas formas contemporâneas, que se referem cada vez mais à ideia da diferença e da incompatibilidade das culturas. Uma definição preliminar de

racismo consiste em caracterizar um conjunto humano pelos atributos naturais, eles próprios associados às características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo dependente desse conjunto e, a partir disso, pôr em execução práticas de inferiorização e de exclusão. (WIEVIORKA, 2007).

Associado à modernidade, o racismo pode ser abordado de duas maneiras, na ordem de seu surgimento histórico, considerado como um fenômeno ideológico, um conjunto de doutrinas e de ideias mais ou menos elaboradas, e também como um fenômeno a ser verificado de modalidades concretas para interessar-se depois, na sequência da precedente, pelos discursos e escritos, mas também e, sobretudo, pelas formas nas quais ele se exprime na prática: massacres, exploração, discriminação, segregação<sup>2</sup>.

Para Mbembe (2016), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros ou dominá-los. Por isso, considera-se uma característica do racismo a facilidade com que ele se mescla com outros tipos de hostilidade e pode se disfarçar sob essa outra forma.

As ideologias de dominação não tomavam como justificativa apenas critérios raciais, mas também diferenças culturais. De acordo com Levine e Pataki (2005, p. 42), “Uma vez que as diferenças de raças (em um sentido social) são frequentemente acompanhadas de diferenças de cultura, o preconceito racial facilmente se une ao preconceito cultural”, vivenciados frequentemente por imigrantes africanas.

Menciona Wieviorka (2007) que a colonização e o imperialismo, assim como a nação e os nacionalismos europeus elaboram em um duplo movimento de expansão europeia e de ímpeto de manifestação das identidades nacionais. Elas dizem

---

<sup>2</sup> Wieviorka explica que a segregação racial é, pois, ao mesmo tempo um processo e seu resultado: mantém um grupo a distância, localizado em espaços próprios que lhe são reservados, enclaves, guetos, territórios de um tipo ou de outro. Essa separação geográfica completa-se ocasionalmente com medidas de circulação restritivas. (2007, p. 65)

respeito tanto a “raças” mais ou menos longínquas, definidas antes de tudo pela cor, quanto a “raças” presentes no solo nacional. O racismo evoluiu no decurso do tempo, pois no início do século XIX, as classificações das raças se baseava, sobretudo, nos atributos fenotípicos (cor de pele, tipo de cabelo, formato do nariz e outros caracteres do organismo que se manifestam à observação). Enfim, no contexto do surto dos nacionalismos, o esforço de classificação serve também para distinguir “raças” também no seio do mundo antigo, a fim de justificar discursos e condutas que visavam e continuam a inferiorizar o ser humano. Desse modo, “A raça, nessa perspectiva, é uma construção social e política, baseada em atributos fenotípicos, a partir da qual se processam as relações entre grupos raciais”. (WIEVIORKA, 2007, p.28).

A partir de uma lógica de pura diferenciação, que tende a recusar os contatos e as relações sociais, remete-se à imagem da exterioridade radical dos grupos humanos considerados, que não têm, no limite, nenhum espaço comum para desenvolver a mínima relação, seja ela racista ou não. No funcionamento da sociedade, da qual o racismo constitui uma propriedade estrutural inscrita nos mecanismos rotineiros, assegurando a dominação e a inferiorização dos negros sem que ninguém tenha quase a necessidade de os teorizar ou de tentar justificá-los pela ciência. Para Wieviorka, “o racismo aparece assim como um sistema generalizado de discriminações que se alimentam ou se informam uns aos outros”

Para Levine e Pataki (2005), a raça é um constructo social e uma questão de características físicas que, em verdade, não afetam em absoluto as capacidades ou o caráter moral de alguém, de modo que as atitudes racistas são quase sempre apoiadas por crenças enormemente erradas a respeito do outro. A hostilidade é cruelmente baseada na diferenciação do outro, na medida em que estes são levados a crer que isso deve ter certo fundamento, o que, tragicamente chega ao coração de sua identidade e faz com que o outro acredite ser irremediavelmente inferior. Para

Grosfoguel(1999), o racismo cultural é articulado em relação à pobreza, às oportunidades do mercado de trabalho e ainda à marginalização. O problema com a pobreza ou o desemprego das minorias é construído como um problema de hábitos ou crenças, ou seja, um problema cultural que implica na inferioridade cultural, na naturalização e essencialização da cultura.

O racismo atua sobre as mulheres de cor vulnerabilizando ainda mais sua posição uma vez que as coloca em uma hierarquia inclusive com as mulheres brancas. É por meio dela que mulheres negras experimentam o cruel tratamento da não existência que, segundo Fanon(2008), se dá através da inferiorização, da subalternização e da desumanização. Ademais, segundo Lugones (2014), o sistema de gênero é racialmente diferenciado e, portanto, nega humanidade bem como gênero às mulheres de cor. A autora explica ainda que o processo pelo qual as pessoas são racializadas e ligadas a um gênero é binário, dicotômico e hierárquico, razão pela qual nem todos são dominados ou vitimados por esse processo.

Para Fanon (2008), todas as formas de exploração são idênticas, pois todas elas são aplicadas a um mesmo “ser objeto”: pessoas. Ao considerar abstratamente a estrutura de uma ou outra exploração, mascara-se outro problema que é fundamental, recolocar a pessoa no seu lugar, e por isso, o racismo negro demonstra sua face colonial, não se diferenciando de outros racismos.

### **3. Os enfrentamentos da mulher negra: algumas reflexões**

Importante se faz a pesquisa sobre a intersecção de raça, classe, gênero e sexualidade a fim de compreender a preocupante indiferença que os homens mostram às violências que sistematicamente se infringem sobre as mulheres de cor: mulheres não brancas, vítimas da colonialidade de gênero e que criaram análises críticas do feminismo hegemônico, precisamente por este ignorar a interseccionalidade entre as relações de poder.

Entender a indiferença à violência contra a mulher em nossas comunidades como uma indiferença as transformações sociais profundas nas estruturas comunais tornam-se totalmente relevantes para a rejeição da imposição colonial. Esta imposição não se trata apenas de uma tradição dos homens colonizados, mas também social, como observado no documentário analisado. Com o sucesso de Nina, o excesso de trabalho a leva ao esgotamento e depressão, mesmo assim, o marido empresário exige maior esforço além do ciúme violento e intolerância. Por diversas vezes Nina foi espancada e obrigada a trabalhar por dias sem descanso para cumprir a agenda de shows.

A investigação histórica acerca de por que e como a alteração de relações comuns com a introdução da subordinação da mulher colonizada em relação ao homem colonizado e a resposta do homem a essa introdução formam uma parte intrínseca base do feminismo descolonial. A questão principal a ser debatida aqui é porque ainda existe esta estrutura forçada e contínua com a análise contemporânea de poder. Nesse sentido, “O caráter heterossexual e patriarcal das relações sociais pode ser percebido como opressivo” (LUGONES, 2008, p.18).

Não é necessário que as relações sociais estejam organizadas em de gênero, nem sequer que se considerem sexuais, mas quando estiver não tem porque ser heterossexual ou patriarcal. Ainda, a colonialidade do poder introduz a classificação social universal e básica da população do planeta em termos da ideia de raça. A invenção da raça é um giro profundo, um pisar no centro, já que repositona as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas através da dominação (LUGONES, 2008, p.20).

A dominação da mulher constitui uma estrutura histórica-colonial que não diminui a sua intensidade e, quando se refere “a linha de cor”<sup>3</sup>, produz impactos desastrosos. Para Cesaire (2006),

---

<sup>3</sup> W.E.B Dubois refere que “o maior problema do século XX é o problema da linha de cor na África, na Ásia e nas Américas”, pois é a partir deste movimento que se inicia o processo de segregação.

há no humanismo formal<sup>4</sup> a renúncia filosófica para dar espaço a dominação. Segundo o autor, aspiramos não à igualdade, mas sim à dominação. O país de raça estrangeira deverá voltar a ser um país de servos, de jornaleiros agrícolas ou de trabalhadores industriais. Não se trata de suprimir as desigualdades entre os homens, mas de ampliar e as converter em lei.

A colonialidade não se refere somente à classificação racial, mas constitui um fenômeno abarcador, já que se trata de um dos pilares do sistema de poder e, como tal, permeia todo controle de acesso sexual, a autoridade coletiva, o trabalho, a subjetividade/intersubjetividade e ainda a produção do conhecimento desde o interior dessas relações intersubjetivas. Assim, “a lógica dos eixos estruturais mostra o gênero como constituído por constituir a colonialidade do poder” (LUGONES, p. 25, 2008)

Pode-se dizer que o controle de sexo, a subjetividade, a autoridade e o trabalho, estão expressos em conexão com a colonialidade. Para Quijano (2010, p. 79), este padrão faz referência a uma “articulação estrutural de todas as formas historicamente conhecidas de controle do trabalho ou exploração”.

Segato (2016) menciona que novas formas de guerra na vida de mulheres estão sendo travadas. Para a autora, o corpo das mulheres tem sido tratado como território que, acompanhou o destino das conquistas. Hoje, tem sofrido uma mutação por razões que têm exame pendente: a sua destruição com excessiva crueldade, sua espoliação até o último vestígio de vida, tortura e até mesmo a morte.

O feminismo, como movimento de libertação das mulheres de luta pela igualdade de gênero, representou uma revolução íntima e de consequências infinitas. Nina Simone quebra seu silêncio como um grito de liberdade quando se integra ao

---

<sup>4</sup> O autor utiliza-se da expressão para referenciar que durante determinado período histórico pessoas consideradas “de raça estrangeira” foram obrigadas a converter-se em servos, e que as desigualdades não foram suprimidas, mas houve a tentativa de ampliá-las a ponto de serem consideradas como lei.

movimento pelos direitos civis e passa a incorporar em seus shows e músicas a luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos.

A luta das mulheres do Terceiro Mundo, como ocorreu em 1960, por exemplo, vai agir sobre o imaginário simbólico dessas mulheres no feminismo branco, o qual questiona o feminismo hegemônico ignorando raça, nacionalidade, etc. dentro da categoria homogênea "mulher". “A gênese do feminismo contemporâneo negro localiza suas origens na realidade histórica das mulheres afro-americanas localizadas em duas castas oprimidas racial e sexual, e questionando o sistema de representação política” (BIDASECA, 2012).

Nina Simone, assim como Angela Davis foi ativista do movimento negro pelos direitos civis nos Estados Unidos. As duas tiveram grande influência em um momento crucial na busca pelo reconhecimento de direitos naquele país. Angela teve papel importante em movimentos ativistas feministas, para ela, o respeito pelos direitos políticos, se segura à mulher para ser justamente autorizada para tudo o que se reclama para os homens. Segundo a autora, foi-se longe, e exprimiu-se a convicção de que todos os direitos políticos que são um recurso para os homens exercerem são-no igualmente para a mulher. Assim, tudo o que distingue o homem como um ser inteligente e responsável, é igualmente verdadeiro para a mulher, e se o governo apenas é justo com governos livremente consentidos pelos governados, não há razão no mundo para negar à mulher o exercício de direitos, ou a participação em administrar a lei e a terra. (DAVIS, 2013, p.44)

As lutas políticas não apenas pela visibilidade e pelo reconhecimento de direitos, mostra através dos tempos o quanto a desvalorização da mulher continua presente em todos os espaços. Como ocorreu, por exemplo, com Nina, que foi duramente criticada por sua postura política, e obrigada a buscar outras atitudes consideradas “comerciais” para o trabalho. Onde se buscava liberdade, houve opressão, violência e ressentimento.

Para Nina Simone, assumir sua verdadeira identidade teve papel fundamental nesta luta, pois conseguiu dar o primeiro passo para liberdade. Mbembe (2016) explica que não existe uma identidade Africana que possa ser resumida em um único termo ou expressão, ela está conformada de distintas formas a partir de múltiplas práticas, as identidades não podem ser reduzidas a uma ordem biológica ou baseadas em sangue, raça ou geografia.

Sobre a lógica de “eixos estruturais”, percebe-se que esta possui algo mais, mas também algo menos que a interseccionalidade, pois esta revela o que não se vê em categorias como gênero e raça, as quais se conceituam normalmente como separadas uma da outra. Com a categorização destas teorias, pode-se dizer que invisibilizam quem realmente são as dominadas e vitimizadas, reduzindo a categoria mulher e as categorias raciais como: “negra”, “espanhola”, “asiática”, “nativa americana”, ao invés de dizer “mulheres de cor”<sup>5</sup>. A autodeterminação “mulher de cor” é equivalente ao que se propõe em grande tensão com os termos raciais que o estado racista impõe. O que colocam um padrão moderno, eurocentrado e capitalista, todas as mulheres como racializadas e atribuídas a um gênero, todos/as somos dominados e vitimizados por esse processo. O processo é binário, dicotômico e hierárquico (LUGONES, 2008).

A violência que irrompe da construção social do feminino se manifesta em formas de destruição do corpo sem precedentes nas formas de uso do tráfico e comercialização, o que esses corpos podem oferecer, até o último limite. Apesar de todas as vitórias no campo de Estado e multiplicação de leis e políticas públicas para

---

<sup>5</sup> Lugones explica que as feministas de cor têm se movido conceitualmente para uma análise que enfatiza a interseção das categorias raça e gênero. Isso porque as categorias invisibilizam quem são dominadas e vitimizadas reduzido a categoria mulher ainda reduzidas a categorias raciais para: “negra”, “espanhola”, “asiática”, “nativa americana”, “meninas”, ao invés de dizer mulheres de cor. Como já indicado a autodeterminação “mulher de cor”, não é equivalente a, senão que se propõe em grande tensão com os termos raciais que o estado racista nos impõe. Apesar de que na modernidade eurocentrada capitalista, todos/as somos racializados e atribuídos a um gênero, todos/as somos dominados e vitimizados por esse processo. O processo é binário, dicotômico e hierárquico. (2008, p.24)

proteger as mulheres, a sua vulnerabilidade sob a ótica da violência tem aumentado. Toda a violência tem uma dimensão instrumental e outra expressiva na violência sexual, essa expressão é predominante. “A violação, qualquer violação, não é uma anomalia de um sujeito solitário, é uma mensagem de poder e de apropriação pronunciada na sociedade” (SEGATO, 2016).

Ocupação predatória dos corpos das mulheres praticada como nunca antes e nesta fase apocalíptica da humanidade, tem como finalidade exploradora deixá-las em situação de vulnerabilidade. Essa demanda nos leva a perceber que a crueldade e negligência contra as mulheres aumentam à medida que a modernidade e o capitalismo se expandem. Dito isso, Segato (2011,p.20) coloca que “podemos dizer sem dúvida que há uma barbárie crescente de gênero moderno, o que alguns chamam de genocídio de gênero”.

### **Considerações finais**

A reivindicação das mulheres por direitos demonstra como o feminismo pode ser, também, um fenômeno dotado de discriminação o qual enfrenta muitas barreiras. A diáspora emancipadora citada no início deste trabalho aparece como busca para libertação de um passado histórico de violência e exploração, e busca desconstruir as barreiras criadas por um racismo estrutural, atuando como fonte de criação cultural, democratização da sociedade, da economia, da política e descolonizadora. A emancipação é considerada autonomia, tanto na ordem do terreno racional como no terreno político, e a partir disso, o reconhecimento deve ser visto como um fator de integração e, dentro desta perspectiva, como um processo democrático, o qual deve ser seguido, a fim de garantir os direitos universais e a diversidade das identidades individuais. Nina Simone tenta a todo custo buscar esta emancipação, sob momentos de violência, solidão e frustrações.

Os enfrentamentos de Nina Simone mostram como a vida das mulheres ainda perpassa pela dominação masculina e como a intersecção entre gênero, raça e classe social a levaram a abrir mão de muitos sentimentos e realizações pela necessidade de crescimento profissional. Uma atividade que fora de certa forma imposta desde a sua infância, tornou-se seu pior pesadelo, levando-a a atitudes extremas de mudança. Nina, ao se incorporar à luta pelos direitos civis nos Estados Unidos volta a ter um ideal, uma causa humana para lutar, que mesmo com tantos percalços a fizeram reviver e assumir sua identidade Africana adormecida pela imposição de um discurso colonial norte-americanizado. Bonita e talentosa, a cantora se vê obrigada a cumprir seu papel “social” de cantora para sobreviver. É neste ponto que se percebe o quanto as mulheres são violentadas, vulnerabilizadas e estigmatizadas.

As reivindicações das mulheres em busca de direitos marcaram e ainda marcam uma constante luta, que, sob as alegações éticas do feminismo, o que se busca, é a igualdade entre homens e mulheres não apenas em sentido formal, mas em um sentido humano.

A respeito do que é próprio de todas as mulheres, parece importante elaborar uma genealogia das relações entre homens e mulheres e da opressão sofrida por elas. É importante demonstrar que não basta ficar na verificação da diferença, mesmo que seja reivindicada pelas próprias mulheres, sendo considerada como objeto em muitas práticas impostas pelo sistema patriarcal, gerando uma espécie de marginalização das mulheres em âmbito doméstico e incluindo práticas violentas. Cabe destacar, ainda, que é primordial contar a teoria com princípios como a autonomia pessoal, igualdade e justiça são indispensáveis para se estudar as diferenças e agir para a eliminação de práticas discriminatórias e violentas.

No intuito de afinar princípios ético-políticos para as diásporas, deve-se pensar uma proposta de nova democracia a partir da descolonialidade, onde a igualdade formal e as desigualdades sejam considerados marcos estruturais nas lutas

históricas em favor da democracia. Esta democracia deve ser representativa, com a finalidade de diminuir as desigualdades e auxiliar no empoderamento para que a cidadania seja diferenciada, para que a partir dela possa-se falar em novos ideais de Direitos Humanos os quais possam orientar os cenários de poder através dos movimentos sociais. Este processo tem por objetivo dismantelar as diversas formas de dominação e exploração contra a colonialidade do poder, articulando formas alternativas para uma política de libertação. Assim, o empoderamento aparece como arma para a libertação contra os regimes coloniais de poder e fonte de esperança em favor da vida, justiça e liberdade.

## Referências

- BIDASECA, Karina. Voces y luchas contemporáneas del feminismo negro. Corpólicas de la violencia sexual racializada. In: **Afrodescendencia. Aproximaciones contemporáneas de América latina y el Caribe.** Colección de ensayos del Centro de Información de las Naciones Unidas para México, Cuba y Rca. Dominicana, en el marco del Año Internacional de los Afrodescendientes, ONU, México, 2012. Disponible en: <http://www.cinu.mx/AFRODESCENDENCIA.pdf>.
- BRAGATO, Fernanda Frizzo. **Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade.** Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica. vol. 19 n. 1 - jan-abr. 2014.
- CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre colonialismo.** Madrid, 2006.
- DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe.** Tradução Livre. Plataforma Gueto.2013. 1 ed. The Women's Press, Ltda.1982.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GARBUS, Liz. **What Happened, Miss Simone?** Disponível em: < <https://www.netflix.com/br/title/70308063>>. Acesso em 20/06/2017.

- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: Epistemologias do Sul. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses (orgs). 2ª ed. CES: conhecimento e instituições. 2010.
- LEVINE P. Michael; PATAKI, Tamas. **Racismo em Mente**. São Paulo: Madras, 2005.
- LUGONES, María. Colonialidad y gênero: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter. **Gênero y descolonialidad**. 1 ed. Buenos Aires, 2008.
- MALDONADO- TORRES, Nelson. **La descolonización y el giro des-colonial**. Tabula Rasa. Colombia, num. 9, p. 61-72, julio-diciembre, 2008.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios. Revista do ppgav/eba/UFRJ. n. 32, dez. 2016.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Ed. Traficantes de Sueños. Madrid. 2016.
- \_\_\_\_\_. Gênero y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In: Bidaseca, Karina Andrea; Vanesa Vazquez Laba. **Feminismos y poscolonialidad**. 2 ed. Buenos Aires : Ediciones Godot Argentina, 2011. 296 p.
- WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.



## **As mulheres sob a ótica dos contos de fada da Disney**

*Andiara da Conceição Marques Silva<sup>1</sup>*

*Denise De Rocchi<sup>2</sup>*

### **Introdução**

O sonho de ser uma princesa e encontrar o príncipe encantado para serem felizes para sempre é algo comum entre meninas ao longo das últimas gerações. Os contos de fada que mais influenciaram mulheres, segundo Marcia Liberman, foram aqueles roteirizados pela Disney, que deram grande alcance a este mundo de fantasia e aos conceitos a ele agregados (HAASE, 2014). Estudos sobre o impacto destas histórias na construção do que é ser mulher, embora existam há décadas, continuam pertinentes.

Num primeiro olhar, observa-se que a partir da década de 1990 as produções cinematográficas tentaram acompanhar a evolução da própria sociedade quanto à luta feminista, repaginando antigas histórias ou investindo em novas heroínas, como Elsa (de Frozen), Tiana (de A princesa e o sapo), Pocahontas e Mulan, que aparentemente se diferenciam das princesas tradicionais dos filmes de animação pioneiros. Será que as novas

---

<sup>1</sup> Graduanda de Relações Internacionais, Centro Universitário Ritter dos Reis- UniRitter

<sup>2</sup> Doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Docente do Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter

histórias estão livres dos estereótipos que as pesquisadoras feministas apontavam nos primórdios?

Para fazer esta discussão, analisaremos dois clássicos da Disney, *Branca de Neve* (1939) e *Cinderela* (1950), e uma produção da fase mais recente, *Mulan*, também produzido pelo mesmo estúdio no final dos anos 1990. A escolha do filme da *Cinderela* foi pela personagem mostrar-se quieta, elegante, graciosa e romântica, ou seja, típica donzela em perigo, podendo ser denominada como *princesa clássica*, segundo Breder (2013). No enredo, passa dificuldades como o trabalho escravo, ficando a mercê de uma figura masculina para salvá-la (MOREIRA;PORTELA, 2018).

A *Branca de Neve* foi escolhida pelos mesmos motivos do filme anterior: se enquadra no tipo clássico de princesa, que vive num castelo e é filha de um grande rei. A trama se desenrola quando seu conflito com a madrasta começa a se tornar tóxico e ela é obrigada a morar fora do seu reino, conhecendo os sete anões e assim convivendo com eles, assumindo as tarefas domésticas. Este ponto é um dos que abordaremos com mais profundidade ao longo do capítulo.

*Mulan* é a única, entre as princesas analisadas, que foge do estereótipo de delicada e frágil. A história se passa no antigo Império Chinês, e a trama envolve questões de gênero e o machismo na época imperial, quando a princesa queria lutar na guerra no lugar de seu pai doente, mas não podia por ser mulher. Foi um dos primeiros filmes que trouxe uma princesa tão empoderada para o universo Disney, tornando-a uma heroína, que ultrapassou barreiras de gênero para defender o seu país.

Esse capítulo analisará alguns fatores dos três filmes, tais como a sociedade que retratam, os estereótipos de gênero que apresentam e as ações das personagens femininas. As formas como as mulheres são mostradas em produções de grande repercussão e direcionadas ao público infantil, como as aqui estudadas, podem influenciar a percepção das meninas sobre o que é aceitável e esperado delas. Como aponta Simone de Beauvoir, o gênero é algo

socialmente construído, que se aprende pela interação com os demais.

A maioria das mulheres do século XXI tiveram boa parte de sua infância influenciada pelos filmes clássicos da Disney. A Branca de Neve teve bilheteria total nos Estados Unidos de US\$ 185 milhões, considerando o lançamento e sua volta a cartaz em outras oportunidades. Nas produções mais recentes, há dados também sobre o desempenho no exterior: Mulan faturou US\$ 120 milhões em solo americano e outros US\$ 183 milhões com o público ao redor do mundo (BOX, 2018).

## **2 Contos de fada: do papel para as telas**

As histórias aqui analisadas despertaram o interesse tanto de pesquisadores ligados à área da Literatura quanto daqueles mais interessados em compreender os impactos do Cinema e da TV. Alison Lurie, em artigo publicado em 1970, via as personagens femininas dos contos como figuras fortes, que portanto contribuiriam com a causa da libertação feminina. A proposição seria rebatida em estudos posteriores por autoras como Marcia Liberman, mencionada no início deste texto. Um de seus argumentos para não considerar as histórias como libertadoras dizia respeito a toda etapa de seleção e edição estar a cargo de homens (HAASE, 2014).

No cinema, a participação feminina também era bastante reduzida. Branca de Neve e os Sete Anões foi dirigido unicamente por homens e havia apenas uma mulher entre os oito roteiristas e outra entre os oito diretores de arte do desenho. Alguma mudança já é perceptível em décadas mais recentes: há duas mulheres entre os cinco roteiristas de Mulan e a produção da animação foi de Pam Coats (IMDB).

As histórias clássicas que contamos às crianças na verdade são versões de relatos bem mais antigos e que tiveram seus aspectos mais aterradores suavizados. A Cinderela original tramava a morte da madrasta e o texto dos irmãos Grimm para

Rapunzel ainda insinuava a gravidez da princesa, algo que foi sendo suprimido da história posteriormente (CORSO, 2005). Quando estes contos, já romantizados, chegaram às telas, no início do século XX, apresentaram através da fantasia algo capaz de reconfortar as pessoas num momento de instabilidade e mudança no mundo. Os filmes traziam a possibilidade de transformação e o potencial da mobilidade social (MOEN, 2011).

### **2.1 O que se espera de uma princesa?**

Observar como é apresentado o estereótipo feminino nos três filmes é algo relevante para analisar o papel da mulher no universo Disney. As princesas clássicas seguiam um tipo de “padrão”, seja comportamental ou visual. Por mais de 60 anos, a aparência das personagens era praticamente a mesma, seguindo um biótipo normativo e caucasiano, com mulheres brancas e magras (MOREIRA;PORTELA, 2018, p. 268).

Branca, escrita aproximadamente em 1902, é um dos contos mais antigos dos irmãos Grimm, sendo o primeiro longa-metragem a ser produzido totalmente em cores e considerado o pioneiro entre os clássicos da Disney. Toda trama está centrada na beleza da princesa, branca como a neve e de lábios rubros como a rosa, fator que se torna ao longo da história o elemento catalisador do filme (SANTOS, 2017).

Outro fato relevante no conto é a juventude de Branca, mostrando que a beleza de algumas mulheres depende de serem (ou parecerem) jovens. A madrasta da princesa só não é considerada a mais bela do castelo por conta de sua idade, segundo o espelho mágico, como é mostrado no filme, e isso implica em uma rivalidade das duas personagens principais ao longo da trama.

Mesmo sendo maltratada por sua madrasta, a princesa passa os dias a cantar e dançar com animais da floresta, que em vários momentos da história mostram ser seus únicos amigos. Aqui há mais uma característica de uma princesa clássica: sofrer calada, ser

bela e estar sempre sorrindo. Virtude é passividade e conformação, sendo isso o que se espera da mulher bondosa (SANTOS, 2017).

Outra personagem das mais antigas da Disney é Cinderela, levada às telas na década de 1950. Ela é a verdadeira personificação da mulher doméstica, podendo ser considerada uma das personagens mais menosprezadas deste universo, por conta de não ter nenhum título de realeza como Branca de Neve, que era uma princesa. Cinderela também se comunicava com os animais e cantava, mesmo que em muitas vezes fosse reprimida por sua malvada madrasta.

A mudança das princesas é perceptível a partir desse filme, as mulheres da década de 1950 estão sendo retratadas nas telas do cinema. Mesmo a personagem sendo uma mulher simples doméstica, que viveu sua vida inteira, praticamente, seguindo ordens das irmãs e madrasta. Seu sonho era ir a um baile e dançar com um vestido bonito, ela não pediu um príncipe, nem vingança pelos abusos que sofreu a vida inteira, nem uma vida melhor, apenas uma oportunidade de dançar e ter uma noite para ser sempre lembrada (NASCIMENTO, 2017). Ao comentar as relações de dominação sobre diversos grupos sociais, Simone de Beauvoir ressalta que este tipo de comportamento submisso é muitas vezes é elogiado: a mulher de verdade é “frívola, pueril, irresponsável, submetida ao homem” (p. 25, 2009).

A mudança no caráter das personagens fica bem mais marcante quando o estúdio leva ao cinema uma das lendas mais clássicas chinesas. Mulan surge no universo Disney em 1998 como uma das princesas que fogem do estereótipo *clássico* das princesas. Ela pode ser considerada uma das personagens que mais representa o movimento feminista nos filmes Disney (PERRY, 2016).

A princesa demonstra ao longo da trama que não seguirá um padrão estabelecido de como uma mulher deve se portar na sociedade e em diversas situações é repreendida por seu modo de agir. No início da história, é criticada pela forma desajeitada com que faz as tarefas esperadas de uma boa esposa, como seguir todo o

ritual de servir o chá para um futuro marido, e recebe ordem de “dobrar a língua” na presença de homens, como afirma um homem para o seu pai durante o filme. No aspecto visual, as diferenças também são perceptíveis, pois não há a mesma ênfase em torno da beleza e Mulan passa boa parte do filme vestida como homem.

Os três filmes, mesmo com algumas diferenças, apresentam estereótipos. Nas primeiras produções da Disney, as princesas seguiam um padrão de personalidade: ser uma mulher delicada, frágil, romântica e bondosa, além de ser quase essencial ter talentos como cantar e falar com os animais. No final dos anos 1990, esse modelo de personagem foi desconstruído com o surgimento da Mulan. Embora valores tradicionais sejam apresentados, a história quebra algumas barreiras na forma como as mulheres se portam nas histórias da Disney e mostram que as personagens são muito mais que apenas belas princesas que vivem em castelos esperando um príncipe encantado salvá-las.

## **2.2 A sociedade dos três contos**

Antes de analisar o papel das personagens nos contos e em suas adaptações cinematográficas, deve-se contextualizar a sociedade da época que retratam e como as mulheres eram tratadas então. O papel da mulher na sociedade deve ser abordado mais detalhadamente, elementos como: seu comportamento e suas ações, que podiam influenciar diretamente o meio social em que ela se encontrava e sua posição no mesmo.

O cenário de Branca de Neve é o da Idade Média, em que todas as ações das mulheres eram diretamente ligadas a seu casamento no futuro, cabendo a elas a atividade doméstica e nada mais. Esse fator é muito presente no filme, pois Branca de Neve fica na casa dos sete anões fazendo todas as tarefas, como limpar, cozinhar, etc... enquanto os “homens” da casa saem para trabalhar.

Essa atitude da princesa Branca reflete o papel feminino restrito da época retratada no filme analisado. Em nenhum

momento, a trama traz algum posicionamento dela de confrontar a própria realidade familiar: nem reação ao ciúmes de sua madrasta, à tentativa de assassinato sofrida ou ao tratamento recebido dos sete anões. Para convencê-los a deixá-la ficar na casa, inclusive, Branca de neve afirma que sabe lavar, passar e cozinhar.

Mais de uma década depois, Cinderela traz consigo um papel mais romântico e delicado da mulher. A idéia do casamento volta nesse conto com mais evidência, mostrando que após Cinderela reencontrar o príncipe ela terá seu casamento dos sonhos e seu final feliz. A idealização do casamento é algo muito presente no filme, associado ao amor, cabendo à sociedade não aceitar e condenar alguém que se case por outros motivos (DAMASCENO, 2008). A película mostra como a princesa e o príncipe se apaixonaram no baile e como foi sua união, o que na verdade é uma visão romantizada, que não corresponde à realidade do período retratado nos contos de fada.

A correlação entre as atividades domésticas e mulheres também está presente neste filme, pois Cinderela era obrigada por sua madrasta a fazer as tarefas e não podia mudar essa situação, pois dependia dela para ter onde morar. No entanto, ao contrário de Branca de Neve, ela mostra indignação por sua situação atual e tem vontade de mudar e não ser mais dependente da madrasta.

Outro fator presente nessa história é a mobilidade social por meio do casamento. As noivas são princesas que passam por muitas dificuldades antes de casar, mas que no final encontram um príncipe (homem perfeito) e, após essa união, vivem felizes para sempre. (MELO, 2010). Esta situação também remete a um dos apontamentos de Beauvoir (2009): mulheres que não casavam permaneciam como servas na casa paterna e que se quisessem ter a posição de comando do lar, precisavam submeter-se ao marido.

Mulan sai totalmente do contexto apresentado pelas duas princesas já analisadas. O filme se passa na China, uma sociedade extremamente patriarcal. Os valores da família e deveres da boa esposa estão muito presentes na história, mostrando várias vezes

como uma mulher deve se portar diante da sociedade presença de homens.

A estrutura social já é apresentada no início, quando a personagem principal é obrigada a ir à uma casamenteira e mostrar que ela segue as normas corretas para ser uma boa esposa. A cena traz elementos extremamente machistas, como a mulher não poder falar dos seus problemas para seu marido, pois ele trabalha muito e não pode se estressar com os problemas dela, nem discordar de nenhuma decisão masculina.

Os membros da sociedade e da própria família de Mulan a reprimem em diversos momentos por suas atitudes e limitam suas ações. No momento em que ela quis alistar-se para guerra no lugar do pai, que tinha limitações físicas, nem ele, nem os recrutadores concordaram com sua decisão. Diante desse fator, é mostrada a força da personagem quando ela vai contra a posição imposta pela sociedade.

A sociedade dos três filmes são muito parecidas entre si em relação aos valores e a adoção do conservadorismo na vida dos indivíduos. Nos filmes clássicos da Disney, a questão do patriarcado é algo presente nas histórias, cabe a personagem principal aceitar essa condição ou não no meio em que ela convive.

Também vale analisar outro aspecto simbólico, dos objetos mágicos envolvidos em cada uma das tramas. A Rainha Má, de Branca de Neve, possui um espelho que lhe mostra o que quer saber. Em Cinderela, o sapatinho de cristal é mágico. O poder está em artefatos ligados ao feminino, com exceção de Mulan. No terceiro filme, o amuleto da sorte é um grilo, entregue pela avó da protagonista, animal que na cultura chinesa é símbolo de bom agouro.

### **2.3 Quem é de fato protagonista?**

Quem são as protagonistas dos contos de fada? Nosso primeiro impulso seria dizer “as princesas”, mas será que elas são mesmo o ponto central de toda a ação? Principalmente nas

adaptações cinematográficas mais antigas, a personagem principal não é a que tem o controle pleno dos acontecimentos e que age para dar o desfecho feliz na história.

Nas situações mais decisivas, Branca de Neve aguarda a ação dos personagens masculinos. É após o caçador, que lhe persegue, dizer “fuja” que a princesa foge do perigo. O desfecho da história acontece quando o príncipe a salva. Esta passividade está evidente também na trilha sonora do filme. Em uma das canções, Branca de Neve canta: “um dia nos encontraremos de novo / e para o castelo dele iremos para sermos felizes para sempre / (...) e os sinos de casamento tocarão / e os meus sonhos serão realidade”.<sup>3</sup> Rowe (1979) aponta que, embora as mulheres reais não aguardem literalmente um príncipe, narrativas românticas, como as do conto de fadas, podem de forma sutil fazê-las internalizar atribuições da vida doméstica e situações nas quais homens assumem a posição de poder como apropriadas e desejáveis.

A passividade já é algo menos marcante no segundo filme analisado, Cinderela. Ao menos esta princesa, diferente de Branca, reage ao perigo, mesmo que seja caindo em lágrimas, sendo espontânea (DUARTE, 2012).

Já as produções dos anos 1990 e 2000 mostram heroínas mais participativas e Mulan é bem representativa dessa visão. No início da história, ela se esforça para ser aprovada pela casamenteira, pois encontrar um marido significava trazer honra para família. Não só ela não atende a esta expectativa como decide ir à guerra no lugar do pai, quando cada família chinesa é convocada a alistar um de seus homens para lutar contra os hunos.

As escolhas de Mulan e da Branca de Neve não são apenas fruto do desejo individual. A possibilidade de serem agentes também depende do contexto em que estão inseridas. Como define Barker, a agência é a capacidade social de agir, de modo a fazer a

---

<sup>3</sup> Tradução livre da versão original. A versão brasileira mantém a mesma ideia central, de um sonho pelo qual ela espera e que depende de encontrar o príncipe.

diferença, e a estrutura da sociedade pode dar maiores ou menores condições de ação, conforme o gênero, idade, etnia, classe... Em nossa análise de adaptações animadas de contos de fada, devemos considerar não só o contexto do período retratado na obra como o do período de produção do filme.

Tanto A Branca de Neve quanto Mulan se passam em mundos antigos (sejam reais ou imaginários) e apontam o casamento como propósito de vida para as mulheres, mas só no desenho mais recente este padrão entra em questionamento. Mulan observa que não se encaixa nele e não persiste na tentativa de enquadrar-se: omite sua condição de mulher para lutar no exército no lugar do pai doente. Este tipo de reação reflete a busca por novos espaços que as mulheres reais foram exigindo década a década, busca à qual a Disney também estava atenta para atender a seu público.

Vale ressaltar que para inserir-se de outra maneira na sociedade, Mulan precisa fingir ser homem. A cena da preparação da tropa é embalada pela canção “I’ll make a man of you”, cuja versão em português ganhou o título “Homem ser”, enfatizando aquela atividade como essencialmente masculina. O ponto a problematizar é a mulher assumindo o papel masculino e fingindo ser algo que não é para ser aceita. Este é o desejo das mulheres? As pesquisadoras feministas que discutem temas de segurança (e os impactos das guerras em nossas vidas) consideram que não, que o objetivo não é repetir todas as ações que homens fazem. Autoras como Ann Tickner (1993) acreditam que “relações de gênero desiguais são uma forma de dominação que contribui para muitas dimensões das inseguranças contemporâneas”<sup>4</sup> e que não será possível superá-las sem eliminar a exploração feminina em vários

---

<sup>4</sup> It also allows us to see the extent to which unequal gender relationships are a form of domination that contributes to many of the dimensions of the contemporary insecurities analyzed by various new thinkers. Feminists deny the separability of gendered insecurities from those describable in military, economic, and ecological terms; such problems cannot be fully resolved without also overcoming the domination and exploitation of women that takes place in each of these domains.

domínios. Em resumo, mulheres fazendo a guerra não é uma prática feminista, mas a repetição da política que há séculos os homens conduzem.

Ainda em relação à Mulan, mesmo após sua participação decisiva em uma das batalhas, ela é rejeitada pelos outros combatentes quando estes descobrem que ela é mulher. Nas cenas seguintes, a personagem percebe que os inimigos atacarão o imperador e ninguém escuta seu alerta, por vir de uma mulher. Mulan insiste e só no último momento lhe dão ouvidos. Através da fantasia, o filme retrata uma situação próxima da realidade.

## **2.4 A rivalidade feminina**

Nas duas histórias clássicas que analisamos aqui, as princesas tem madrastas más que as repreendem constantemente. A de Cinderela a mantinha dentro de casa para fazer as atividades domésticas e a de Branca de Neve contrata um caçador para matá-la e, posteriormente, se disfarça como uma velha bruxa para envenená-la. A rivalidade feminina é bastante presente, mesmo nas versões antigas destes contos.

No texto alemão, embora o pai de Cinderela ainda fosse vivo, pouco fazia para conter as humilhações feitas à filha pela nova esposa. Este sentimento de não ser amada pelo pai seria, para Diana e Mário Corso (2005) um dos motivos pelo qual a história sensibilizou e atraiu tantas pessoas ao longo do tempo.

Na versão de Perrault, na qual a Disney se baseou, os maus tratos iniciam após a morte do pai. A madrasta a condena a trabalhar, como se isto fosse capaz de suprimir sua beleza. Por mais que se esforce, nada do que faz é considerado suficientemente bom. A trilha sonora ganha acordes rápidos enquanto Cinderela corre com a preparação das refeições e, ao fundo, se escuta as meio-irmãs e a madrasta cobrando que seja mais ágil. As bandejas são equilibradas com as mãos e com a cabeça. Elas lhe dão ordens o tempo todo: “Passe esta roupa e não

leve mais que uma hora!”, “Pegue a trouxa, comece logo a trabalhar!”, “Tire o tapete, (...) varra, (...) lave (...)”. A madrasta e as irmãs colocam todos os entraves para que Cinderela não vá ao baile, para o qual todas jovens do reino foram convidadas.

A inveja sentida pelas meio-irmãs e pela madrasta também aparece em *Branca de Neve*, centrada fortemente no quesito beleza. Diana e Mário Corso pontuam que a rivalidade se intensifica conforme a personagem passa da infância para a juventude, ou seja, quando torna-se também uma mulher desejável. Este é um aspecto do texto escrito que os desenhos não enfatizaram. Ressalta-se ainda que as histórias preservam a maternidade, o mito de que mães são figuras sempre amorosas. As princesas, em geral, são órfãs e sua vida de sofrimentos se confunde com a ausência da mãe.

Se de um lado há mulheres como as grandes adversárias, do outro há personagens femininas que representam uma figura maternal: as fadas madrinhas. São elas que as ajudam nos momentos de maior adversidade, inclusive valendo-se de poderes mágicos. Seria o traço mais próximo do que o feminismo hoje chama de sororidade, ou seja, um sentimento de empatia e apoio entre mulheres em um mundo ainda dominado pelo masculino.

A disputa entre mulheres é um aspecto quase ausente em *Mulan*. O vilão não é uma mulher má, mas um exército estrangeiro a ser vencido. A personagem principal ainda desenvolve uma relação de amizade com o jovem capitão Lee e a história termina deixando no ar um possível desfecho romântico entre eles. Não há a celebração de uma união, como nos outros filmes, mas algo bem mais sutil, com a visita do capitão à casa da família de Mulan nas cenas finais.

### **3 Considerações finais**

Considerando que gênero não é biológico, mas algo desenvolvido na interação com o Outro, os modelos apresentados às crianças podem influenciar a constituição da sua identidade.

Ainda na infância, somos confrontados e confrontadas com aprovações/desaprovações que nos mostram o que é esperado de nós. Assim vamos internalizando o que é masculino ou feminino.

Os filmes infantis podem ser parte desta formação de meninas (e também meninos) sobre gênero. Portanto, observar como as mulheres são mostradas em produções que atingem diretamente esta faixa etária é tão relevante.

Nas animações clássicas da Disney, as personagens femininas são sempre ligadas a atividades domésticas, casamento ideal e a valores patriarcais. Mesmo cada uma das três princesas tendo reagido de forma diferente a essa situação, os estereótipos que associam o feminino ao cuidado da casa e à vida privada são muito presentes.

O comportamento das duas primeiras princesas da Disney, Branca de Neve e Cinderela, traz características delicadas, românticas e sensíveis. Mulan foge deste padrão e se mostra uma mulher determinada a lutar pelos seus direitos, porém sua história no final é ligada a idealização do “felizes para sempre”.

A trajetória das princesas sempre está ligada com um príncipe e o encontro do amor ideal, que a resgata de uma situação de sofrimento. Nos clássicos, os homens aparecem ao final da trama, para salvar as personagens femininas. Nos filmes de décadas recentes, como Mulan, a grande resolução é trazida por elas mesmas. As heroínas não precisam mais de príncipe para serem salvas. Isto pode ser observado também em outras produções da Disney de grande sucesso, como Frozen, em que as irmãs Elsa e Anna são o centro da ação.

Esta mudança na representação das mulheres, menos dependentes e passivas, reflete alguns dos avanços obtidos pela luta das mulheres por equidade de gênero. As novas princesas não limitam-se às tarefas domésticas e ao casamento: elas participam de toda a aventura e enfrentam os problemas. Estas características das heroínas contemporâneas podem ajudar as novas gerações a encontrarem um modelo de comportamento mais livre, em que as

diferenças de gênero não sejam tão limitadoras das escolhas de cada indivíduo.

## Referências

ALVAREZ, Sonia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, jan. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000200013>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BARKER, Chris. *The SAGE dictionary of Cultural Studies*. Londres: Sage, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERNSTEIN, Elizabeth. O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 31, v. x, p. 315-362, mês. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644884>> Acesso em: 12 jun. 2016.

BLANCO; Diego. Princesas Disney e o Feminismo- Parte 1. **Revista Fórum**, 2012.

BRASIL, Francisca Patrícia Pompeu. **Contos de fadas e casamento na prosa romântica de José de Alencar**. Dissertação (Mestrado em Letras), 2007. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 112 p.

BOX Office Mojo. Mulan. 13 de novembro de 2018. disponível em <https://www.boxofficemojo.com/movies/?id=mulan.htm> . Acesso em 13 de novembro de 2018.

BOX Office Mojo. Snow White and the seven dwarfs. 13 de novembro de 2018. disponível em <https://www.boxofficemojo.com/movies/?page=main&id=snowwhite.htm> . Acesso em 13 de novembro de 2018.

CARNEIRO, Terezinha Feres. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 1998.

CARRASCO, Walcyr. **Contos de Perrault: Cinderela e outras histórias**. São Paulo: Manole, 2009.

CLAIRE, Charlotte. **Disney, o feminismo e o papel da mulher na sociedade**, 2016.

- COELHO, Nelly Novaes. **O conto de fadas**. São Paulo: Ática, 1991.
- CORSO, Diana e CORSO, Mário. **Fadas no Divã: Psicanálise das Histórias Infantis**. Artmed: Porto Alegre, 2005.
- DAMASCENO, Elenise Roldan Melgarejo. **Para além dos contos de fadas: o ideal e o real no pensamento das mulheres sobre o casamento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), 2008. Universidade Estadual Paulista, Assis, 120 p.
- FIGUEIREDO, Luciano. **Mulheres nas Minas Gerais**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- FREDERICKSON, Bárbara L.; ROBERTS, Tomi-Ann. Objectification Theory: Toward Understanding Women's Lived Experiences and Mental Health Risks. **Psychology of Women Quarterly**, v. 21, n. 2, p. 173-206, 1997.
- HAASE, Donald. **Fairy Tales and Feminism: new approaches**. Wayne University Press: Michigan, 2004.
- IMDB. **Mulan: full cast and crew**. disponível em [https://www.imdb.com/title/tt0120762/fullcredits?ref=tt\\_cl\\_sm#cast](https://www.imdb.com/title/tt0120762/fullcredits?ref=tt_cl_sm#cast) . acesso em 14 de novembro de 2018.
- IMDB. **Snow White and the Seven Dwarfs: full cast and crew**. disponível em [https://www.imdb.com/title/tt0029583/fullcredits?ref=tt\\_cl\\_sm#cast](https://www.imdb.com/title/tt0029583/fullcredits?ref=tt_cl_sm#cast) . acesso em 14 de novembro de 2018.
- MELO, Daniely Damasceno de. **Cinderela: o símbolo arquetípico investigado entre as mulheres casadas de Palmas/TO**. – Palmas, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso;
- MELO, Daniely; **Cinderela: estereótipo feminino no contexto do casamento/amor romântico**, 2014.
- MOEN, Kristian. **Film and Fairy Tales: the Birth of Modern Fantasy**. I.B. Tauris: Londres, 2013.
- ROWE, Karen. **Feminism and Fairy Tales**. **Women's Studies**, 1979, Vol. 6. pp. 237 - 257.

TICKNER, Ann. **Gender in International Relations**. Nova York: Columbia University Press, 1992.

## **Después de Lucía: analisando a pornografia de vingança como violência de gênero**

*Giovana Carvalho Paludo<sup>1</sup>*

*Giovana Lima Michelin<sup>2</sup>*

*Stéfani Meneguette dos Santos<sup>3</sup>*

### **Introdução**

“Después de Lucía” é um filme mexicano dirigido Michel Franco lançado em 2013. O drama retrata a história de Alejandra e seu pai, que após um acidente de carro em que a sua mãe, chamada Lúcia, morre, decidem recomeçar a vida na Cidade do México. A protagonista, uma garota de dezessete anos, passa a frequentar o novo colégio e logo faz novos amigos. Um determinado dia, em uma pequena festa, Alejandra têm relação sexual com seu colega José, momento em que o rapaz filma o ato e divulga as imagens pelo colégio inteiro. A partir desse momento Alejandra sofre todo o tipo de violência, que é presenciada por todos, sem nenhuma intervenção, e acaba culminando em consequências graves. Essa é a premissa do filme que possui paralelos com a realidade brutal da

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público-RS

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público-RS e graduanda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<sup>3</sup> Graduanda em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público-RS

cultura do estupro e culpabilização da mulher que permeia a nossa realidade, em que a mulher cada vez mais pressionada pelo silêncio e pelo medo de ser reprovada socialmente, continua sofrendo abusos verbais, sexuais e psicológicos diariamente.

Dessa forma, pretende-se analisar como o sistema patriarcal constrói um ideal de mulher e como a sociedade legitima a violência às mulheres que contrariam os padrões impostos por essas sociedades machistas. O enfoque será dado em relação a culpabilização das mulheres vítimas de vazamento de vídeos íntimos, a fim de observar como ocorre a desumanização dessa mulher que passa a ser vista como um corpo a ser consumido. Assim, à luz da literatura feminista, pretende-se abordar tais violências tecendo suas relações com a objetificação da mulher, que ‘coisifica’ os corpos femininos, e como a cultura do estupro promove a normalização e banalização da violência sexual que vitimiza mulheres todos os dias. Logo, faz-se imprescindível discorrer sobre a importância e os limites do consentimento em relação aos vídeos íntimos veiculados e as consequências disso para a vida da mulher.

Portanto, busca-se demonstrar como essas estruturas patriarcais legitimam a violência estrutural contra a mulher e protegem os agressores. Cabe salientar que essa análise defende que a pornografia de vingança é utilizada como uma forma de violência de gênero que afeta, majoritariamente, a mulher. Procura-se, desse modo, desmistificar a crença de que a vítima é, de alguma forma, responsável pela violência sofrida.

## **2.A dominação masculina**

Antes de mais nada, é preciso analisar em que contexto ocorre essa violência contra a mulher de divulgação de vídeos e fotos íntimas, tal qual a que Alejandra, no filme, é submetida. O conceito de patriarcado é remoto, utilizado por Engels (1982) e Weber (2004), que concordam no sentido de ser o patriarcado um sistema de poder. Contudo, as teorias feministas atualizaram o

conceito, definindo-o como sistema de dominação em que os homens dominam as mulheres e se beneficiam dessa subordinação (LERNER, 1990). Lerner definiu tal sistema como a manifestação e institucionalização do poder masculino, primeiramente perante as mulheres e filhos no núcleo familiar, e depois, a ampliação desse domínio sobre a população feminina e sociedade em geral. Em outras palavras, o patriarcado pode ser compreendido como o sistema de estrutura e práticas sociais que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres (WALBY, 1990). De acordo com Saffioti, “neste regime as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (SAFFIOTI, 2004, p. 105). Dessa forma, a dominação-exploração se dá no controle dos corpos femininos em razão, sobretudo, de seu papel no processo reprodutivo.

Ademais, esse sistema reforça os papéis de gênero construídos e impostos pela cultura, que historicamente atribui determinados comportamentos à mulher: seja simpática, seja meiga, seja delicada, seja encantadora, totalmente altruísta, domine todas técnicas para cuidar de um lar e manter o convívio familiar, seja boa esposa, seja boa mãe, tenha postura, fale baixo, nunca deixe ninguém perceber que você tem opinião própria, e claro, seja pura (WOOLF, 1931). Esta padronização física e comportamental constitui mais um dos mecanismos de dominação do homem que decide o estereótipo de “mulher perfeita” e o incorpora na sociedade patriarcal.

Conforme Alda Facio e Lorena Fries:

A universalidade da subordinação feminina que existe e envolve os âmbitos da sexualidade, da afetividade, da economia e da política em todas as sociedades, independentemente do seu grau de complexidade, demonstra que estamos lidando com algo muito profundo, e historicamente enraizada, algo que não pode ser erradicada com uma simples reorganização de alguns papéis sexuais ou sociais, nem sequer reorganizando completamente estruturas econômicas e políticas. Instituições como a família, estado, educação,

religião, ciência e a lei têm servido para manter e reproduzir o status inferior das mulheres<sup>4</sup>(FACIO e FRIES, 2005, p. 260)

Desse modo, é nesse contexto que se dão as diversas violações cotidianas de direitos das mulheres, uma vez que são violências estruturais e institucionalizadas que muitas vezes nem nos damos conta de tão enraizadas e naturalizadas na sociedade. Alejandra é mais uma personagem entre tantas que têm suas vidas devastadas pela cultura machista e patriarcal do controle dos corpos femininos que constrói um comportamento ideal esperado das mulheres.

A protagonista, órfã de mãe e diante de um pai traumatizado, toma para si o papel de ser “a mulher da casa”, assumindo o papel social ensinado ao feminino de ser responsável pelas incumbências domésticas e pelo equilíbrio do lar. Mesmo depois de ter seu vídeo íntimo divulgado, a garota de dezessete anos aguenta calada diversos abusos, assédios sexuais e morais para não incomodar ou não trazer preocupações para o pai. Saffioti (1995) ensina que as mulheres recebem desde o nascimento um treinamento específico para conviver com a impotência, o que é retratado durante todo o decorrer do filme. Em uma cena específica, quando dois colegas tentam estuprar Alejandra no banheiro da escola, a garota revida e quebra o celular de um deles; quando a diretora pede explicações, Alejandra, envergonhada ainda sai como culpada.

### **3. A objetificação da mulher**

O sistema patriarcal se vale de diversos mecanismos para manter seu poder, um deles é a pressão social imposta às mulheres

---

<sup>4</sup> Tradução livre. No original: La universalidad de la subordinación femenina, el hecho que exista y que involucre los ámbitos de la sexualidad, la afectividad, la economía y la política en todas las sociedades, independientemente de sus grados de complejidad, da cuenta que estamos ante algo muy profundo, y históricamente muy enraizado, algo que no podremos erradicar con un simple reacomodo de algunos roles en lo sexual o social, ni siquiera con reorganizar por completo las estructuras económicas y políticas. Instituciones como la familia, el Estado, la educación, las religiones, las ciencias y el derecho han servido para mantener y reproducir el estatus inferior de las mujeres.

que sofrem para estarem nos padrões midiáticos, inatingíveis, de beleza atuais. Tão grande é a pressão sofrida que muitas mulheres passam por procedimentos cirúrgicos puramente estéticos para tentar se encaixar no padrão.

O padrão imposto às mulheres, fruto da sociedade patriarcal, define todo o valor de uma mulher baseado em seu corpo: se é sexualmente atraente o suficiente para ser “consumido”. Sim, consumido, como um objeto, pois é dessa maneira que a sociedade trata o corpo da mulher, como algo que possui apenas um propósito sexual. Nesse sentido, para Carol J. Adams:

O consumo é a efetivação da opressão, a aniquilação da vontade, da identidade separada. Assim também com a linguagem: um assunto primeiro é visto, ou objetificado, através da metáfora. Através da fragmentação, o objeto é separado do seu significado ontológico. Finalmente, consumido, ele existe apenas através do que representa. O consumo do referente reitera sua aniquilação como um assunto de importância em si mesmo<sup>5</sup> (ADAMS, 2010, p. 73).

Logo, a objetificação feminina é algo intrínseco na sociedade, já que as mulheres, desde a tenra infância, são socializadas para assimilar a ideia de que sua aparência é uma das coisas mais importantes, fazendo com que a mulher se importe apenas com seu corpo e imagem. Isso é um dos meios do patriarcado de perpetuar a ideia que apenas corpos padronizados importam (BARTKY, 1990).

Uma das consequências de uma sociedade que objetifica as mulheres é a competição feminina, o que se percebe quando uma mulher crê que sua maior qualidade é o valor sexual que os homens às atribuem, o que leva a situação de rivalidade e gera uma visão de que todas as mulheres estão disputando entre si pelo “grande prêmio”: a atenção do homem (YAMANOUCHI, 2015), ou seja, a

---

<sup>5</sup> Tradução livre. No original: Consumption is the fulfillment of oppression, the annihilation of will, of separate identity. So too with language: a subject first is viewed, or objectified, through metaphor. Through fragmentation the object is severed from its ontological meaning. Finally, consumed, it exists only through what it represents. The consumption of the referent reiterates its annihilation as a subject of importance in itself.

crença de que este comportamento é da natureza feminina e não uma consequência de todo um contexto machista.

No filme, as colegas de Alejandra passam a julgá-la pela maneira em que se envolve sexualmente e, com intuito de torná-la menos atraente, cortam seu cabelo a força, retratando uma competição entre elas, cuja pretensão é eliminar ameaças ao “grande prêmio”. Nessa cena é possível reconhecer a consequência de uma socialização sustentada na rivalidade feminina, que ensina as mulheres a se relacionarem como se fosse, a princípio, inimigas potenciais. Logo, a sociedade patriarcal capitalista têm a mídia como impulsionadora dessas competições, pois especuladas como meros objetos sexuais, oprimidas à satisfazer os homens.

Para Beauvoir, o processo de formação da mulher, influenciada por uma visão negativa do corpo e por crenças patriarcais que estabelecem o lugar da mulher em sociedade, conduz a mulher a uma situação em que ela toma para si tais crenças e ocupa o lugar de Outro, um objeto, em relação a um Sujeito absoluto, o homem (BEAUVOIR, 1949). Atualmente, há mais um grande fator que leva a mulher a ocupar o lugar de Outro: a objetificação feminina pela mídia.

A forma como a mídia retrata as mulheres, como objetos decorativos, dependentes e com o propósito de servidão, apenas reforça os papéis estereotipados designados para a mulher. Segundo Moreno (2014) a mídia é uma poderosa educadora informal que contribui para a reprodução e perpetuação dos estereótipos e preconceitos, naturalizando-os e impregnando-os na cultura, isto é, naturalizando a mulher como objeto de servidão, a mídia acaba por banalizar as violências cometidas contra as mulheres.

Alimenta-se, em decorrência disso, um dos mitos do estupro: que mulheres vítimas de violência sexual são, muitas vezes, merecedoras de tal agressão (BURT, 1980). Assim, em uma cultura que mulheres são objetos de consumo, a crença de que as mulheres estão a dispor do homem, até mesmo a força, é muito forte e naturalizada na sociedade. Desse modo, homens expostos a essa

cultura tendem a demonstrar atitudes que apoiam a violência sexual contra a mulher, como distribuição de material íntimo, assédio sexual, comentários e piadas de cunho misógino.

Conforme as palavras de Wright e Tokunaga:

Quanto mais homens estiverem expostos a representações objetificadoras, mais eles pensarão sobre as mulheres como entidades que existem para a gratificação sexual dos homens [...], e que essa perspectiva desumanizada sobre as mulheres pode então ser usada para reforçar as atitudes em relação à violência sexual contra as mulheres<sup>6</sup> (WRIGHT, TOKUNAGA, 2015, p. 955)

Conforme o progresso do filme, Alejandra passa a ser cada mais vez objetificada. Com cada agressão os colegas perpetradores passam a ver cada vez menos um ser humano com personalidade única e vontades próprias, no lugar passam a ver apenas um corpo as suas disposições para praticar todos os tipos de agressões, inclusive estupro.

#### **4. Culpabilização da vítima**

Pelo exposto, verifica-se que o parâmetro de comportamento ao longo dos tempos sempre foi o do homem, enquanto a mulher foi vista como “o Outro”: Portanto, é à luz do comportamento masculino que se define a mulher (BEAUVOIR, 1949), e quando a mulher não cumpre, ou transgride, os padrões de comportamento dentro da normatividade para elas estabelecida, a sociedade reage legitimando a violência no controle de sua sexualidade. Em outras palavras, as diversas violações sofridas, sobretudo a sexual, é justificada sob o argumento de que se a mulher fizesse o que é “certo”, isso não teria acontecido.

---

<sup>6</sup> Tradução livre. No original: the more men are exposed to objectifying depictions, the more they will think of women as entities that exist for men's sexual gratification [...], and that this dehumanized perspective on women may then be used to inform attitudes regarding sexual violence against women.

Nesse sentido, a culpabilização da vítima mulher se processa quando lhe é atribuída, parcial ou totalmente, a responsabilidade pela violência sofrida, o que termina por relativizar o ato do agressor (ALEMANY, 2009). Assim, as mulheres carregam não apenas a dor da violência, mas também a vergonha e a culpa por não terem evitado o ato, pois a culpabilização obstaculiza que muitas mulheres denunciem a violência sofrida com medo que sejam responsabilizadas, com cobranças inseridas em questionamentos como: “mas que roupa você estava vestindo? ”, “o que você estava fazendo sozinha àquela hora?”, “você tinha bebido?”. Neste ponto, é válida a lição de Safiotti:

As mulheres são culpabilizadas por quase tudo que não dá certo. Se ela é estuprada, a culpa é dela, porque sua saia era muito curta ou seu decote, ousado. Embora isto não se sustente, uma vez que bebês e outras crianças ainda pequenas sofrem abusos sexuais que podem dilacerá-las, a vítima adulta sente-se culpada. (SAFIOTTI, 2015, p. 67-68)

Para corroborar os apontamentos supra elencados acerca da culpabilização da vítima, menciona-se alguns casos recentes que tiveram repercussão na mídia, como o do promotor do Rio Grande do Sul que ofendeu uma menina de 14 anos, vítima de constantes estupros pelo próprio pai, fato que a levou demandar judicialmente a realização de um aborto; no caso algumas manifestações do promotor foram: “Pra abrir as pernas e dar o rabo tu tem maturidade, tu é autossuficiente, e pra assumir uma criança tu não tem?” enquanto acusava a vítima de ‘facilitar’ o crime<sup>7</sup>. Há, também o caso de um motorista da Uber foi preso pelo estupro de uma passageira; sobre o fato os comentários nas redes sociais foram, por exemplo : “A mulher também não se dá o respeito (...), um frio insuportável e a mulher quase pelada”; “Só cai na

---

<sup>7</sup>Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/promotor-humilha-vitima-de-estupro-no-rs-vou-me-esforçar-pra-te-ferra/>> Acesso em: 29/07/2018

armadilha de lobo quem é lobo ou gosta da situação”<sup>8</sup>. Reações que diariamente refletem o machismo escancarado e naturalizado, que legitima e culpa as mulheres pela violência que estas sofrem. Ademais, demonstram a vitimação seletiva das mulheres, uma vez que as mulheres que não se encaixam na moral sexual esperada, não apenas não são consideradas vítimas, como se sugere que elas tenham consentido, gostado ou provocado a violência sexual. Somente a moral das “mulheres honestas” é vista como digna de proteção (ANDRADE, 1996).

Desta forma, o julgamento de um crime sexual (...) não é uma arena onde se procede ao reconhecimento de uma violência e violação contra a liberdade sexual feminina, nem onde se julga um homem pelo seu ato. Trata-se de uma arena onde se julgam simultaneamente, confrontados numa fortíssima correlação de forças, a pessoa do autor e da vítima: o seu comportamento, a sua vida pregressa. E onde está em jogo, para a mulher, a sua inteira “reputação sexual” que é - ao lado do status familiar - uma variável tão decisiva para o reconhecimento da vitimação sexual feminina, quanto a variável status social o é para a criminalização masculina. (ANDRADE, 1996, p. 102.)

Assim, Alejandra, após ter o vídeo íntimo divulgado é indagada por todos se ela sabia que estava sendo filmada, como se isso fosse uma justificativa para ter sua privacidade violada. A ela, e somente a ela, é atribuída a culpa por ter tido seu vídeo vazado, refletindo que acontece todos os dias: mulheres sendo convertidas de vítimas em acusadas, condenadas pela violência sofrida.

## 5. Cultura do estupro

Nos anos 1970, ativistas da segunda onda do movimento feminista começaram a empenhar-se na conscientização da

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2017/01/vitima-de-motorista-da-uber-presopor-estupros-relata-agressoes-e-choques.html>> Acesso em: 29/07/2018

sociedade acerca da predominância do estupro. O entendimento da época era de que o estupro era um acontecimento raro, praticado apenas por "monstros psicopatas" que desconheciam suas vítimas (RUTHERFORD, 2011). O termo "cultura do estupro" foi elaborado para expor como a sociedade culpava a vítima de violência sexual e normalizava o comportamento do agressor, assim protegendo-o.

Para se discorrer sobre a cultura do estupro se faz imprescindível considerar o previsto no artigo 213 do Código Penal Brasileiro, que dispõe estupro como o ato de "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". Logo, estupro não é caracterizado apenas pela penetração, mas sim por qualquer ato libidinoso sem consentimento. Estupro é o ato que fere o bem jurídico da dignidade sexual.

Assim, para uma melhor compreensão da cultura do estupro é preciso superar a ideia de que estupro é sobre sexo: estupro é sobre poder. Agressores não são motivados ao crime por atração sexual ou por impulso sexual incontrolável, são motivados pela necessidade de humilhar alguém mais vulnerável que está ao seu alcance, pela necessidade de demonstrar poder e a vontade de infligir medo (BRONWMILLER, 1975).

Como define Merrill Smith:

Uma cultura do estupro, de acordo com os editores de *Transforming a Rape Culture*, "é um conjunto complexo de crenças que encoraja a agressão sexual masculina e apoia a violência contra as mulheres". Uma cultura do estupro acredita que a agressão sexual em homens é determinada biologicamente, em vez de comportamento apreendido. Por sua vez, considera que as mulheres são sexualmente passivas e que são dominadas pelos homens. Consequentemente, um encontro sexual normal é representado como um homem heterossexual forçando-se a uma mulher. Assim, em uma cultura do estupro, a violação é o modelo para a maioria das atividades sexuais<sup>9</sup> (SMITH, 2004, p.174).

---

<sup>9</sup> Tradução livre. No original: A rape culture, according to the editors of *Transforming a Rape Culture*, "is a complex set of beliefs that encourages male sexual aggression and supports violence

Recai sob as mulheres o mito de que são parte do problema. A cultura do estupro força as mulheres a mudarem o seu comportamento e impõe toda a responsabilidade da prevenção do estupro, como se a limitação de seus movimentos fosse o suficiente para evitar a agressão (HARDING, 2015). Na cena em que Alejandra chega a escola depois do vazamento do vídeo, quando ela é questionada pelas amigas o porquê de ela ter se submetido a aparecer no vídeo fica claro a atribuição de responsabilidade a ela, pois as colegas não demonstram nenhum tipo de apoio ou solidariedade com a situação da menina, mas sim um posicionamento condenador.

A cultura do estupro permite que os homens acreditem que um comportamento agressivo é aceitável, até mesmo desejável, enquanto as mulheres são socialmente ensinadas a acreditarem que tal comportamento agressivo vindo dos homens é normal. A cultura do estupro procura razões para culpar a vítima pelo estupro (estava com roupa decotada, estava bebendo, estava andando sozinha à noite), mas não busca as evidências de culpa do agressor, pelo contrário, busca meios de provar que sua agressão foi justificada (SMITH, 2004).

Essa cultura é responsável pelo pensamento de que mulheres que expressam sua sexualidade, que saem do padrão da pureza, devem ser punidas, como no caso de Alejandra que, após ter sua intimidade exposta e viralizada, tem sua vida destruída pelos colegas que a julgam pelos seus atos sexuais e acreditam que isso proporciona a liberdade de torturá-la fisicamente e psicologicamente. Alejandra é estuprada por causa de um pensamento que define o valor da mulher conforme sua vida sexual.

Como observa Friedman e Valenti:

---

against women." A rape culture believes that sexual aggression in men is biologically determined, rather than learned behavior. In turn, it considers women to be sexually passive and meant to be dominated by men. Consequentially, a normal sexual encounter is represented as a heterosexual man forcing himself upon a woman. Thus in a rape culture, rape is the model for most sexual activity.

[...] the myth of sexual purity and how it reinforces rape culture. The purity myth—the lie that sexuality defines how “good” women are, and that women’s moral compasses are inextricable from their bodies—is an integral part of rape culture. Under the purity myth, any sexuality that deviates from a strict (generally straight, maledefined) norm is punishable by violence<sup>10</sup> (FRIEDMAN, VALENTI, 2008, p. 299)

Mulheres que tem imagens ou vídeos íntimos divulgados, como Alejandra, sofrem uma grande repressão que, em alguns casos, levam a tentativas de suicídio, enquanto a divulgação de imagens ou vídeos íntimos masculinos não costuma afetar a vida dos mesmos, muito pelo contrário, às vezes proporciona uma boa reputação ao homem. Isso é um reflexo da cultura do estupro, que desvaloriza a mulher por ser sexualmente ativa e recompensa o homem pelo mesmo motivo.

Alejandra, assim como tantas mulheres, sofre na pele as consequências de uma cultura misógina que alimenta a ideia de que uma mulher que foge do padrão de pureza esperado pela sociedade deve ser punida com insultos, humilhações, agressões e estupro.

## 6. Consentimento

A divulgação de fotos e vídeos íntimos de mulheres pode decorrer de material obtido com ou sem o conhecimento da vítima. Valendo-se de uma relação de confiança que tem com homem, a mulher permite que este grave vídeos de momentos íntimos do casal, envia-lhe fotos em situação de nudez ou permite que este o faça. O que ocorre nessa situação é que homem ultrapassa o limite do consentimento da mulher. Uma breve busca no dicionário e temos a noção do que significa consentimento: “Concordância;

---

<sup>10</sup> Tradução livre. No original: [...] o mito da pureza sexual e como reforça a cultura do estupro. O mito da pureza - a mentira que a sexualidade define como as mulheres "boas" são, e que as bússolas morais das mulheres são inextricáveis dos seus corpos - é parte integrante da cultura do estupro. Sob o mito da pureza, qualquer sexualidade que se desvie de uma norma rígida (geralmente heterossexual, definida por homens) é punível com violência.

ação de manifestar aprovação em relação a alguma coisa”. Há nas relações estabelecidas entre homens e mulheres um ato de ceder, não de consentir. As mulheres não possuem poder para consentir, em decorrência da dominação masculina estabelecida na relação, não são detentoras de poder de autodeterminação, mas de um ceder involuntário diante das imposições masculina, igualmente ocorre patrão-empregado, onde o trabalhador não tem poder de consentir e decidir sobre as condições de seu trabalho, pois majoritariamente é abundante a oferta de força de trabalho e rara a oferta de postos de trabalho (SAFFIOTI, 2004).

Então o sujeito valendo-se de um consentimento prévio para determinada ação, a qual seja, de acessar o material da mulher em situação de sexo ou nudez, por conta própria torna esse consentimento que lhe foi confiado, público. E nesse ato de vingança, de tornar o conteúdo íntimo público, que o homem viola a intimidade e a liberdade da mulher, um direito previsto na Constituição Federal, no inciso X do artigo 5º, que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

O homem movido pelo sentimento de posse que exerce sobre mulher, concretiza sua dominação sobre esta, uma vez que tradicionalmente as nossas sociedades estão estruturadas com base no gênero. Como definido por Bourdieu, trata-se de uma dominação simbólica:

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos... (BOURDIEU, 1998, p.15).

A sociedade condena as mulheres que não seguem as rotulações impostas para seu papel de gênero, que não seguem o que lhes é permitido ou não no âmbito social, aquelas que exercem sua liberdade sexual. Então para aquelas que autorizaram a gravação ou a fotografia e enviaram o material ocorre a condenação por ter exercido sua liberdade sexual e por ter confiado no homem para compartilhá-lo com ele.

O patriarcado se estrutura socialmente com base na repressão sexual da mulher, estigmatizando as que sofrem violência sexual, culpando-as pelo abuso sofrido. Como observa Simone de Beauvoir:

A civilização patriarcal votou a mulher à castidade; reconhece-se mais ou menos abertamente ao homem o direito a satisfazer seus desejos sexuais ao passo que a mulher é confinada ao casamento: para ela, o ato carnal, em não sendo santificado pelo código, pelo sacramento, é a falta, queda, derrota, fraqueza; ela tem o dever de defender sua virtude, sua honra; se “cede”, se “cai”, suscita o desprezo; ao passo que até na censura que se inflige ao seu vencedor há admiração. (BEAUVOIR, 1970, p. 112)

Fica evidente tal julgamento no filme “Después de Lúcia”, quando, após a divulgação do vídeo, Alejandra volta a frequentar a escola e as colegas questionam se ela sabia que José estava gravando o momento íntimo deles e Alejandra relata que no momento não estava em plena consciência, devido a alteração pela bebida alcóolica e as meninas a condenam, mas Alejandra diz que não achou que José divulgaria o vídeo. Passando assim, a ser taxada como menos vítima da violência sofrida por ter sido “condescendente” para que ela ocorresse.

## **7. Consequências da pornografia de vingança**

A pornografia da vingança insurge-se como uma violência contra a mulher. Trata-se de uma violência psicológica, que

representa uma ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral (SAFFIOTI, 2004). Ocorre que, essa violência traz consigo severas consequências, visto que a mulher passa a ser rotulada, marcada, vista como uma mulher fácil, taxada de puta, humilhada e julgada constantemente pela sociedade, esta que cada vez mais compartilha o conteúdo íntimo sem a menor hesitação. É a divisão que a sociedade estabelece entre mulheres honestas e fáceis, para casar e para se divertir. Nesse sentido, Saffiotti (1987, p. 32) esclarece que “enquanto ‘santas’ e ‘prostitutas’ continuarem a representar os papéis que a hipócrita sociedade burguesa lhes atribui, o status quo, o estado de coisas presente, encontrará suporte para se manter intacto, incólume, intocável”.

No filme “Después de Lúcia”, após a divulgação do vídeo, Alejandra começa a viver um pesadelo. Iniciam-se os assédios verbais e físicos por parte dos colegas, inclusive gerando um estupro durante uma viagem escolar. E assim, ela passa a ser um objeto, condenada pela própria violência que sofreu. Tudo isso acontece sem que ninguém interfira. A escola torna-se omissa, a protagonista se sente constrangida de relatar ao pai a violência que está sofrendo, enquanto José, que gravou o vídeo, faz poucas tentativas de conversar com Alejandra, tentando se desculpar, mas sempre sendo omissos diante das violências praticadas contra ela.

Dessa forma, percebe-se a influência dos papéis de gênero na sociedade, para legitimar a culpabilização daquelas que fogem das normas morais que lhe são impostas. Enquanto os meninos são socializados para o uso de sua força física, agressividade, dominação e a iniciação da vida sexual precoce, as meninas são destinadas ao papel da submissão, passividade e castidade (CAVALCANTE e LELIS, 2016). O homem, mesmo aparecendo junto com a mulher nas cenas de sexo gravadas e/ou fotografias divulgadas, não é julgado. Ele continua a frequentar os espaços públicos sem que seja lembrado do episódio, sem ser assediado ou xingado. A sexualidade é natural para os homens desde muito

jovens, onde ter a primeira relação sexual é incentivado, comemorado como sinal de virilidade. Já a sexualidade da mulher deve ser reprimida, guardada e escondida, sob pena de ser taxada de puta, de mulher fácil e assim nenhum homem irá querer algo sério com ela.

Esse fenômeno é observado ao longo do filme. Enquanto Alejandra carrega todos os rótulos negativos, como puta e outras agressões físicas e verbais, nada acontece com José. Nenhuma exclusão social, ofensas ou repressão cai sobre ele, que inclusive constrói um relacionamento amoroso com uma de suas amigas e quando volta para casa essa tranquilidade continua e assim sua vida segue normalmente.

A violência psicológica que a mulher sofre ao ter sua intimidade violada muda sua vida completamente. Em alguns casos pode levar inclusive ao suicídio. Às vezes um suicídio metafórico, o suicídio social, de sua própria essência, como ocorre com a personagem Alejandra. Tudo o que ela queria ao final de todo o sofrimento que passou era poder ficar em paz sozinha, longe de todo o julgamento e agressões da sociedade. Nas palavras de Saffioti:

Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito. (SAFFIOTI, 2004, p.19).

### **Considerações finais**

Nossa análise do filme “Después de Lucía”, demonstra como a exposição de vídeos íntimos constitui uma violência contra a mulher. Demonstramos que tal problema é uma consequência da sociedade patriarcal que perpetua estereótipos de gênero, objetifica sexualmente a mulher e contribui para a cultura do estupro.

Todas as imposições construídas através da definição dos papéis de gênero, afetam aquelas que saem do comportamento que a sociedade impõe. Se a mulher sente prazer no sexo, significa que ela não é honrada, não é uma mulher decente. O prazer no sexo só é permitido aos homens e as mulheres devem guardar seus desejos para si. Quando um vídeo íntimo se torna público a única coisa que as pessoas veem é uma mulher quebrando os limites sociais que deviam ter sido seguidos na sua condição de mulher. Começa assim a culpabilização da vítima, os questionamentos sobre as circunstâncias que o vídeo foi gravado, se ela sabia que estava sendo filmada, se ela conhecia bem a pessoa com quem estava transando, se ela sabia que o vídeo poderia acabar sendo exposto. Inúmeras são as tentativas de fazer a vítima ser culpada pela violência que sofreu.

Para finalizar, tentamos demonstrar pelo todo exposto, tendo como inspiração o filme “Después de Lucía” o quanto resta ilusória a crença de que já alcançamos a igualdade entre os sexos e como a violência cometida contra a mulher, nesse caso com enfoque na mulher vítima de pornografia de vingança ou que tem sua intimidade exposta por qualquer motivo, é banalizada e até legitimada por uma sociedade que tem enraizada a cultura do estupro.

## Referências

ALEMANY, Carme. Violências. In: HIRATA, Helena; et al (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ADAMS, Carol J. **The Sexual Politics of Meat**. Continuum, 2010.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da inferiorização feminina**. Sequência: estudos jurídicos e políticos, V. 17, n. 33, 1996. p. 102.

BARTKY, Sandra Lee. **Femininity and domination: Studies in the phenomenology of oppression**. Psychology Press, 1990.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo 1: Fatos e mitos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1949.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado, 1988.

BROWNMILLER, Susan. **Against our will: Men, women and rape**. New-York, Simon & Chuster, 1975.

CAVALCANTE, Viviane Albuquerque Pereira, LELIS, Acácia Gardênia Santos. Violência de Gênero Contemporâneo: **Uma nova modalidade através da pornografia da vingança**. Interfaces Científicas. Aracajú. V. 4, N° 3, p.59-68. 2016.

Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/consentimento/>>. Acesso em 18/06/2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Editora Civilização Brasileira S.A: Rio de Janeiro, 1982.

FACIO, Alda; FRIES, Lorena. **Feminismo, género y patriarcado**. Revista sobre enseñanza del Derecho de Buenos Aires, V. 3, n. 6, 2005.

FRIEDMAN, Jaclyn; VALENTI, Jessica. **Yes means yes!: Visions of female sexual power and a world without rape**. Seal Press, 2008.

HARDING, Kate. **Asking for it: The Alarming Rise of Rape Culture--and what We Can Do about it**. Da Capo Lifelong Books, 2015.

LERNER, Gerda. **La Creación del Patriarcado**. Barcelona: 1990

LOPES, Nuno. OLIVEIRA, Catarina Sales. **Vigiando A Violência - O Uso De Meios De Controle e Fiscalização À Distância Em Processos De Violência Doméstica**. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas, Paraíba, n. 1, v. 5, p. 68-91, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/27540/15297>>. Acesso em 18/06/2018.

MORENO, Rachel. **As Lutas Feministas e a Mídia**. 2014. Disponível em <<http://www.clam.org.br/busca/conteudo.asp?cod=11551>>. Acesso em: 20/07/2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SMITH, Merril D. (Ed.). **Encyclopedia of rape**. Greenwood Publishing Group, 2004.

WALBY, Sylvia. **Theorying Patriarchy**. Basil Backwell, USA, 1990.

WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Coleção L&PM Pocket, 2012.

WRIGHT, Paul J.; TOKUNAGA, Robert S. **Men's objectifying media consumption, objectification of women, and attitudes supportive of violence against women**. Archives of sexual behavior, v. 45, n. 4, p. 955-964, 2016.

YAMANOUCHI, Miya. **Embrace Your Sexual Self: A Practical Guide for Women**. Book Tango, 2015



## O lugar da mulher na cozinha: possibilidades de resignificação

*Jaqueline Deuner<sup>1</sup>*

*Laís Maria Escher<sup>2</sup>*

### Introdução

Na maioria das culturas, as mulheres foram condicionadas ao espaço doméstico, o que inclui a tarefa de cozinhar. Tão evidente é a presença da mulher neste espaço, que diversos discursos machistas - no sentido de considerar o sexo masculino em uma posição superior ao feminino - evidenciam a mulher na cozinha, com o intuito de diminuir sua atuação e evidenciar a determinação e imposição da mulher neste espaço. Diante disto, surge o questionamento: é possível que haja uma resignificação desse espaço para a mulher? Acerca deste problema de pesquisa, buscaremos verificar a partir do filme *Julie & Julia* o movimento que ocorre entre a subordinação e a resignificação desta condição imposta às mulheres na cozinha, partindo da hipótese de que é possível que haja uma subversão deste espaço dominador. A pesquisa se dá através de abordagem qualitativa, sendo

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Especialista em Direitos Humanos e Estudos Críticos do Direito e Sociedade pelo Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos da Unisinos.

<sup>2</sup> Graduada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Sócia-fundadora e Jornalista em agência Cultivo - Comunicação Rural.

desenvolvida com caráter exploratório e procedimento de levantamento e revisão bibliográfica.

Dirigido Norah Ephron, *Julie & Julia* (2009), baseado em fatos reais, entrelaça a história de duas mulheres norte-americanas apaixonadas pela culinária e retrata os desafios que ambas se propõem no universo da cozinha.

Julia Child (Meryl Streep) vai viver com o marido Paul Child na França, em 1949, e está em busca de alguma ocupação, visto que não quer mais trabalhar como funcionária pública. Apaixonada pela gastronomia francesa, percebe que não existem livros de receitas sobre culinária da França traduzidos para o inglês e começa a vislumbrar a partir disto uma possibilidade para se aventurar profissionalmente no mundo da cozinha.

Julie Powell (Amy Adams) muda-se com o marido Eric Powell para uma região suburbana de Nova Iorque, em 2002, e está em busca de alguma ocupação para além do trabalho. Encantada pelos ensinamentos culinários de Julia Child, Julie resolve criar em um blog chamado "Projeto Julie & Julia: 365 Dias, 524 Receitas, 1 pequena cozinha de apartamento"<sup>3</sup> a fim de refazer todas as receitas do livro "Dominando a Arte da Culinária Francesa" escrito por Julia Child, Louise Bertholle e Simone Beck, e, assim ter a cozinha como uma forma de escape da realidade.

Julia Child, pseudônimo da norte-americana Julia Carolyn McWilliams, autora de livros e apresentadora de programas de TV relacionados à culinária e gastronomia. Foi casada com o diplomata norte-americano Paul Cushing Child. Assim como representado no filme, Julia foi aluna da escola de culinária Le Cordon Bleu. Nasceu em Pasadena, no dia 15 de agosto de 1912, e faleceu em Santa Bárbara, no dia 13 de agosto de 2004. Julia Anne Foster, mais conhecida como Julie Powell, é uma blogueira e escritora que, inspirada nas receitas de Julia Child, resolveu criar o blog conforme a obra cinematográfica.

---

<sup>3</sup> Tradução livre. No original: Julie and Julia Project: 365 Days, 524 Recipes, 1 Tiny Apartment Kitchen

A norte-americana Julie nasceu em 29 de abril de 1973, no Texas, e é casada com o editor da revista *Archaeology*, Eric Powell.

## **2 A relação da mulher com a cozinha**

A divisão do trabalho sofre alterações em diferentes espaços, culturas e ao longo do tempo. Hirata e Kergoat (2007, p. 2) colocam que o termo divisão sexual do trabalho pode ser interpretado de duas formas. A primeira trata de uma aceção sociográfica na França que estuda a

(...) distribuição diferencial de homens e mulheres (no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 2).

As autoras seguem a segunda assimilação sobre o termo afirmando que este conteúdo deve permitir mais constatações além da identificação das desigualdades entre homens e mulheres ao

“1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero.” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 2)

O presente estudo se utilizará da definição de divisão sexual do trabalho no que tange a distribuição desigual dos trabalhos domésticos entre homens e mulheres.

Na maioria das culturas ocidentais, o trabalho doméstico desempenhado por mulheres compreende os cuidados de limpeza e organização dos lares, a criação dos filhos e a manipulação dos alimentos. Dentro destas culturas a necessidade de cozinhar, para nutrição da família, é suprida pelo trabalho das mulheres e, em poucas exceções, o homem se insere no espaço da cozinha.

Através da culinária as mulheres dominaram a estrutura alimentar doméstica e, o que muitas vezes foi ferramenta opressora, envolvendo questões de gênero, classe e raça, pode tomar contornos de poder. (FERREIRA e WAYNE. 2018, p. 12).

Saffioti (1987) define que os papéis sociais ocupados por diferentes categorias sexuais são precisas delimitações da sociedade no que tange a identidade social da mulher. Segundo a autora, essa identidade é construída com base em campos nos quais mulheres podem operar - do mesmo modo que escolhe onde os homens podem atuar. Ela exemplifica que a socialização dos filhos, bem como o cuidado com o ambiente doméstico é de responsabilidade da mulher

A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico a mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como e natural sua capacidade de conceber e dar a luz. (SAFFIOTI, 1987, p. 9)

É perceptível uma ruptura neste espaço com o surgimento da sociedade industrial, onde a mulher passa a trabalhar também nas fábricas, sem a distinção de gênero que antes a condicionava somente aos trabalhos domésticos. É preciso ressaltar que, ainda neste período, há uma predominância das mulheres nas tarefas domésticas, mas não uma exclusividade como anteriormente. (DÓRIA, 2012, p. 256)

E, dada esta definição de papéis, Ferreira e Wayne (2018) observam que as mulheres sabem cozinhar devido às condições sociais que lhes foram impostas e “fazer culinária de maneira quase automática não expressa falta de consciência neste saber, mas ao contrário, um profundo saber-fazer, que não lhes é dado por sua condição biológica, mas cultural.” (FERREIRA e WAYNE. 2018, p.3)

Sugere-se que tenha havido uma distinção entre o cozinhar doméstico e familiar, e a gastronomia acompanhada da difusão

desta cozinha que é amplamente masculinizada. Estudos indicam que por volta do século XVIII, na França, começa a surgir uma literatura culinária, assinada por *chefs* de cozinha que publicavam livros que ensinavam seu ofício. Consta-se já aqui, que os *chefs* eram, quase que exclusivamente homens. (DÓRIA, 2012, p. 254) Há um traço importante a ser ressaltado: na cozinha doméstica há a presença quase exclusiva da mulher, mas nas cozinhas profissionais, em especial no comando destas, elas não aparecem, os *chefs* de cozinha são, em maioria, homens.

Nesse sentido, Collaço pontua que

Os contornos adquiridos pelo trabalho feminino permanecem ainda presos a hierarquias da esfera doméstica transpostas ao domínio público. A cozinha de todo dia, considerada uma tarefa quase que obrigatoriamente feminina, estendeu-se ao universo das relações de trabalho. Restaurantes de caráter mais popular para atender refeições cotidianas incorporam maior número de mulheres, ao contrário de restaurantes que servem refeições mais elaboradas, onde a maioria dos *chefs* é masculina, assim como os funcionários que ali trabalham e servem comensais em busca de experiências distintas (COLLAÇO, 2008, p.3)

Dória (2012, p. 260) evidencia a diferença entre os papéis de gênero no ato de cozinhar com Auguste Escoffier, considerado o primeiro *chef* da Alta Cozinha Francesa, que não trabalhava em casas nobres, mas em espaços públicos como restaurantes e hotéis. Auguste, em 1934, preocupa-se em estabelecer o que as donas de casa francesas deveriam fazer em suas cozinhas, publicando o livro *Ma cousine*, deixando claro o papel que a mulher deveria ocupar nestas relações. “Em síntese, não era por tradicionalmente “saber cozinhar” que ela deveria alçar novos voos. A sua ocupação deveria ser a “nutrição” dos homens”. (DÓRIA, 2012, p. 260).

Em 1890 o *chef* Auguste Escoffier profere um discurso no EUA, reproduzido por Dória em seu estudo (2012, p. 261), onde explica porque os homens são melhores cozinheiros e *chefs*.

(...) Um homem é mais atento sobre os vários detalhes que são necessários para produzir um prato verdadeiramente perfeito... Para ele nenhum detalhe é mais importante do que outro.

Uma mulher, por outro lado, irá trabalhar com o que tem à mão. Isso é muito agradável e generoso de sua parte, sem dúvida, mas eventualmente estraga a sua comida e o prato não será um sucesso. Uma das principais faltas de uma mulher é sua ausência de atenção aos menores detalhes - a quantidade exata de especiarias, o condimento mais adequado a cada prato; e essa é uma das principais razões pelas quais seus pratos parecem pálidos diante daqueles dos homens, que fazem os pratos mais adequados a cada ocasião. (...)

Quando as mulheres aprenderem que nenhuma insignificância é demasiadamente pequena para ser desprezada, então iremos encontrá-las à frente das cozinhas dos clubs gourmets e dos hotéis; mas até então esses serão lugares nos quais, certamente, o homem reinará absoluto.

Verte cristalino observar que há uma percepção do espaço feminino na cozinha, mas este é condicionado aos afazeres domésticos, como se a mulher não tivesse condições de cozinhar de forma profissional. Em outros termos, a mulher cozinhou ao longo dos tempos e foi minimizada por esta tarefa, enquanto o homem aparece neste cenário apenas em um âmbito profissionalizado e neste momento esta função ganha um sentido respeitoso e é tida como incompatível com o feminino.

### **3 Possibilidades de ressignificação da cozinha a partir de Julie & Julia**

Entende-se por ressignificação a possibilidade de atribuir um novo sentido a algo, redefinir, de modo diverso daquele anteriormente estipulado. Aplicado ao tema discutido neste trabalho, refere-se a dar novo sentido a um espaço com sentido predeterminado. Mais precisamente, tem-se como hipótese que a cozinha, historicamente condicionada a mulher como uma forma de subordinação, uma imposição para inferiorizá-la, pode ser

ressignificada e tornar-se um local e uma prática que seja favorável à mulher, tanto no âmbito da realização pessoal, como na perspectiva de superação de estruturas machistas que se impõe às mulheres neste ambiente.

Ainda hoje, as mulheres tendem a fazer mais tarefas de casa do que os homens- elas cozinham e limpam a casa. Mas porque é assim? Será que elas nascem com um gene a mais para cozinhar ou será que [...] elas foram condicionadas a entender que seu papel é cozinhar? Cheguei a pensar que talvez as mulheres de fato houvessem nascido com tal gene, mas aí lembrei que os cozinheiros mais famosos do mundo- que recebem o título pomposo de “*chef*”- são, em sua maioria, homens. (ADICHIE, 2015, p. 37)

A cozinha enquanto um espaço feminino ganha significações diversas de quando os homens passam a inserir-se neste espaço. A cozinha feminina tem um contorno doméstico, mas não profissional, enquanto a função masculina neste âmbito é vista como o exato oposto. (FERREIRA e WAYNE. 2018, p. 9).

Federici (2017, p. 182) referindo-se às relações de trabalho das mulheres nos séculos passados, enfatiza que houve uma desvalorização do trabalho da mulher e exemplifica com os trabalhos relacionados a costura, prática que quando realizada por mulheres, mesmo quando elas costuravam roupas para outras pessoas que não seus familiares, não era considerado um trabalho profissional, mas um trabalho doméstico. Em contraponto, quando o mesmo trabalho era realizado por um homem, tratava-se de um profissional. A mesma dinâmica é percebida quando se trata de cozinhar.

A cozinha durante muito tempo foi destinada à mulher, mas isto foi alterado com o passar dos anos, fazendo com que a cozinha também seja lugar para os homens. Entretanto, o masculino na cozinha entra com uma ressignificação desse espaço. O trabalho do homem na cozinha é visto como profissional e com valor de mercado, enquanto que o feminino permanece restrito ao trabalho doméstico. (FERREIRA e WAYNE. 2018, p. 7) As mulheres são vistas como

cozinheiras, enquanto os homens são *chefs*, que hierarquicamente, é o posto mais alto na organização da cozinha. (BARBOSA, 2012). “Até a costura ou a cozinha, práticas costumeiras das mulheres, precisam tornar-se masculinas para serem "alta" (a alta costura) ou "grande" (a grande cozinha).” (PERROT, 2007, p. 97).

Como explicam Resende e Melo (2016, p. 6), tradicionalmente no Brasil, a cozinha foi um lugar desvalorizado, ocupado por escravas, empregadas e mulheres, porém quando o homem passa a realizar tais tarefas tidas, socialmente, como inferiores, elas passam a adquirir outro status, sendo enobrecidas e praticadas por eles fora do espaço privado. Ainda, segundo as mesmas autoras, em referência à Demozzi (2011), a justificativa para tal disparidade é que o homem enquanto trabalhador reconhecido culturalmente o faz por escolha, enquanto que a mulher o faz no âmbito doméstico porque assim lhe é determinado, imposto.

A presença feminina é muito marcante na cozinha, tanto doméstica quanto profissional, mas o status adquirido por elas é diverso daquele atingido pelos homens. Há uma significativa diferença nos papéis desempenhados pelos diferentes gêneros nestas relações de trabalho. (COLLAÇO, 2018).

Resende e Melo (2016) realizaram um estudo em Belo Horizonte, onde objetivaram identificar como são produzidas e reproduzidas práticas de dominação masculina, em relação a atuação da mulher como *chefs* de cozinhas profissionais. Para tanto, entrevistaram nove *chefs* de renomados restaurantes de Belo Horizonte e puderam concluir com o estudo, que a cozinha profissional ainda é denominada pela figura masculina, havendo significativos fatores de dominação masculina e de hegemonia dos homens na figura de *chef* em relação às mulheres nesta posição.

Todas as *chefs* entrevistadas afirmaram que a cozinha profissional é um ambiente ocupado predominantemente por homens. No entanto, as autoras concluíram que há uma postura de empoderamento nas *chefs* mulheres, por atuarem no cargo mais alto da cozinha profissional, visto que precisaram enfrentar

diversas adversidades pelo fato de serem mulheres ocupando este cargo. (RESENDE E MELO, 2016, p. 9).

A mesma significação da mulher neste ambiente é percebida no filme *Julie & Julia*, quando a personagem Julia busca aprender conteúdos aprofundados relativos à culinária. Em um primeiro momento, Julia inicia os estudos na Le Cordon Bleu - uma das escolas de culinária mais tradicionais - em uma turma formada unicamente por mulheres chamada de “turma das donas de casa”. Os conteúdos trabalhados nesta turma são simplórios, enquanto que, turmas formadas por homens apresentam estudos e técnicas avançadas. Julia reivindica as aulas que, normalmente, são destinadas ao público masculino, bem como o direito de fazer as provas que vão lhe garantir o diploma.

Inicialmente, a personagem se sente em um ambiente hostil e passa a se dedicar às práticas ministradas nas aulas de modo exaustivo, também em casa a fim de exercer os conhecimentos adquiridos com perfeição e minimizar a discriminação que sofre por ser mulher.

Contrário ao que é estipulado para a mulher na cozinha - especialmente o condicionamento e subordinação delas neste espaço - para as duas principais personagens do filme a cozinha se torna um espaço de emancipação, dando a ela uma nova significação.

Ambas se utilizam da cozinha como uma ferramenta de aprendizado e se desafiam à algo novo. Julie Powell, fortalece a autoestima ao cozinhar e se reafirma como escritora através do projeto *Julie/Julia*. Ou seja, a cozinha se confirma como um espaço propulsor de novas ações para ela. Julia Child, por sua vez, inicia os estudos na área da gastronomia francesa para poder auxiliar mulheres americanas terem boas práticas culinárias e de alimentação, evitando o consumo de alimentos processados e ultraprocessados. A *chef* se propõe ensinar receitas e proporcionar que donas de casa que integram o grupo das “sem-empregadas” possam cozinhar boas refeições sem dificuldades.

Mesmo que as conquistas das personagens se deem no âmbito pessoal, percebe-se um movimento importante com reflexos coletivos. No que se refere a Julie, é perceptível ao longo do filme que ela passa por um processo de auto conhecimento possibilitado pela culinária. Em algumas cenas ela relata uma dificuldade constante em persistir em seus projetos e atividades, deixando-os sempre inacabados. Diverso ao que acontece na investida de reproduzir as receitas de Julia, que marcam uma mudança na vida de Julie. Ainda, é importante ressaltar que até então, Julie dedicava seus dias a um trabalho burocrático que não a realizava de forma alguma e a partir da culinária, ela tem novas possibilidades de trabalho e realização pessoal.

Quanto a Julia, a gastronomia torna-se uma atividade central em sua vida. A personagem passa grande parte de seu tempo acompanhando o marido que é diplomata, o que faz com que tenha que mudar-se constantemente, morando em diversos países ao longo dos anos. Ao descobrir sua paixão pela cozinha, encontra ali uma ocupação e motivação além de uma forma de, posteriormente, gerar renda. Através da gastronomia, Julia encontra seu lugar e a partir dali, também passa a estreitar laços com outras pessoas, em especial, outras mulheres. Junto com Louise Bertholle e Simone Beck, ela parte em busca do sonho de publicar um livro de receitas francesas, especialmente para mulheres americanas, reunindo esforços e realizando um trabalho coletivo que se torna primordial para cada uma delas.

O livro publicado por elas, conta com mais um fator de relevo: ele busca trazer a alta gastronomia francesa, extremamente clássica, ao cotidiano de mulheres que cozinham diariamente. Julia Child que estudou a gastronomia francesa a desmistificou para as donas de casa, transformando a “alta gastronomia” em culinária. Neste ponto, é enriquecedora a distinção que Demozzi faz entre culinária e gastronomia:

A culinária é atividade distinta da gastronomia por pelo menos dois aspectos principais: o primeiro diz respeito ao espaço de produção e o segundo está ligado ao conhecimento prático e teórico. Enquanto a culinária está reservada ao ambiente doméstico e ligada ao espaço privado, a gastronomia abrange um conjunto de conhecimentos práticos e teóricos voltados para o satisfazer do alimentar-se em todas as suas possibilidades considerando o aspecto profissional das atividades. A culinária precede a gastronomia e ela é fruto de trocas culturais, histórias, sistemas, normas, valores e formas de sociabilidade que fazem como que o alimento saia da cozinha e se torne parte do inventário cultural das sociedades. (DEMOZZI, 2012, p. 4)

Neste sentido é possível perceber uma ressignificação da mulher na cozinha, que nestes exemplos trazidos pelo filme, baseado nas histórias reais de Julia Carolyn McWilliams e Julia Anne Foster, não definem a cozinha e o ato de cozinhar como uma opressão, mas como um ato de amor e de realização pessoal. Ambas demonstram que, para além função de alimentar, a cozinha funciona como um espaço de criação e fortalecimento da autoestima. Além disso, é importante frisar que, mesmo que a cozinha ainda tenha estruturas machistas, muitas mulheres, assim como Julia Child, lutam por este espaço e por ressignificações dele.

### **Considerações finais**

Este trabalho buscou discutir a possibilidade de ressignificar a cozinha e o ato de cozinhar, uma vez que em diversas ocasiões ao longo da história ela foi usada para condicionar a mulher e limitar suas atividades. A discussão relacionou-se com o filme *Julie & Julia*, que apresenta duas personagens que ressignificam a cozinha, confirmando a hipótese inicial, de que é possível dar um novo sentido a este espaço e esta prática.

A cozinha, assim como a maioria dos espaços sociais, está arreigada a estruturas machistas, que diminuem as ações e práticas das mulheres, além de as oprimir e condicionar. Como

identificado no estudo, a maior parte dos *chefs* de cozinha, hierarquicamente, o cargo mais alto da organização da cozinha- é ocupado por homens. Verificou-se que o ato de cozinhar, quando feito por uma mulher é condicionado à esfera doméstica e pouco valorizado no âmbito profissional em comparação ao trabalho realizado por homens.

Na contramão destes resultados está a discussão acerca do filme *Julie & Julia* que traz o exemplo de duas mulheres que invertem essa lógica de subordinação e ressignificam a cozinha, tornando-a um lugar de realização pessoal e profissional.

## Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**. Trad. Christina Baum. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- BARBOSA, Livia. Os donos e as donas da cozinha. In: FREITAS, Maria Ester, DANTAS, Marcelo (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- COLLAÇO, Janine. COZINHA DOMÉSTICA E COZINHA PROFISSIONAL: do discurso às práticas. **Revista Caderno Espaço Feminino**. V. 19, n. 1. 2008.
- DEMOZZI, Sabrina. Cozinha do cotidiano e cozinha profissional: representações, significados e possibilidades de entrelaçamentos. **Revista História: Questões & Debates**. Editora UFPR. Curitiba, n. 54, p. 103-124, jan./jun. 2011.
- DÓRIA, Carlos Alberto. Flexionando o gênero: a subsunção do feminino no discurso moderno sobre o trabalho culinário. **Cadernos Pagu**, v. 39, p. 251-271, jan./dez. 2012.
- FERREIRA, Jamile Wayne; WAYNE, Lara Steigleder. A cozinha das mulheres: de espaço de domesticação ao de empoderamento a partir de saberes e fazeres culinários. **Revista Espacialidades**, Rio Grande do Norte, v. 13, n. 1, jun./dez. 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, [S.L.], v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2017.

IMDB. **Julie & julia (2009)**. Disponível em: <<https://www.imdb.com/title/tt1135503/>>. Acesso em: 19/11/2018.

MARINHO LUCIO, Ana Cristina; SANTOS, Jenison Alisson. Opressão e resistência em *Como água para chocolate*, de Laura Esquivel. **Revista Criação e Crítica**. São Paulo, n 18, p. 138-151, jun 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela Correa. São Paulo, Contexto, 2007.

RESENDE, Aline Marcelina; MELO, Marlene Catarina. Lugar de mulher é na cozinha? Uma análise com Chefs mulheres sob a lógica da dominação masculina. Apresentado no GT Sobre Desigualdades e Interseccionalidades: Discutindo Raça, Gênero, Sexualidade e Classe Social nos Estudos Organizacionais, no **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais** - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. Edição. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

THE GUARDIAN. **Julie Powell | The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/profile/julie-powell>>. Acesso em: 19/11/2018.

AMAZON. **Julie Powell**. Disponível em: <<https://www.amazon.com/julie-powell/e/bo01hcwyao>>. Acesso em: 19/11/2018.

THE JULIA CHILD FOUNDATION. **Timeline - The Julia Child Foundation** . Disponível em: <<https://juliachildfoundation.org/timeline/>>. Acesso em: 19/11/2018.



## **Movimento feminista negro: a segregação do movimento feminista em combate à desigualdade racial**

*Júlia Monfardini Menuci<sup>1</sup>*

### **Introdução**

O movimento feminista surge em um momento em que as mulheres sofriam graves diferenciações de gênero, sendo necessário lutar por uma ordem social mais justa e igualitária. Ainda que a igualdade seja algo difícil de se alcançar, não só nos primórdios do movimento, mas como na própria contemporaneidade, muitas diferenciações sexuais foram minimizadas. O filme *Histórias Cruzadas*, além de demonstrar como as mulheres pensavam e viviam na década de 60, período o qual se origina o movimento feminista, reflete a caminhada das mulheres negras diante da desigualdade de gênero e racial, apontando aspectos distintos dos que moviam o movimento de mulheres brancas.

O movimento se pauta na luta das diferenciações de homens e mulheres que compõem uma mesma sociedade fomentadas pelo patriarcado. Inúmeros são os motivos que dão respaldo à

---

<sup>1</sup> Formada pelo Centro Universitário Franciscano, UNIFRA (RS). Advogada de Direito Civil e Previdenciário atuante no escritório Ramos e Bairros Advogados Associados (Santa Maria, RS). Especialista em Direito Processual Cível (FAVENI, ES). Mestre em Direitos Humanos (UNIJUÍ, RS). E-mail: juliamenuci@hotmail.com

desigualdade de gênero, dentre eles diferenças biológicas e “naturais” fazem com que a mulher ocupe um papel de inferioridade diante da atuação social. A classificação de subserviência feminina advém desde o período pré-histórico, quando a organização humana estava dividida em força física e atributos de confecção manual. Uma vez superada essa fase evolucionista, os papéis mitigados nesse período se mantiveram por longos séculos, até que as mulheres começassem a questionar seu lugar e sua função na sociedade.

Não só a desigualdade de gênero rege a sociedade, mas também o método liberal-capitalista de concentrar grandes porções econômicas nas mãos de poucos, marginalizando e deixando sem opções quem está fora desse grupo. Para esse trabalho, parte-se de uma premissa que não nega a existência do racismo institucionalizado em um viés societário. É verdade que a figura do negro na concepção social é tida como inferior desde o período escravocrata, aliada ao racismo, a desigualdade de gênero que acomete não só as mulheres brancas, mas também as negras de forma completamente distinta, é um forte mecanismo para conservar o equilíbrio social.

Mesmo com o movimento de mulheres impulsionando modificações na legislação e na própria cultura social, as mulheres negras nunca se viram representadas nesse grupo visto que suas necessidades eram completamente diferentes das demandas brancas. O filme utilizado para abordar a temática feminista negra exemplifica as teorias apresentadas aqui e acompanha o texto de forma geral. A importância de demonstrar o surgimento e a consolidação do movimento de mulheres negras abarca não só a questão de gênero, mas sim, na própria discussão racial, possibilita compreender o motivo da separação do movimento feminista negro e suas questões centrais.

## 2 Filme: Histórias Cruzadas (*The Help*, 2011).

Histórias Cruzadas se passa nos anos 60 no Estado do Mississippi, Estados Unidos. A personagem de Skeeter, protagonizada por Emma Stone, conduz a narrativa e, apesar de ser crucial para o desenvolvimento da história, são as atrizes negras que se destacam. Viola Davis interpreta Aibileen Clark, babá durante toda a sua vida, cuidou de crianças brancas em casas de famílias abastadas. Aibileen perdeu seu único filho em um acidente de carro, fazendo com que ela remetesse seu amor e cuidado a outras crianças. Viola trabalha para a família Leefolt, atuando como mãe da menina Mae Mobly, de 4 anos, essa atuação perpassa pelo processo de aprendizado de valores morais e éticos, bem como a própria nutrição e proteção da menina.

Skeeter sonha em ser jornalista, na procura por trabalho em Nova Iorque, requisitam que adquira alguma experiência antes de tentar um trabalho em jornais de peso na cidade. Retornando ao Mississippi, Skeeter é contratada pelo jornal local para escrever uma coluna sobre cuidados da casa e limpeza, fazendo com que recorra à Aibileen e Minny Jackson para construir suas escritas. Minny também é cuidadora de crianças e trabalha na casa da senhora Hilly, uma mulher rica e racista que impõe limites à atuação de Minny em sua residência.

A perspectiva de Skeeter foge dos costumes da época, ela se sensibiliza com o tratamento inferior e racista dado às babás e decide escrever um livro sobre elas e seus relatos de vida. O início do filme marca a trama, Skeeter pergunta à Aibileen como é cuidar de outras crianças sabendo que seu filho está em casa sem a mãe. Sem reação, Aibileen relata que é natural e que é preciso fazê-lo para se sustentar. A cultura da época espanta o espectador, o racismo está incrustado nas práticas sociais e tais costumes são passados às crianças, mesmo sendo criadas por pessoas negras, elas são ensinadas a perpetuar o tratamento degradante e humilhante que aprenderam com os pais. A personagem Hilly é a “vilã” da história,

ela utiliza do racismo e de sua classe social para perpetuar injustiças, instigando outras mulheres a agirem como ela.

As diferenças étnicas eram o alvo da segregação social, pautadas pela base legislativa que positivava a desigualdade entre brancos e negros, a lei ratificava o racismo. Dessa forma, por exemplo, os banheiros utilizados pelas empregadas eram construídos fora de casa, para que não houvesse o contato com o empregador e para não se perpetuarem doenças das diferentes etnias. Outro ponto relevante é que as empregadas não deviam encostar na pessoa que estivessem servindo, de modo que deviam depositar os recipientes com comida na mesa, evitando o contato físico.

O objetivo central do filme relata o questionamento similar ao qual o movimento feminista procura responder: se o homem foi concebido e criado por uma mulher, porque quando atinge a fase adulta, se considera superior às mulheres? É exatamente essa temática que o filme aborda, se a criança branca é criada por uma empregada negra que faz o papel de mãe, porque então as diferenças raciais fazem com que o preconceito seja perpetuado, e ainda, porque essas crianças crescem e adquirem os mesmos hábitos racistas de seus pais?

Logo de início o filme mostra a realidade dos estadunidenses na década de 60, período em que o movimento feminista já havia conquistado algumas prerrogativas iniciais, como o sufrágio e a possibilidade da saída da mulher para o labor fora do lar, mas toda e qualquer energia gasta era visando um fim, o casamento. Em um diálogo com Hilly, Skeeter comunica que vai escrever para o jornal local, Hilly e as amigas concordam ao sugerir que “o trabalho é a última parada até o casamento”, afirmando, em seguida, que Skeeter deve conhecer um rapaz, rememorando um célebre livro que relata esse cenário, a *Mística Feminina*, de Betty Friedan (1971).

## 2.1 O Poder do Macho e a Mística Feminina

A luta das mulheres por direitos iguais e as discussões sobre o papel da mulher na sociedade e sua atuação no espaço público não se estancaram desde seu início com o movimento feminista. Enquanto que a primeira onda do movimento, no final do século XIX e início do século XX se ocupava com necessidades primárias de atuação social, como por exemplo, o direito ao voto e os direitos civis e políticos, desde a segunda onda feminista em 1960, as mulheres lutam pelo rompimento da dicotomia público/privada, que não permite a participação feminina no espaço público e pelo direito da profissionalização feminina, da mesma forma como os homens alcançaram a intelectualidade.

Como bem coloca Betty Friedan em seu livro *Mística Feminina* (1971), após a explosão do movimento feminista, que levou as mulheres para as ruas em busca da conquista de direitos exclusivos de homens, ainda haviam muitas mulheres que não pensavam em ter uma vida fora da esfera doméstica. Embora o movimento não tenha se estagnado, com a ajuda da mídia e da parcela masculina que comandava a sociedade, as mulheres eram acometidas de medo e insegurança em deixar as tarefas domésticas e os filhos para trabalhar fora de casa, perpetuando a cultura do patriarcado, onde o homem é o centro da organização social e provedor no ambiente doméstico, por serem induzidas a isso.

Entende-se o patriarcado como a estrutura social que rege a sociedade há muito tempo, sendo concebido nos primórdios da organização humana e social. Com a evolução da espécie foram criadas táticas de sobrevivência, a força física era aspecto basilar para a humanidade e seu desenvolvimento. No início da organização social, os homens utilizavam-se de sua aptidão física para caçar e construir abrigo para o bando, a mulher descobriu-se ágil em trabalhos manuais e na prática da preparação dos alimentos, bem como na proteção e nutrição dos filhos (LERNER, 1990).

Essa divisão de habilidades e obrigações foi perpetuada em períodos históricos onde não mais a força era necessária, porém, o lugar da mulher foi conservado de modo a deixar o homem sempre no comando da ordem social. Os costumes patriarcalistas emanavam que a mulher era incapaz de realizar qualquer ato sozinha, precisando ser representada por um homem, seja ele seu pai ou seu marido (LERNER, 1990).

A teoria da supremacia masculina crescia cada vez mais quando se reafirmava que a mulher era apenas um pequeno indivíduo no grande mundo do macho alfa, e que essa deveria ficar sempre à sombra desse macho para que pudesse ter um limitado espaço de participação na modulação da sociedade. A desigualdade de gênero é resultado de uma historicidade repleta de desigualdades que se tornaram bagagem cultural, e foi entendida como uma divisão natural dos indivíduos perpassando muitas civilizações, conceituando a mulher como estigma social, agente submisso, incapaz e passivo (PRAÇA, 1872).

A ideia da inferioridade feminina era tão difundida que esse discurso vigorou por muito tempo sem ser questionado. As mulheres também ajudaram a perpetuar parte do discurso de subalternidade uma vez que se mantiveram por séculos no local em que foram coibidas até o nascimento do movimento feminista, em consequência do patriarcado ser uma estrutura que se utiliza de elementos de autopropetuação, assim como o sistema capitalista (LERNER, 1990).

É possível afirmar que o tratamento desigual entre homens e mulheres se originou desde os povos mais arcaicos, no período da Antiguidade. Desde os primórdios as mulheres eram excluídas de atividades que somente envolviam os homens, como por exemplo, a atividade intelectual e os debates em praça pública. Em Roma, a partir do momento em que começam a surgir leis para reger a sociedade romana, a mulher já se encontra em local de inferioridade e nulidade, o sujeito principal da lei é o homem e, conseqüentemente, fez com que a discriminação feminina se

tornasse legitimada. Na sociedade romana, a figura do *paterfamilias* era a regra, o homem dominante e chefe do poder familiar detinha todo o poder existente, a mulher solteira deveria se remeter a seu pai, e a mulher casada a seu marido, corroborando a ideia de dependência feminina e demonstrando como a inferioridade feminina foi sucessivamente perpassada durante várias gerações (COLLING, 2000).

O discurso da inferioridade física das mulheres foi dissipado desde o princípio da formação social em um período rudimentar para a humanidade. De acordo com Safiotti (2002), em *O Poder do Macho*, na contemporaneidade a força física dificilmente irá balizar o desempenho de um ser humano em sua profissão, isso em virtude da revolução tecnológica que modificou e inovou as práticas de labor. Ademais, a força física é um elemento muito relativo na comparação das aptidões masculinas e femininas, pois varia de acordo com a altura, o peso, a massa corporal e até mesmo a estrutura óssea de cada indivíduo. A ideologia da inferioridade realmente acometeu as mulheres de forma integral, “até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua fraqueza” (SAFIOTTI, 2002, p. 12), de modo que essas mulheres acreditam fielmente em sua inferioridade, assumindo a si mesmas como seres menos competentes que os homens.

Heleieth Safiotti (2002) também rebate em seus escritos o discurso da falta da inteligência feminina, tendo em vista que as questões biológicas sempre foram utilizadas para inferiorizar a mulher. Um famoso argumento da subordinação feminina tange sobre a inteligência masculina, a qual seria deveras superior à feminina. Para Safiotti (2002) a inteligência, ou a capacidade cognitiva que a humanidade nomeou de inteligência, é uma aptidão que necessita de estímulos para evoluir assim como muitas outras no corpo humano. É uma questão lógica: o indivíduo que deixa o espaço privado e passa a integrar o público, tendo contato com outros sujeitos e realizando tarefas mais elaboradas do que o âmbito privado lhe proporciona, por óbvio, terá exercitado sua

capacidade mental de forma superior ao sujeito que fica confinado nas paredes do lar, cuidando apenas dos filhos e das tarefas domésticas, como no caso da mulher.

“Ao se atribuir a elas a responsabilidade praticamente exclusiva pela prole e pela casa, já se está, automaticamente, reduzindo as probabilidades de desenvolvimento de outras potencialidades de que são portadoras” (SAFIOTTI, 2002, p. 14). Dessa forma, entende-se que a inferioridade feminina foi e ainda é uma construção social, muito embora existam leis e mecanismos que tentam sanar as desigualdades de gênero, enquanto perdurarem os agentes que propiciam tais discriminações o poder ficará concentrado nas mãos masculinas, que temem perder sua supremacia sobre as mulheres.

Nos primeiros traços de direito positivado a mulher já se encontrava em desvantagem perante o homem. Desde a Antiguidade até o período Moderno a mulher sempre foi considerada frágil e secundária nas comunidades, não sendo compatível com sua natureza o intelecto e a capacidade da palavra. Desde o início dos tempos a mulher é condicionada a ocupar um lugar que na verdade nunca foi seu, pois o universalismo da desigualdade torna a figura feminina secundária, passiva, enquanto que o homem reafirma seu caráter unitário de poder, fundamentando-se em circunstâncias de caráter biológico para perpetuar a desigualdade. Todos esses comportamentos pré-estabelecidos chegam ao século XX com força, refletindo na mulher uma posição que nunca deveria ter sido sua, a de sujeito passivo (BEAUVOIR, 1980).

Segundo Betty Friedan (1971), a cultura em 1960 era de que as mulheres pertenciam a somente um lugar, o lar, e de lá não poderiam sair - até mesmo porque dificilmente iriam querer fazê-lo, visto que o espaço privado era concebido como o local onde se realizaria e se fazia mulher. A imposição para a mulher se adequar à sociedade era de que administrasse a casa e os filhos, cumprindo o papel que lhe era imposto, sem questionar as demais opções que poderiam lhe parecer extravagantes, mas que na verdade, após o

movimento feminista se propagar, se traduziriam na necessidade de igualdade material entre os sexos. Passando de geração para geração, as mulheres eram ensinadas de forma consciente e inconsciente que sua vivência não deveria ultrapassar as barreiras domésticas, resultando na submissão e subordinação das mesmas.

A premissa universal de que o papel da mulher no mundo era realizar-se como mãe e esposa continuava a ser mantida, obstaculizando a concretização dos desejos além do mundo doméstico. Muito embora nessa fase das conquistas femininas, “permitia-se” que as mulheres estudassem e entrassem no ensino superior, o conhecimento deveria parar por aí. Nem mesmo se concretizavam os estudos e a mulher deveria casar e ter filhos, quanto mais cedo melhor. No mesmo lugar onde se estudava filosofia, economia e matemática, também se encontravam atividades como corte, costura e culinária, uma vez que adquirir o conhecimento seria inútil se a mulher não possuísse dotes para a vida familiar (FRIEDAN, 1971).

A influência da mídia foi fator determinante para que as mulheres permanecessem com os planos de serem somente esposas e reprodutoras, como fica nítido na coluna jornalística de Skeeter, onde a preocupação feminina era aprimorar suas habilidades domésticas. A ideia de que o melhor destino para uma mulher era viver sua feminilidade era imposta de tal modo que, ensinamentos de como usar eletrodomésticos, o que fazer para agradar um homem e casar com ele, decoração, beleza, e como cuidar dos filhos enchiam os jornais, ditando que uma mulher feliz não desejava seguir carreira profissional. Friedan (1971) relata que a média de idade com que ocorriam os casamentos era de vinte anos, diminuindo ao longo do tempo. Jovens recém entradas na puberdade já tinham pretendentes e moças de dezessete anos casavam antes mesmo de pensar em ingressar em de uma universidade.

O conceito de Mística Feminina, abordado por Friedan (1971), perpassava os aspectos sociais e individuais da mulher. Tal conceito se traduziria na feminilidade absoluta da mulher, de modo

que sua beleza e elegância são apenas uma parte da ampla gama de atributos que ela precisaria ter para estar dentro da mística e, conseqüentemente, ser feliz. Por essa concepção, considera-se que a mulher é dotada de possuir atributos “naturais”, sendo influenciada por suas paixões e sentimentos, ao mesmo tempo que é submissa e meiga. Essas imposições fazem com que a mulher persiga um modelo inalcançável na busca por aceitação.

A mulher de 1960, muito bem retratada pelo filme, era a jovem que saiu da casa dos pais prendada, sabia cozinhar e costurar, cuidar da casa era sua função, com planos de casar, ela era inteligente, mas não mais que o futuro marido, resultando em uma ótima esposa e mãe dedicada, além de ser bela, recatada e do lar. Durante anos, acreditava-se que a mística era tudo o que as mulheres buscavam. Entretanto, essa ideologia foi empurrada e supervalorizada para formar empregadas dominadas e subordinadas ao homem. Para isso, o movimento feminista nasce e planta uma semente que jamais poderia ser exterminada.

As jovens que iam para as universidades, conheciam o gosto do conhecimento e acabavam com as (in)felicidades do casamento, porém, sempre desejando algo a mais. A insatisfação feminina crescia nos lares de todas as mulheres, mães e esposas que desejavam mais da vida do que levar os filhos para a escola e fazer o jantar. Ainda incerta, a busca por igualdade e significação da vida existia dentro de cada mulher, mesmo sem saber o que sentiam, as mulheres se uniram em debate e reivindicação na procura pelo preenchimento da ausência de um objetivo de vida (FRIENDAN, 1971).

O filme demonstra como as mulheres precisavam ocupar seu tempo visto que trabalhar não era opção, porque incumbia ao marido fazê-lo. Ainda assim, o tempo livre era vasto, nessa situação, as personagens do filme se concentram em fazer caridade e bailes beneficentes para ajudar crianças carentes.

A libertação feminina estava e está só no começo, mas não há como negar que sair do exílio de casa é tornar-se emancipada intelectualmente e menos dependente. A dependência perante o

marido e a própria família acarreta uma série de anulações da mulher na sociedade, pois a figura da mulher passa por uma ruptura, quebrando o paradigma atual e passando para novas lutas que são descobertas através da vida profissional. O simples cumprimento de um papel pré-estabelecido resulta na mulher enquanto coadjuvante, alguém que não participa das decisões coletivas efetivamente, mas está ali para cumprir o que lhe foi atribuído. Simone de Beauvoir (1980) escreveu um dos manuais do movimento feminista, *O Segundo Sexo*, através do qual analisou a participação secundária e privada das mulheres no corpo social.

A falta de atuação feminina na organização civil atual reflete o que foi plantado há séculos: a mulher reduzia ao seu corpo e à vida privada, foi enclausurada, porque fora do âmbito doméstico<sup>2</sup> seria muito perigoso alçar voos, afinal, a mulher não teria essa capacidade. O funcionamento da sociedade foi positivado em manuais recheados de desigualdades de gênero, uma vez que, sob o argumento de uma hierarquia “natural” as desigualdades se tornam “aceitáveis” porque “sempre foi assim”. As diferenças do tratamento entre homens e mulheres eram esmagadoras retirando qualquer possibilidade da mulher no espaço público. A partir do descontentamento que a vida restrita proporcionava, começa-se a questionar a “naturalidade” dos desígnios sociais, os quais criaram a dicotomia público/privado (PATEMAN, 1993).

O empoderamento foi um processo árduo para as mulheres, muitas delas não adquiriram a consciência de mulher capaz e empoderada e, ainda hoje, no século XXI, reproduzem a ideologia machista contra elas próprias, porque isso lhes foi passado da cultura patriarcal que é imposta. Muitas mulheres não conseguem falar por si, visto que aderiram ao modelo mulher-mãe-esposa e não imaginam como pode ser a vida fora desse paradigma. A percepção feminina vista pelas próprias mulheres é equivocada, segundo Pierre Bourdieu (1995), pois a visão que tem de si

---

<sup>2</sup> Âmbito doméstico é conceituado como local privado, o lar, que não está aberto para o público.

próprias é uma visão distorcida e colonizada. Justamente por esse fator, o meio inicial de voz das mulheres no corpo social foi a escrita, espaço onde ela puderam falar sobre suas necessidades e clamar por mudanças. Através da escrita, as mulheres começaram a sair da bolha do lar a elas imposta e dão início à rebelião mais marcante de sua história: o movimento feminista.

Assim, se a mulher estava condicionada ao âmbito privado, sendo previamente estipulado que deveria se recolher em seu íntimo, como poderia então tentar participar da vida pública? A saída da escuridão feminina abarca muito mais do que vez e voz, pois busca o fim do patriarcado. Porém, esse sistema não estava – e não está – aberto para a igualdade e a dualidade, fazendo resistência ao movimento que surgiria da união das mulheres (LERNER, 1990).

As desigualdades, não só de gênero, mas também de classe e de etnias, são permeadas pelo poder. Esse elemento faz com que existam comandantes e submissos, pois o poder está atrelado a muitos outros fatores, para além das fronteiras do próprio feminismo. É verdade que não há somente mulheres dominadas e homens dominadores, o oposto também é recíproco, ocorre que uma mulher sempre será dominada por um homem em alguma esfera, ainda que ela seja estritamente profissional ou pessoal. Esse fato demonstra que as relações entre homens e mulheres estão completamente baseadas no poder que cada um exerce em algum âmbito. O movimento feminista expandiu suas fronteiras de reivindicações quando assentou que as desigualdades de gênero possuem outros vieses de discriminação que não só o sexismo. A divisão da sociedade em classes, implicando em um desequilíbrio econômico e social, possibilitam a subordinação da mulher perante o homem, assim como a religião e a raça integram esse cenário de classificação e marginalização dos sujeitos (SAFIOTTI, 2002).

A inferioridade feminina e o racismo são relações de poder que se manifestam e se perpetuam na sociedade por um longo lapso temporal, estabelecendo diferenciações qualitativas sobre as distinções biológicas. Estes preconceitos se mantêm vigentes

porque atuam como um estigma através do qual todos que estão em um rol de discriminação, como os negros e as mulheres, “de tanto ouvirem que são inferiores aos brancos e aos homens, passam a acreditar em sua própria ‘inferioridade’” (SAFIOTTI, 2002, p. 29). Em vista disso, resta clara a edificação da inferioridade feminina pelo fato de que não existem superiores sem os inferiores, “logo, a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina. Mulher dócil é a contraprestação do homem macho” (*ibden*, p. 29).

### **2.3 Pluralidade no Movimento Feminista: reivindicações brancas e negras**

Como já explanado, o movimento feminista através da união entre mulheres para pôr fim à hierarquia socialmente estabelecida entre homens e mulheres. Entretanto, como demonstra o filme, o racismo das mulheres brancas é motivo de lutas internas. Por isso, revela-se crucial compreender os motivos que impulsionaram o surgimento do “*black feminism*”. Além da discussão de gênero, as mulheres negras precisavam se reafirmar em uma sociedade racista. Quando o movimento feito pelas próprias mulheres abarca questões predominantemente brancas, afastando a possibilidade de pluralidade dos sujeitos que integram esse movimento, é o momento das mulheres negras, que não se sentiam representadas, saírem da generalidade e falarem por si mesmas (DAVIS, 2016).

O movimento feminista negro compreende que a mudança social deve partir de um corpo civil menos sexista, classista e racista, que limita a participação da mulher negra no espaço público. Partindo da premissa que o machismo oprime a mulher em virtude do masculino, a opressão das mulheres brancas para com as negras se manifesta na exploração da força de trabalho, na criação de estereótipos eurocêtricos, seja de padrões de beleza ou padrões intelectuais, na retirada das possibilidades de atuação da mulher negra e na capacidade de conquistas em detrimento do

abuso e sofrimento das pessoas negras. O movimento feminista não conseguiu abarcar com sucesso a narrativa e questionamentos das mulheres negras, pois pautado na igualdade e irmandade feminina, muitas vezes oculta a relação de poder de raça que se manifesta entre mulheres brancas e negras. Assim, fez-se necessário separar o movimento, dando real valor e destaque à demandas das mulheres negras (DAVIS, 2016).

O movimento feminista negro se origina nos EUA dos anos 60 em contraponto a dois outros movimentos: o Movimento dos Direitos Civis, cujo líder era Martín Luther King, de cunho sexista, e o Movimento Feminista, segmentado pelo racismo. O feminismo, ainda que buscasse muitas prerrogativas para as mulheres brancas, não abarcava a luta das mulheres negras. A segregação racial também influenciou diretamente esse movimento uma vez que negros e brancos foram discriminados de forma institucional nos EUA. Exemplificando a necessidade da união das mulheres negras, o famoso discurso de Sojourner Truth em 1851, intitulado “*Eu não sou uma mulher?*”, por meio do qual relata a objetificação da mulher negra e sua consequente desumanização:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem - quando tinha o que comer - e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (ADICHIE, 2012, p. 11).

O discurso demonstra os resultados da colonização branca e da desconsideração da mulher negra, uma vez que sua própria

identidade é questionada quando a cultura machista atua e persuade a identidade feminina, mas ainda sem englobar a mulher negra, que não é considerada “mulher” justamente pelo cunho racista que a coletividade está pautada. O discurso de Truth foi utilizado para contrariar as alegações masculinas que argumentavam a incompatibilidade de conferir direito de voto às mulheres se elas necessitavam de auxílio masculino o tempo todo. O discurso também comprova que a situação da mulher negra era completamente distinta da realidade vivida pela mulher branca.

Desse modo, enquanto as brancas estavam lutando por direito ao voto e à profissionalização, as negras estavam buscando sua humanização, que lhes foi retirada em virtude da escravidão. Embora as relações de poder entre os sexos sejam um fator em comum a todas as mulheres, existem algumas diferenças que se sobressaem e que as divide, essas especificidades fazem com que a luta por direitos já conquistados pelas mulheres brancas seja a primeira deficiência a ser sanada em virtude do racismo e da desumanização em que as mulheres negras são vistas no corpo social. Ainda, relatos de Ângela Davis (2016) apontam que as mulheres brancas que estavam presentes na Convenção de Seneca Falls, local onde se deu o discurso de Truth, tentaram calar a escrava negra, refletindo que dar voz às negras nunca foi intenção do movimento feminista branco, mesmo que o discurso tenha atribuído às participantes da causa sufragista *status* de militante.

Ângela Davis (2016) relata que as mulheres negras sempre trabalharam fora de casa, sendo o trabalho imprescindível na vida das mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravatura. Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspecto da existência feminina. Ainda que as mulheres brancas tenham cooperado na campanha antiescravagista, elas jamais saberão a complexidade da existência da mulher negra escrava. Suas experiências durante o período da escravidão, incluindo o trabalho braçal demasiado e as constantes violações sexuais por qual passavam, nunca serão

contempladas pelas mulheres brancas. A autora aponta a forma diferenciada com que as mulheres negras eram tratadas durante e após a escravidão. A submissão e a fragilidade nunca foram características atribuídas às mulheres negras, visto que elas trabalhavam tanto quanto o homem negro, sofrendo das mais variadas atrocidades.

O sistema da escravatura define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. Na opinião de um historiador “as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa”. Tendo em conta que no século XIX a ideologia de feminilidade enfatizava os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para os seus maridos, as mulheres negras eram praticamente uma anomalia (DAVIS, 2016, p. 30).

Nessa perspectiva, percebe-se que as mulheres negras usufruíam de poucos dos “benefícios” da condição das mulheres, pois a mulher negra era avistada como a típica mulher escrava, serva de casa, cozinheira, mãe de leite das crianças da “casa grande”. Dessa forma, outros aspectos de luta que entram em conflitos de interesses entre as mulheres e seus movimentos é a desconstrução da feminilidade, fator tão almejado pelas brancas. Essa desconstrução não era foco das mulheres negras, pois elas nunca foram contempladas pelo estereótipo de fragilidade.

As negras sofreram de modos distintos sua existência feminina, isso porque eram vítimas de abuso sexual e de maus tratos. Os donos de escravos agiam de tal forma: quando era rentável, explorava-se a mulher homens fossem, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas de formas que apenas às mulheres podem padecer, elas eram encarceradas dentro do seu papel de mulheres. Ou seja, as mulheres negras eram exploradas na mesma medida que os homens negros no

período escravocrata, contudo, na exploração sexual eram elas as que mais sofriam, demonstrando assim que durante sua caminhada o feminismo buscou direitos e debateu questões que se identificavam somente as mulheres brancas.

Embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiam compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão—trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamento e estupro—as encorajam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas (DAVIS, 2016, p. 50)

Durante a reivindicação e repercussão do movimento sufragista, Davis (2016) aponta para o momento exato em que o movimento feminista negro decide emergir. Quando se dá a busca pelo voto feminino, as mulheres brancas concordam com os homens quando se decide que os homens negros não devem votar pois não possuem “capacidade” para tanto. Observando que as diferenças interraciais ditam regras na sociedade americana, as próprias mulheres brancas, segregadas socialmente, tomam partido de uma atitude desigual e corroboram com os homens quando relatam que os negros não possuem aptidão para votar, justificando que se essa prerrogativa fosse estendida a eles as mulheres negras seriam oprimidas, não possuindo esse direito, sendo justo que os negros de forma geral não alcançassem tais prerrogativas.

Safiotti (2002) já lecionava que nem todas as mulheres são submissas e nem todos os homens são ditadores, a recíproca sempre poderá ser verdadeira. Davis (2016) corrobora com essa ideia, apontando que para ganhar a ajuda dos Estados da nação, as feministas brancas excluíaam as mulheres negras de eventos e congressos, pelo motivo de saberem que não era interesse de toda a pátria a interação racial. Essas acepções são frutos de um feminismo ordenado para a conquista de direitos que não são

realmente universais, tampouco atingiriam toda uma classe desprivilegiada, abarcando somente as mulheres brancas e demonstrando o viés limitador do movimento feminista.

Djamila Ribeiro, mulher negra escritora do blog Carta Capital e pesquisadora, relata que as feministas brancas tratam da questão racial como irrelevante, como disputa, obstruindo o avanço social das mulheres e reproduzindo modelos de opressão racial, avocando o papel de opressoras, justamente a figura que tentavam combater. A escritora indica que o pensamento racista brasileiro foi construído a partir da colonização, pois o negro escravizado era taxado de inferior, levando à população negra a necessidade de lutar e buscar seus direitos, principalmente as mulheres negras que lutam por uma nova visão social e pela notoriedade da palavra. Na sociedade, até mesmo na busca por trabalho as mulheres negras sempre ficam em segundo lugar se comparadas às brancas. Esses aspectos resultaram na divisão do movimento por motivos óbvios: a cor ainda influencia as condições e oportunidades de vida que uma mulher terá.

Segundo Lélia Gonzalez (1984) as feministas brancas que se denominavam progressistas e de esquerda, negaram o significado e o peso da raça e seu impacto nas vidas de mulheres negras, além de hesitantes em relação à discussão sobre raça por causa da sua própria cumplicidade com a dominação racial imposta pelo modelo capitalista de classes.

A luta do movimento feminista negro contra o racismo está diretamente relacionada à divisão de classes do sistema capitalista. Ora, se as mulheres negras possuem menos oportunidades que as mulheres brancas, e se os negros ainda sofrem do racismo, é óbvio que as mulheres negras são marginalizadas duplamente em uma sociedade machista, patriarcal e racista. Embora o movimento feminista buscasse a emancipação das mulheres, as negras ainda não alcançaram boa parte das prerrogativas que as mulheres brancas já conquistaram. A marginalização da mulher negra faz com que ela seja excluída do planejamento estatal e das políticas públicas

direcionadas às necessidades de mulheres brancas. Direitos Humanos e de cidadania, em tese conquistados pelas mulheres de todo o mundo, ainda não abarcam a grande parte das mulheres negras.

Lélia Gonzalez (1988) relata que o racismo tem muitas formas, e que muitas vezes ele pode estar disfarçado. A teoria da miscigenação, principalmente em território brasileiro, tem seu aporte na premissa de que em sua maioria, o brasileiro é uma mistura de raças, como índios, africanos, portugueses, e que por si só não deveria cultivar o racismo porque suas raízes são mestiças, fazendo com que todo brasileiro tenha um pouco de cada etnia. Essa teoria faz com que o racismo se esconda em nosso país, como se a aglutinação de origens fizesse o brasileiro não ser racista.

De acordo com o pensamento de Gonzalez (1988), outro aspecto que se destaca no racismo brasileiro é a tentativa de “branqueamento” da população. Dizimando a cultura africana, impondo padrões brancos e costumes colonizados, a ideologia do branqueamento é internalizada, o simples fato de não chamar a cor de uma pessoa de negra, mas sim de “negrinha” “morena” “mulata” é a tentativa de minimizar e atenuar uma característica pessoal modificando a cor da pele. O capitalismo como organização econômica, política e social, fez com que o feminismo negro fosse ainda mais necessário, sendo acertada a separação do movimento entre brancas e negras visto que as reivindicações se distinguiam. A mulher negra é marginalizada por consequência de ser produto do sistema colonial de gênero/etnia, esse sistema hegemônico tenta colocar as mulheres em uma antítese de igualdade excludente dos demais sujeitos sociais.

A intersecção<sup>3</sup> de elementos como cor de pele e classe social faz com que a opressão e a violência perante as mulheres negras seja basilar na relação mulher negra-Estado. A representação errônea da mulher se dá por três caracterizações: a mulata, a

---

<sup>3</sup> O termo interseccionalidade foi atrelado à luta feminista negra por Kimberle Crenshaw em 1989, o vocábulo remete à junção de fatores excludentes de igualdade, como classe social, raça, sexo. Traduzindo-se por formas de opressão que criam vulnerabilidades sociais.

empregada doméstica e a mãe preta. Esses três vieses podem ser contemplados pela figura da mucama, mulher negra escrava que trabalhava nas casas burguesas como arrumadeira e cozinheira e muitas vezes objeto sexual dos Senhores donos de escravos, traduzindo o papel da mulher negra no Brasil refletido na contemporaneidade, prospectada na televisão e em outras mídias como doméstica estereotipada, fazendo com que essa função fosse o auge da mulher negra (GONZALEZ, 1984).

Tratando de estereótipos, Stuart Hall (2016) conceitua como uma prática significativa na representação social negativa, abarcada pela diferença racial. Ela é capaz de desenvolver estratégias para corroborar a divisão étnica, ditando o que é considerado “normal e aceitável”, quando tudo que não se encaixa nesse padrão é considerado fora da linha de normalidade. Para que esses estereótipos sejam enraizados em uma comunidade é preciso de muita desigualdade econômica e de poder, fazendo com que a coerção cultural e simbólica seja entendida como única regra social, marginalizando todos que não se adequam a ela.

A objetificação da mulher sempre foi alvo de combate do movimento feminista, mas, analisando a caminhada do movimento negro é evidente que a objetificação da mulher negra é intensa e desumanizadora. Por muito tempo na história a mulher negra foi considerada literalmente objeto de troca e venda. Vista como uma serviçal para as mais variadas funções, as imagens criadas para as negras são formas de controle do grupo, normatizando que essa mulher é subalterna a qualquer tipo de trabalho indo contra seus próprios Direitos Humanos, ou seja, em pleno século XXI os Direitos Humanos das mulheres negras ainda são infringidos ou simplesmente não efetivados, realidade ignorada por muitas mulheres brancas (HALL, 2016).

Embora em sua origem se relacione com o movimento de mulheres, o feminismo negro evoluiu, devido à falta de pluralidade e da representação a mulher negra, que decidiu contar sua história e reivindicar por suas necessidades. A escrita foi uma grande aliada

para essas mulheres, uma vez que as experiências eram passadas entre as gerações. A partir da aceitação do feminismo negro, as mulheres se viram representadas e unidas lutar contra todas as relações de poder. Assim, começaram a criar a literatura negra feminista saindo das obras basilares do feminismo branco, como *O Segundo Sexo*, o qual não relatava a veracidade da vivência negra. A escrita foi um fator tão positivo para a disseminação do movimento negro que a escritora e pesquisadora Chimamanda Adichie (2012) menciona que era feminista mesmo antes de saber sobre o que o termo se referia:

Ensinamos as meninas a se encolherem para se tornarem ainda mais pequenas. Dizemos para as meninas ‘você pode ter ambição, mas não muita. Deve almejar o sucesso, mas não muito. Senão você ameaça o homem.’ Porque sou do sexo feminino esperam que eu almeje o casamento, esperam que eu faça as escolhas da minha vida sempre tendo em mente que o casamento é o mais importante. O casamento pode ser uma fonte de alegria, amor e apoio mútuo. Mas por que ensinamos as meninas a almejar ao casamento E não ensinamos a mesma coisa para os meninos? Criamos as meninas para serem concorrentes. Não para empregos ou para realizações, que eu acho que podem ser uma coisa boa, mas, para a atenção dos homens. Ensinamos as meninas que não podem ser seres sexuais, da mesma forma que os meninos são. Feminista - uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos (ADICHIE, 2012, p. 38).

Portanto, o movimento feminista surge da necessidade de luta frente a diferenciação não só pautada no sexo, como também na raça. Como demonstrado no próprio filme e no trabalho em questão, a mulher sempre ensinada a almejar o segundo lugar, fica na sombra do homem. Frágil e feminina, a mulher ideal deve ser criada para permanecer no lar enquanto os homens tomam o espaço público. Ademais, as mulheres negras lutam até hoje pelo reconhecimento que as mulheres brancas já adquiriram, nessa busca, a luta pela humanização é o objetivo que, ainda nos dias atuais, move o movimento feminista negro.

## Considerações finais

A partir da análise do filme *Histórias Cruzadas* que demonstra como as mulheres negras eram excluídas e rechaçadas em uma sociedade feminina que estava iniciando suas conquistas dentro do movimento feminista, a separação do movimento se mostra imprescindível uma vez que as necessidades da mulher negra se sobressaem em um cenário que generaliza as próprias mulheres. Mesmo após a conquista significativa de prerrogativas para as mulheres brancas, sendo o direito de voto e a possibilidade de trabalhar fora de casa, as mulheres negras ainda eram deixadas de fora da classificação “mulher” justamente pela diferenciação étnica que essas mulheres sofrem desde os primórdios civilizacionais.

A mulher negra detinha necessidades distintas das mulheres brancas, figuras abastadas que não conheceram o preconceito racial e que lutam por direitos de sua realidade. A mulher negra nunca precisou lutar pela desconstrução do estereótipo de fragilidade feminina porque nunca foi tachada como tal. Essa mulher é equiparada ao homem negro, pois foi abusada e escravizada de inúmeras formas que as mulheres brancas não poderiam entender. A diferenciação de classes em uma sociedade que é deveras desigual faz com que os indivíduos que possuem menores condições econômicas sejam marginalizados e os obrigam a se submeter a condições desumanas de trabalho e vivência. O próprio sistema capitalista aufere que a posse de capital deverá reger quem está em evidência social e detém poder para mudar os cenários a seu favor.

Uma vez que a lei era ratificada para perpetuar a diferenciação entre as etnias, quem fosse possuidor de menor grau em relação à economia estabelecida na sociedade sempre padeceria de direitos e políticas públicas. A mulher negra não partilhava de direitos similares à mulher branca, tampouco almejava as mesmas coisas que elas. Essa mulher lutava ainda pelas necessidades primárias que não eram atreladas a sua figura, justamente pela cor da pele. É importante ter ciência que o movimento feminista originário não

estava lutando pelo direito de voto das mulheres negras, porque ele seria o divisor de águas entre homens e mulheres negras, sendo que ambos não deveriam possuir esse direito.

Se a mulher é desigual perante o homem, as mulheres negras sofrem duplamente com essa máxima visto que as negras eram tidas como inferiores perante as mulheres brancas. Sua luta começa muito antes da possibilidade de votar, ela começa no momento em que as mulheres negras precisam ser consideradas seres humanos, e assim terem oportunidade de voz social. No momento em que a mulher negra é marginalizada e excluída das contribuições do movimento feminista branco, ela se encontra descartada socialmente, sendo esquecida pelo poder público, não alcançando visibilidade social. A opressão social que partia do movimento feminista branco era similar à que as mulheres brancas sofriam em comparação aos homens, dessa forma, conclui-se que figuras oprimidas também podem ser opressoras, como é o caso das mulheres negras.

Diante de tudo que foi exposto, o surgimento do feminismo negro se mostrou necessário não só no passado, mas continua a ser mantido na contemporaneidade. Assim como as lutas feministas de um modo geral não estão concluídas, a luta da mulher negra se encontra dirigida para as diferenças sociais que perpetuam a desigualdade de gênero e raça, fazendo com que a necessidade de combater esses dois elementos seja cada vez maior. De modo que as desigualdades de gênero ainda existem e tratam a mulher como ser inferior ao homem, as busca das mulheres negras por direitos iguais é fortificada por leis e política públicas que se dirigem a este grupo. Portanto, tendo o feminismo avançado, bem como o feminismo negro, a luta desse último grupo ainda é árdua em virtude do caráter racista em que a sociedade global está inserida.

#### 4. Referências

- ADICHIE, Chimamanda. **Sejamos Todos Feministas**. Companhia das Letras. Rio de Janeiro, 2015.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução Difusão Européia do Livro. Editora Difusão Européia do Livro. 6ª Ed. São Paulo, SP. 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **Observações Sobre A História Das Mulheres**. In: As Mulheres e a História. Editora Dom Quixote. Lisboa, Portugal. 1995.
- CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras Da Diferença Raça E Mulher No Brasil**. Estudos Feministas. 2000. CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira. São Paulo: 2001
- COLLING, Ana Maria. **A Construção Da Cidadania Da Mulher Brasileira**. Editora UNIJUÍ. Ijuí, 2000.
- DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Editora Boitempo. Rio de Janeiro, 2016.
- FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Editora Vozes Limitada. Petrópolis, RJ. 1971.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo E Sexismo Na Cultura Brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.
- GONZALEZ, Lélia. **A Importância Da Organização Da Mulher Negra No Processo De Transformação Social**. Raça e Classe, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Editora Apicuri. Rio de Janeiro, 2016.
- LERNER, Gerda. **La Creación del Patriarcado**. Tradução Mónica Tusell. Editora Crítica, Barcelona. 1990.
- PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1993.
- PRAÇA, J.J. Lopes. **A Mulher E A Vida Ou A Mulher Considerada Debaixo Dos Seus Principais Aspectos**. Livraria Portuguesa e Estrangeira. Coimbra. 1872
- SAFIOTTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. Editora Moderna. São Paulo, 2002.

## **Miss Representation: As violências (in)visíveis na representação da mulher nos meios de comunicação**

*Raquel Fabiana Lopes Sparemberger<sup>1</sup>*

*Camila Belinaso<sup>2</sup>*

### **Introdução**

A objetificação da mulher nas representações midiáticas deve considerar os contextos históricos em que estão inseridos, de modo que seja possível observar a atuação do patriarcado quando apoiado pelo discurso midiático. Ao longo da história os registros apontam a existência de uma estrutura social baseada na subordinação da mulher ao domínio do homem, visto que o mundo é dividido a partir da sexualidade, como maneira de consolidar o patriarcado enquanto espaço histórico do poder masculino. Logo, os processos históricos, que perpassam à cultura e influenciam os modos de socialização, incutem às mulheres e aos homens papéis assimétricos.

---

<sup>1</sup> Pós-Doutora em Direito pela UFSC. Doutora em Direito pela UFPR. Professora Adjunta do Curso de Direito e do Mestrado em Direito e Justiça Social da FURG. Professora do Curso de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP/RS e Professora do Mestrado em Direito da FMP/RS, Área de concentração TUTELAS À EFETIVAÇÃO DE DIREITOS INDISPONÍVEIS, linha Tutelas à Efetivação de Direitos Públicos Incondicionados.

<sup>2</sup> Advogada. Graduada em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS). Pós-Graduada em Direito do Consumidor e Direitos Fundamentais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista na Especialização em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO).

Contextualizar a opressão da mulher pelo patriarcado, bem como resistir às imposições tem sido o objetivo do movimento feminista, que alerta para a influência negativa da mídia à situação de inferioridade da vida das mulheres, e como a opressão de determinado padrão de beleza é uma forma de violência estrutural, que abarca a perpetuação das violências emocional, psíquica, física e sexual contra as mulheres, uma vez que o dever ser de uma mulher está relacionado à sua passividade, e em virtude disso, sempre será culpada pelos seus atos, perpetuando a violência em si.

Por esse aspecto, a sociedade capitalista, fundada na acumulação de lucros, da exploração da imagem e do corpo da mulher, perpetua o sistema patriarcal. Nesse sentido, a mídia desempenha, em relação à formação da condição de ser mulher, forte influência na socialização e imposição dos papéis sociais aos sexos. A investigação utilizará do documentário *Miss Representation*, produzido e dirigido pela cineasta Jennifer Siebel Newson, e com a obra de Susan Faludi, *Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*, a fim de demonstrar e compreender a violência, desde o feminismo, do sistema capitalista-patriarcal, que exerce a imposição e o controle ao comportamento e à imagem do feminino.

A investigação será feita com ênfase a partir da década de 1980, momento em que se passa fundamentar a pretensão política do sistema patriarcal e reafirmar o espaço privado à mulher por intervenção da mídia. Busca-se, assim, analisar os motivos de o feminismo ter sido conjecturado ao pior inimigo da mulher, para tentar compreender o retrato da condição de ser mulher nos tempos atual. De igual forma, também se objetiva comprovar dialeticamente como a vinculação midiática da mulher à feminilidade é uma forma de violência estrutural do sistema patriarcal que controla e impõe determinados padrões ao comportamento e à imagem da mulher.

## 2. Mulher e corpo no sistema patriarcal-capitalista

No contexto histórico da década de 1970, o feminismo passa a se constituir como força política, com potencial de transformação social em consequência das lutas do movimento feminista da década de 60, “que estão caracterizadas pelo enfrentamento ao colonialismo, à discriminação racial, pela resistência aos direitos das minorias e pelas reivindicações estudantis” (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 58) A época simbolizou o fim de um período de crescimento econômico acentuado, pós-segunda guerra mundial, em que o protecionismo da economia inserindo a brasileira, controlou os fluxos comerciais para fortalecer o mercado interno<sup>3</sup>.

Por isso, o papel da mulher foi reconsolidado para que também fossem consumidoras de produtos e serviços, dando-lhes acesso ao mercado de trabalho e, assim, acesso ao consumo. Deve-se considerar que na sociedade patriarcal, gerada no período colonial, o homem tinha o direito de controlar a vida da mulher como se ela fosse sua propriedade, determinando os papéis a serem desempenhados por ela, com rígidas diferenças em relação ao masculino (BORIS; CESIDIO, 2017). Já o homem tinha o dever de trabalhar para dar sustento à sua família, enquanto a mulher tinha diversas funções: de reprodutora, de dona-de-casa, de administradora das tarefas dos escravos, de educadora dos filhos do casal e de prestadora de serviços sexuais ao seu marido (ALVES; PITANGUY, 1981).

---

<sup>3</sup> A releitura realizada na década de 1980 acerca da Revolução Industrial, segundo Livia Barbosa, permitiu vislumbrar novos acontecimentos concernentes ao consumo. Para a autora, em razão dos câmbios culturais, a passagem do consumo familiar para o individual e a transformação do consumo de pátina para o consumo de moda, tornaram-se os pontos relevantes para o desenvolvimento de novos mercados de consumidores. O consumo familiar é característico da sociedade tradicional, composta por grupos com estilo de vida previamente destinados, aos quais as escolhas individuais encontravam-se subordinadas ou condicionadas à códigos morais ou sociais. Tal relação é brutalmente rompida na sociedade contemporânea individualista e de mercado, em que a liberdade de escolha e autonomia na decisão de como e o que queremos não são suficientes para que todos nós pudéssemos decidir por nós mesmos. Então, o estilo de vida e a identidade passaram a ser opcionais. Ainda, a mudança do consumo para produtos de uso individual e não mais àqueles que pertencem a família expressam a valorização do novo e do individual (BARBOSA, 2004, p. 68).

Surge desse câmbios culturais uma outra forma de existir, que passou a valorizar a estética do corpo e a independência financeira e profissional da mulher, o contribuindo para a (re)construção da subjetividade feminina. Porém, a “valorização” foi tão reforçada pelos meios de comunicação, que a partir do século XX, banalizou-se o corpo da mulher, a fim de estabelecer um padrão de corpo feminino. Assim, as mudanças do modelo de subjetividade e de corpo feminino em relação aos períodos culturais patriarcais e desde o século XX dividem as mulheres entre a pura e recatada, virgem quando solteira, e, quando casada, devotada e dependente financeiramente do esposo; e, de outro, a mulher sensual e provocante, estável profissional e financeiramente, mas submetida às imposições da mídia (BORIS; CESIDIO, 2017).

Portanto, com o surgimento do capitalismo, a mulher passou a ter não apenas funções reprodutoras, mas assumiu tarefas produtoras de força de trabalho como resultado da ocupação de outros espaços da sociedade. Destaca-se que, apesar dessas transformações e da entrada das mulheres ao mercado de trabalho, seguem presentes as desigualdades e desvantagens decorrentes de ser mulher como condição e, de ser oprimida dependendo da situação de vida de cada uma (LAGARDE 2011). São as mulheres que acumulam o trabalho doméstico<sup>4</sup>, principalmente nas estruturas familiares de classes média e baixa, que não terceirizam suas obrigações com o âmbito doméstico por não terem condições financeiras de contratar uma empregada doméstica – cuja figura é

---

<sup>4</sup> No grupo dos jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam ou trabalhavam, podem-se destacar as seguintes características, em 2014: elevada proporção (45,6%) residia nas Regiões Nordeste ou Norte se comparada com a proporção do total de jovens residentes nestas regiões (38,6%); as mulheres (69,2%) e pretos ou pardos (62,9%) eram maioria; no quesito sobre a condição na unidade domiciliar eles eram relacionados na categoria de filho (47,5%), tendo destaque também os que eram indicados como cônjuges (27,3%); tinham baixa escolaridade (8,7 anos de estudo, em média), sendo que 29,9% não tinham o ensino fundamental completo, mas 46,8% tinham ensino médio completo ou nível mais elevado; 58,1% das mulheres nesta categoria tinham ao menos 1 filho nascido vivo; a proporção de mulheres (91,5%) que cuidaram de afazeres domésticos na semana de referência foi elevada, sendo neste grupo menor a proporção de homens (43,9%) que cuidaram de afazeres domésticos; o número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos foi de 28,6 horas para as mulheres e 11,5 horas para os homens (BRASIL, 2015, p.32).

massivamente de uma mulher de baixa renda- e que também estão restritos ao acesso à educação<sup>5</sup>.

O corpo feminino, que sofre os limites impostos pela cultura e pela sociedade patriarcal em sua busca de prazer, passa a ocupar a produção de força de trabalho e parece se adequar aos interesses capitalistas: o lucro e a mão-de-obra do trabalhador (BORIS; CESIDIO, 2017). Ou seja, o sistema capitalista criou padrões de comportamento e educou a classe operária segundo a sua própria visão do mundo- e do sistema patriarcal - fazendo com que o corpo produza e consuma os serviços e produtos vinculados aos desejos pela e da mulher. Portanto, o modo de vida das pessoas que constituem uma sociedade representa a forma como é construída sua cultura, pois ela traduz reações, características e maneiras de conduta de cada indivíduo em diversas situações. Os detalhes de conduta, que são comuns a todos os sujeitos, formam o modo de viver da cultura e das pessoas, mas tais características não são suficientes para definir uma só cultura, é imprescindível observar cada período histórico (CALDAS, 2001).

Desse modo, as relações não são dadas aleatoriamente, elas dependem da posição de cada pessoa na sociedade e, principalmente, do grau de instrução recebido antes de ocupar referido espaço. Na década de 1970, devido ao acesso de uma parcela das mulheres aos anticoncepcionais e as variadas informações, a mídia passou a retratá-las - para além de responsáveis pelos serviços domésticos e confinadas ao lar- nas praças e ruas, como se fossem usufrutuárias da liberdade em espaços públicos, historicamente destinado aos homens (ALVES; PITANGUY, 1981). No entanto, por mais que tenham sido retratadas nesses espaços, são os homens que ocupam a posição de dar ou não credibilidade aos resultados do produto, já que representam a figura daquele que avalia o resultado

---

<sup>5</sup> Em 2014, os indicadores estruturais do mercado de trabalho da população de 16 anos ou mais de idade por nível de instrução indicam, especificamente no item Proporção da população ocupada que realiza afazeres domésticos, era de 67 milhões em 2014, sendo homens 28,6 milhões, e mulheres 38,5 milhões. Assim, em 2014, 90,7% das mulheres ocupadas realizavam afazeres domésticos (BRASIL, 2015, p.62).

obtido pelas mulheres quando na situação de consumidora de determinados produtos (FUJISAWA, 2006).

A objetificação, termo cunhado no início dos anos 70, consiste em analisar um indivíduo a nível de objeto, sem considerar seu emocional ou psicológico, por ser apontado como uma consequência de todo o processo histórico vivido pelas mulheres. A objetificação da mulher está em propagandas que só focam no atributo sexual ou físico, sem outro tipo de apelo emocional, está na venda dos corpos femininos em partes e não associados a outros atributos da mulher. Então, a mídia, especialmente como comunicação de mercado, utiliza do corpo para a promoção de venda, oferecendo corpos femininos como pedaços de carne (LESSA, 2005). Posteriormente, na década 1980, produz-se um giro teórico que resulta na ideia de contemplar a sexualidade na construção dos papéis sociais, persistindo as estruturas de dominação e subordinação, principalmente quanto à classe, o gênero e a raça (FRASER, 2009).

Importante contextualizar que nesse período a América Latina enfrenta mutações profundas por influência nos cenários políticos e econômicos neoliberais, de modo que os comerciais operam à consolidar uma cumplicidade feminina, principalmente entre as figuras da mulher mãe e filha e suas trocas de experiências como mulheres. Assim, nas duas décadas seguintes a de 1970, as mulheres conquistaram a legalidade de seus direitos, alcançaram a educação superior, entraram para o mundo dos negócios e das profissionais liberais, derrubaram crenças antigas e tornaram-se respeitadas quanto ao seu papel social. Porém, com todas essas conquistas, as mulheres não se sentiam tão livres como gostariam (GHILARDI-LUCENA, 2003).

As representações coletivas sofreram modificações com repercussão nos meios de comunicação, os quais disseminaram tais modificações nos interstícios da sociedade. Então, a mídia está atenta para a atmosfera cultural, que experimenta uma sensação de liberdade. O feminino passa a ser parte das representações

midiáticas de maneira significativa na década, para que seja possível a reprodução de uma ideologia dominante e que seja possível disseminar o consumismo. Assim, as mulheres estão, desde a década de 1980, sendo utilizadas como ícones sexuais que apelam para o consumo, seja como consumidora ou seja como objeto de desejo dos consumidores (BORIS; CESIDIO, 1981).

Os meios midiáticos atuam, então, como influenciadores sociais e políticos nos âmbitos público e privado. No Brasil, no contexto da década de 1980, o neoliberalismo modificou os costumes, a linguagem e o estilo de vida, sendo de maneira enfática e preponderante na classe média/alta, devido ao maior e mais fácil acesso dessas às informações globais e libertárias. Logo, na década de 1990, dá-se continuidade com a forma de política econômica, e a mídia fortalece o consumo a fim de alcançar os parâmetros modernos de economia. A entrada de novas marcas em razão da abertura dos mercados, inicia um processo de acesso mais íntimo com informações e imagens de todo o mundo (FUJISAWA, 2006). O campo publicitário, então, se utiliza da sedução, da surpresa, e seguindo as “novas” tendências de representação do masculino e do feminino, que deixou de ser vista “só” como dona-de-casa (GHILARDI LUCENA, 2003).

Nesse período, a utilização do corpo nos meios de comunicação serve para a obtenção do prazer, que para Edgar Morin, ocorreu associado ao consumo, de modo que erotismo se especializou e se difundiu, pois

É no fluxo da cultura de massa que se desfeca o erotismo: não só os filmes, os *comics*, as revistas, os espetáculos estão cada vez mais apimentados com imagens eróticas, mas quotidianamente pernas levantadas, peitos estofados, cabeleiras escorridas, lábios entreabertos nos convidam a consumir cigarros, dentifrícios, sabões, bebidas gasosas, toda uma gama de mercadorias cuja finalidade não é, propriamente falando, erótica. (MORIN, 1997, p.119)

Então, os anúncios passaram a investir tanto no desejo sexual dos homens quanto na “vontade” das mulheres copiarem

àquelas representadas na mídia. A beleza é, com mais ênfase do que antes, uma preocupação constante para a mulher moderna, visto que atua para além da vaidade, como cobrança. Almeja-se um corpo perfeito, o sucesso profissional e a felicidade amorosa, associados à beleza e a jovialidade<sup>6</sup>. A imposição gera cada vez mais insegurança nas mulheres e, com isso, restringem-se de serem livres, pois oprimidas com imposições que ensinam que o sucesso profissional, por exemplo, depende também de ser sua forma física bonita e perfeita, em consonância aos padrões midiáticos. A beleza se torna um dos requisitos necessários, e o que demanda considerável cuidado e tempo, para que a mulher possa avançar profissionalmente.

Ocorre que, tal padrão de beleza, principalmente após a implementação de novas tecnológicas de imagem, é de difícil alcance, cultiva-se, dessa forma, o sentimento de insegurança entre as mulheres devido à sua desvalorização. Conforme Naomi Wolf, em sua obra “O Mito da Beleza”, mesmo após as mulheres terem se tornado livres nos quesitos de beleza, ainda há longa distância a ser percorrida para tomarem atitudes que desafiem esse padrão estético, imposto socialmente pela mídia e pela indústria da beleza. As propagandas da década de 1990 elucidavam algumas transformações em relação a representação da mulher, que tenta sair do tradicional, mas sente culpa, pois percebe que não está preparada para mudar de papel. Segundo a autora, a beleza tem se mostrado uma preocupação constante para as mulheres, assim como objeto de cobrança para a sociedade (WOLF, 1992).

A presença da mulher é notável facilmente em anúncios publicitários de produtos cujos destinatários não são sequer elas mesmas, mas homens. Nessa situação, a mulher está para servir de elemento persuasivo e de desejo, um objeto de consumo. Não raras são as propagandas de desodorantes, carros e cervejas, em que as

---

<sup>6</sup> É o reino do novo ídolo da cultura da massa: não a deusa nua das religiões antigas, não a madona de corpo dissimulado do cristianismo, mas a mulher seminua, em pudor impudico, a provocadora permanente (MORIN, 1998, p. 122).

mulheres estão retratadas como o fim da utilização do produto, como o objeto a ser, de fato, alcançado pela compra do que se oferta. Nesses anúncios a mulher é decorativa, objetificada e, consequentemente, inferiorizada. Expõe Morin:

A injeção de erotismo na representação de uma mercadoria não erótica (as publicidades que juntam uma atraente imagem feminina a uma geladeira, uma máquina de lavar ou uma soda) tem por função não apenas (ou tanto) provocar diretamente o consumo masculino, mas de estetizar, aos olhos das mulheres, a mercadoria de que elas se apropriarão; ela põe em jogo junto ao eventual cliente a magia da identificação sedutora; a mercadoria faz o papel de mulher desejável, para ser desejada pelas mulheres, apelando para seu desejo em serem desejadas pelos homens. (MORIN, 1997. p, 121).

Dessa maneira, compreende-se que há privilégios historicamente perpassados, expressados na dominação dada e exercida pelos homens e, sobre eles, em relação às mulheres. Consoante, Pierre Bourdieu afirma que:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objectos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser percebido (percipi) tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objectos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam "femininas", isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. (BOURDIEU, 2016, p.82)

Essa desvalorização dos direitos sobre os corpos femininos, e a dominação eminente do sexo masculino, são os motivos para que a mulher seja objetificada no sistema patriarcal-capitalista, retratados pelos meios de comunicação. Logo, a análise das representatividades utilizadas nos meios de comunicação permite identificar o uso do corpo da mulher de maneira sexista, independente dos investimentos feitos em maneiras de tangenciar

as críticas feministas, como quando se transformam críticas em piadas que naturalizam a concepção da mulher-objeto.

Ainda, é na década de 90 que as cirurgias plásticas entram em cena. A preocupação com o corpo se acentua entre as mulheres, o que requer tempo e esforços e dinheiro para alcançarem o padrão de beleza, uma vez que surgem novas técnicas e procedimentos para combater a qualquer rasgo da idade, ou seja, para que incessantemente cuidem de se manter padronizadas<sup>7</sup>. Esse é o contexto em que se iniciou a primeira década do século XXI, tem-se o culto ao corpo e à feminilidade (FUSIJAWA, 2006). As mulheres, agora, almejam um corpo perfeito, um rosto lindo. Elas se preocupam com as celulites, as estrias, em emagrecer, cuidar da pele e dos cabelos. O ideal de beleza nas mulheres acaba se tornando uma imposição devido à modernização da sociedade e dos novos papéis assumidos pela nova mulher (GHILARDI LUCENA, 2003).

### 3. Mídia e backlash

O documentário inicia com uma frase da ativista feminista Alice Walker, que diz que “a forma mais comum das pessoas abdicarem de seu poder, é pensando que não tem poder nenhum”. Logo, a intenção do documentário que inspirou a criação da ONG XX, é mudar a imagem que a mídia faz da mulher, para que seja possível transformar o impacto negativo da má representação que ocorre nas variadas plataformas atuais da mídia, traçando, também, a relação de efeito que acaba influenciando na falta de representatividade feminina no cenário político. Cabe salientar que, por mais que o documentário retrate especificamente a situação dos Estados Unidos, é possível realizar comparações com outros países, inclusive com o Brasil, visto

---

<sup>7</sup> Para obter sucesso profissional e na vida amorosa, as mulheres querem parecer mais jovens e belas, então gastam muito dinheiro na compra de produtos “milagrosos”, fazem dietas, submetem-se a cirurgias plásticas, etc. É difícil para as mulheres admitirem que estejam envelhecendo, de forma que elas costumam mentir a idade. Ao contrário da mulher, para o homem é natural envelhecer (GHILARDI LUCENA, 2003, p. 146).

ser a subalternidade uma condição genérica da mulher independente de qual espaço habita (LAGARDE, 2011).

O surgimento do neoliberalismo produz uma mudança drástica no terreno que o feminismo preparava para alavancar, de modo que as aspirações emancipatórias no contexto do capitalismo estatal assumem posições ainda mais ambíguas na era neoliberal (FRASER, 2009). Dessa maneira, o pensamento feminista é reproduzido pelos meios midiáticos como a regulação das relações das mulheres com os homens, sem que a sua liberdade e a sua autonomia sejam mencionadas como elementos constitutivos do feminismo. A mídia, intrinsecamente relacionada com a política econômica, permite intersecções dentro da cultura popular, que desmonta ideais coletivos planteados pelo movimento feminista até então, substituindo-os por um discurso emancipatório, baseado no ideário neoliberal (MACROBBIE, 2009).

Assim, toda a retórica existente quanto ao êxito feminino e das mulheres como agentes do neoliberalismo assinala o desmantelamento do Estado de bem-estar, cujos mecanismos incluíam as iniciativas feministas sobre seus direitos reprodutivos e de assistência às mulheres vítimas de violência doméstica (MACROBBIE, 2009). Mascara-se, portanto, a existência de uma igualdade de oportunidades com a presença das mulheres nos meios midiáticos, de modo que a mulher é um sujeito de plena confiança no sistema neoliberal, já que os governos tratam de possibilitar às mulheres o acesso a postos de trabalho reservados historicamente aos homens (SEGARRA, 2012).

Deste modo, o sujeito constrói a sua subjetividade na relação com o mundo e com os outros indivíduos, todos inseridos em um mesmo contexto e em determinado período histórico. No processo de construção da subjetividade, são incorporados, a partir da influência da cultura, modos de linguagem, hábitos e costumes e padrões de comportamento e de valores, inclusive modelos de apreciação estética, isto é, do que é belo ou feio, principalmente com relação ao corpo (FUSIJAWA, XX). Tal construção é fruto do

que apreendemos na família, na escola, com os amigos e também pelo conteúdo das propagandas. A mídia impõe, portanto, padrões estéticos, éticos e políticos, influenciando, cada vez mais, a existência do sujeito, e atingindo, assim, a sua subjetividade por meio das suas mensagens. Ela usa as suas estratégias de “marketing” para criar desejos, anseios e angústias, a fim de que os sujeitos consumam o que ela lança no mercado (FRASER, 2009).

Analisa-se essa articulação, entre a subjetividade da mulher, seu corpo e a mídia, recorrendo ao que Paulo Freire denominou de relação “opressor-oprimido”, na qual os oprimidos – no caso, as mulheres – num dado momento de sua experiência existencial, adotam uma atitude de “adesão” em relação ao opressor (FREIRE, 2005). A mulher, em busca da beleza do seu corpo, está na condição de oprimida com à mídia, que lhe impõe novas formas de existir e de se relacionar no mundo. A mulher oprimida pela mídia consome produtos dos mais diversos tipos para se sentir inserida no que impõe a mídia opressora. Isto não significa, necessariamente, que ela não tenha consciência de que está sendo dominada e seguindo modelos impostos pela mídia, mas que somente ela pode se libertar de tal relação ou de amenizá-la (BORIS; CESIDIO).

Consequentemente, a utilização dos meios midiáticos pelo neoliberalismo impulsionou um triunfo individual às mulheres e não coletivo, um êxito baseado não no feminismo, mas no individualismo feminino (MACROBBIE, 2009). A construção do ideal de beleza à mulher é parte de um processo histórico e não apenas uma invenção da mídia, que massifica esse discurso a fim de atingir o maior número de mulheres ao consumo. Nessa perspectiva, os veículos de comunicação igualmente massificam representações opressoras que incentivam o consumismo, como técnica de requalificar a vida social. Assim, o corpo da mulher se torna um produto tanto para as propagandas quanto para a publicidade, que além de vendê-lo se alimenta desse corpo-objeto (GHILARDI LUCENA, 2003).

Em seguida, ao longo dos anos 1980, a inserção da cultura popular norte-americana criou uma versão mitológica e ilusória do

feminismo. As feministas são responsabilizadas pelo estresse e pela dupla jornada de trabalho das mulheres. Noções bélicas de “luta”, “batalha” e “guerra dos sexos” passam a definir qualquer tipo de voz que se propunha a discutir o tema da desigualdade de gênero, o que tornaria o debate público em torno da justiça social entre homens e mulheres um tema agnóstico e de orientação violenta (LANA, 2013). Nesse sentido, a objetificação da mulher pela mídia mostra uma mudança de sensibilidade quanto à representação erótica da feminilidade, que ao marcar traços de humor e ironia, deslegitima o discurso feminista (MACROBBIE, 2009).

Na contemporaneidade, a mulher parece estar muito mais submetida do que homens ao consumo de roupas, de acessórios, de cirurgias plásticas e de academias de ginástica, dentre outros produtos, adotados com a finalidade de se adequar ao padrão de corpo estabelecido pela sociedade capitalista, principalmente devido ao fato de ela ser o alvo principal de propagandas publicitárias da moda, ocorrendo uma forte pressão da sociedade com relação aos padrões corporais femininos. Assim, a mulher tem prazer ao adquirir produtos, como roupas e acessórios, bem como ao “esculturar” seu corpo com exercícios físicos, com intervenções estéticas como as cirurgias plásticas, a fim de atingir o padrão corporal imposto pela cultura e pelos meios de comunicação.

Para além da teoria, o pós-feminismo passa a atuar como sensibilizador às mulheres do glamour da diferença sexual que, por meio de uma série de artifícios culturais, dão força para a convergência da feminilidade como qualidade corporal, empoderamento, individualismo, autodisciplina, entre outras qualidades da mulher moderna (MACROBBIE, 2009). A feminilidade como qualidade corporal é a principal característica da cultura midiática pós-feminista, que a concretiza como um traço físico, como qualidade corporal, mas não natural, uma vez que possível apenas por intermédio de uma série de tecnologias de beleza.

Portanto, a relação entre pós-feminismo e neoliberalismo está na dependência entre os conceitos que se estabelece no marco

ideológico da fragmentação do movimento feminista, de movimento coletivo para a implosão/explosão de movimentos *queer* ou pós-coloniais (SEGARRA, 2012). Os quais, por sua vez, consideram o feminismo como uma conquista já estabelecida dentro da sociedade neoliberal, e não como um conceito precário que necessita de defesa para manter as conquistas das mulheres<sup>8</sup>. O pós-feminismo, portanto, atua de modo a condicionar o feminismo, por um lado, como obsoleto e pertencente à outra época, enquanto celebra os logros do feminismo dentro da sociedade neoliberal, sobretudo nos campos de trabalho e estudo, estabelecendo-se uma relação econômica entre os dois.

Nesse contexto, o movimento utiliza de toda a construção do *backlash*, termo cunhado por Susan Faludi, em sua obra “Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres”, de 1990, para referir ao movimento da mídia, que apresentou o feminismo como uma força vital, que deve ser destruída para que as mulheres sejam salvas, como se houvesse sido superado (FALUDI, 2001). Direcionando seus estudos sobre o *Backlash* mais para a época contemporânea, a autora expressa que o *backlash* do pós-guerra não mandou as mulheres de volta para a casa, mas desvalorizou o trabalho do sexo da mulher, bem como os postos ocupados por elas. Assim, o contra-ataque iniciado na década de 1980 está influenciado pelos anteriores, uma vez que atrás de toda

---

<sup>8</sup> O autor também menciona o posicionamento de Rosalind Gill y Christina Scharff sobre postfeminismo e neoliberalismo: “según las autoras los tres niveles de relación posibles vienen marcados, primero, porque ambos movimientos aparecen articulados alrededor de un individualismo que ha reemplazado completamente las nociones de lo social y de lo político, restringiendo tanto las presiones como las motivaciones que los individuos reciben del exterior. Segundo, porque para estas autoras parece claro que existe un paralelismo entre el sujeto neoliberal autorregulado, autónomo y calculador y el sujeto postfeminista que se somete a los mismos procesos autorreguladores ya sea bajo forma de una dieta, e una lista de logros o del escrutinio de un diario personal o de cualquier otra forma de auto narración. Tercero, porque las dos escritoras explican el postfeminismo y el neoliberalismo no serían tanto dos fenómenos que corren paralelo e independientes sino que establecerían entre ellos una relación semejante la que se produce entre superestructura económica y fenómeno liberal, calificado en su obra como *sensibility* y ejemplificado en el hecho de que si la autorregulación es la máxima expresión del neoliberalismo, la mujer es la máxima expresión de ser humano autorregulado (SEGARRA, 2012 p.27).

a celebração e reconhecimento da vitória das conquistas femininas nos anúncios, tem-se que “a mulher contemporânea nunca foi tem livre, mas em compensação, nunca se sentiu tão infeliz”<sup>9</sup>.

A autora afirma que a principal causa dessa infelicidade generalizada, e inflada pela mídia, seria o “excesso de igualdade”. Para sustentar o afirmado Faludi utiliza da pesquisa empírica para demonstrar as reações midiáticas em diversas propagandas e contextos históricos, com ênfase, como já referido, na contemporaneidade. Assim, quanto às matérias veiculados nos anos de 1980, questiona-se sobre o que viria a ser a igualdade alcançada, pois a realidade material nunca esteve condizente com a realidade formal da igualdade, uma vez que as mulheres, com os recortes necessários, são substancialmente lidas como minorias, com salários menores, desprovidas, na maioria das vezes, de seus direitos mais básicos (FALUDI, 2001).

Em vista disto, a publicidade veicula a imagem da mulher como objeto, fato que está intrinsecamente com a sociedade patriarcal, visto que ao celebrar o poder de atração sexual dos rapazes, condena os desejos das garotas. Em nenhum momento esses meios problematizam a realidade material das mulheres, como se todas pudessem ter acesso aos produtos e serviços de igual maneira. A sexualidade, desse modo, é frequentemente alvo de exploração, de abusos e de atitudes nocivas (DURHAM, 2009). São nítidos os mecanismos do pós-feminismo, pois mesmo que a um nível superficial estejam utilizando a publicidade como uma ferramenta de empoderamento, as análises mais profundas das imagens demonstram que o discurso emancipatório como excelência feminina situa as reivindicações anteriores para tentar ressignificar seus posicionamentos.

---

<sup>9</sup> As mulheres estão infelizes justamente devido ao fato de serem livres. As mulheres estão sendo escravizadas pela sua própria liberação. Elas se agarram ao brilho dourado da independência e deixaram escapular o único anel que realmente lhes interessa. Conseguiram assumir o controle de sua fertilidade, mas só para destruí-la. Perseguiram seus próprios sonhos profissionais – perdendo no caminho a aventura feminina maior. Os movimentos feministas, não nos cansam de apregoar, acabaram por se provar o pior inimigo da mulher (FALUDI, 2001, p. 9)

Portanto, restringe-se à capacidade de escolha das mulheres, até mesmo pelo fato de apenas tratar a opressão como escolha e não como resultado das limitações do prazer da feminilidade. Em decorrência do silenciamento do feminismo, observa-se, a partir da década de 1990, a maneira de referir-se ao movimento é pelo termo *girl power*, momento em que se intensificam os prazeres decorrentes das possibilidades de consumo para as mulheres (FALUDI, 2001). Então, inserido no pós-feminismo, o termo produz uma relação simbiótica entre liberdade de eleição e mulheres jovens, de forma que tanto a teoria acadêmica, como a narrativa popular de gênero, centra a atenção em um padrão de mulher: branca, jovem, de classe média, geralmente com acesso ao estudo e ao trabalho. Ou seja, “*la mujer que tiene delante de ella todas las opciones de la sociedad de consumo y a la que se presenta el feminismo como algo inútil o pasado de moda*” (SEGARRA, 2012, p. 24).

Dessa maneira, a nova figura da mulher sexy e empoderada surgem como uma nova forma de as mulheres se identificarem, mas principalmente como novo instrumento para redefinir a feminilidade, que ostenta conexões aos cuidados e ao espaço doméstico à consciência de seu poder (FALUDI, 2001). Uma das características essenciais do pós-feminismo, portanto, é a vigilância ativa sobre o corpo da mulher por parte dos meios midiáticos, da sociedade e da própria visão feminina reguladora e obsessiva ao corpo. De acordo com Segarra:

Bajo el postfeminismo, entendido como una subjetivación de género bajo el neoliberalismo, las mujeres se someten a los procesos de belleza porque quieren, para complacerse, “darse un pequeño capricho” o “sentirse gusto con una misma”. Da igual lo doloroso, aparatoso, y como en el caso de la cirugía estética, lo peligroso que sea, los imperativos, procesos y tecnologías de belleza están rodeados del espíritu de la indulgencia, del capricho y de aquello libremente elegido (SEGARRA, 2012, p.41).

Em razão disso, as propagandas transmitem aos homens que eles precisam de produtos ou serviços que os façam se sentir poderosos, por sua vez, às mulheres é para que fiquem mais bonitas. Os padrões de beleza impostos são inatingíveis, e a manipulação das imagens torna homens e mulheres mais exigentes em relação ao corpo feminino, de modo que elas são submetidas a um exame de aparência rigoroso, mesmo quando suas atividades estejam desvinculadas do seu físico (DURHAM, 2009). A feminilidade ligada à sexualidade e ao poder é apresentada pela mídia dos anos noventa, ligada ao pós-feminismo, como expressão do poder feminino. Assim, se produz uma mudança na representação midiática do corpo feminino, sobre o qual se movimenta a passividade e a coisificação como demonstrações de controle e poder.

Nesse contexto se explora a feminilidade autoconsciente, narcisista e graciosa num processo comunicativo que não supera a perpetuação da subjetivação dos discursos de gênero midiáticos, nem conduz um movimento que ultrapasse a reprovação das propagandas que coisificam as mulheres. Essas representações vão muito além de um determinado aspecto físico feminino coisificado, pois se agrega como um requisito indispensável para aspirar à categoria de sujeito na era neoliberal, cuja estratégia abarca não só a remodelação do corpo, mas também a reconstrução da subjetividade (DURHAM, 2009).

Os meios de comunicação são os responsáveis por mediar a informação entre os consumidores da informação e o acontecimento, como fornecedores de representações, de modo que todo o acontecimento pode ser moldado como projeto narrativo que não oferece mensagens, mas define a própria mensagem). Antes, cabe lembrar que os veículos de comunicação são sustentados por grupos econômicos, que obviamente visam lucros e, esse lucro, só poderá ser obtido com a venda de produtos nos espaços de publicidade, a partir de discursos persuasórios. Dessa forma, necessário o questionamento das representações da mídia quanto à objetificação da mulher (DURHAM, 2009).

## Considerações finais

A estrutura social baseada na subordinação da mulher ao domínio do homem constitui a opressão genérica das mulheres, a forma de manter o patriarcado enquanto espaço histórico do poder masculino. A partir dessa pesquisa, percebeu-se que esse espaço se legitima também por meio da objetificação dos comportamentos e dos corpos das mulheres nas representações dos meios de comunicação. Por outro lado, verificou-se que determinadas características são impostas culturalmente e socialmente como femininas e masculinas, em que tais determinações ensejam a prática de outras violências, já que caberia ao universo feminino a passividade, delicadeza.

Igualmente, a mídia no sistema capitalista neoliberal influenciou em novos conceitos de liberdade, de poder e de consumo. Por outro lado, está sustentado em bases patriarcais, que implicam em manter a mulher à subalternidade. Assim, a influência da mídia na vida das mulheres, somada à estrutura patriarcal de dominação, é utilizada como argumento de empoderamento feminino, na medida em que é vendida a noção de que a mulher é livre para escolher consumir o que quiser. Em realidade, o que se percebeu com essa pesquisa, é que esse argumento defende o interesse de manter certas estruturas de dominação e de subordinação das mulheres.

Desta forma, evidenciou-se que o patriarcado, com o apoio do discurso midiático, fundamenta sua pretensão política, para reafirmar certos espaços e condutas à mulher, quanto para combater o feminismo, culpando-o de esgotamento das mulheres. Nesse ínterim, verificou-se que com o surgimento do neoliberalismo foi produzida uma modificação das aspirações emancipatórias, em que aquele foi responsável pelo individualismo feminino lograr êxito sobre a coletividade e o ideal de libertação das mulheres. Logo, o movimento midiático chamado *Backlash*, tem-se apresentado, em diferentes circunstâncias históricas, como

o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres, apresentando o feminismo enquanto uma força vital que deveria ser destruída, em rol da salvação de mulheres.

Em razão da concentração dos meios de comunicação nas mãos dos mesmos interesses, intensificou-se uma disputa acirrada pelas fatias do público e da publicidade. Essa necessidade de vender o que é supostamente belo e adequado, embasada na conquista de audiência, criou um padrão de beleza e de comportamento e acabou com a diversidade e a complexidade na representação da mulher. Por conseguinte, o presente estudo permitiu a realização de apontamentos, desde uma perspectiva feminista, à objetificação da mulher nos meios de comunicação, identificando as maneiras em que as mulheres estiveram representadas em determinados contextos sociais, políticos e históricos.

## Referências

- ALVES, Bianca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- AMOROS, Célia. **Tiempo de Feminismo**. Madri: Cátedra, 2008.
- BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRASIL, **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa - Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2015.
- BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v.7, n. 2, set/ 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: A condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: BetBolso, 2016.

- CALDAS, W. **Temas da cultura de massa: Música, futebol e consumo**. São Paulo: Villipress, 2001.
- DURHAM, Meenaskhi Gigi. **O efeito Lolita: a sexualização das adolescentes pela mídia, e o que podemos fazer diante disso**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
- FALUDI, Susan. **Backlash: O contra-ataque na guerra nao declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- FRASER, Nancy. El feminismo, el capitalismo y la astucia de la historia. In: **Revista New Left Review**. España, nº 56, 2009.
- FUJISAWA, Maria Suzuki. **Das Amélias às mulheres multifuncionais: a emancipação feminina e os comerciais de televisão**. São Paulo, Summus Editorial, 2006.
- GHILARDI LUCENA, Maria Inês. **Representações do feminino**. São Paulo: Átomo, 2003.
- JÚNIOR. José Maria Mendes Pereira. **O conteúdo narrativo no filme publicitário: análise do filme “O primeiro sutiã” (Valisère)**. Revista eletrônica Temática, ano V, n. 06, junho, 2009.
- LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAN, 2014.
- LESSA, Patrícia. **Mulheres a Venda: uma leitura do discurso publicitário nos outdoors**. Londrina: EDUEL, 2005
- MACROBBIE, Angela. **The aftermath of feminism. Gender, culture and social change**. London: SAGE, 2009.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XXI: o espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- SEGARRA, Ignacio Moreno. **Postfeminismos: representaciones de género em la cultura popular neoliberal**. Madri, UCM - Investigaciones Feministas, 2012.

## **Mother!**

### **A morte da mãe natureza e o império violento do homem**

*Sabrina Lasevitch Menezes<sup>1</sup>*

#### **Introdução**

O filme *Mother!*, dirigido por Darren Aronofsky e lançado em 2017, não é de fácil compreensão. Sua narrativa não linear é recheada por um rico repertório simbólico, próprio da ordem do inconsciente e da linguagem onírica.

À primeira vista, o filme trata da vida de um casal, contando a história da relação dos dois desde o início até o fim. O cenário em que esta história se passa é apenas um: a casa onde eles moram. A rotina aparentemente morna e tediosa dos dois começa a ser quebrada quando eles recebem um hóspede desconhecido, que surge à porta de maneira inesperada. A partir deste evento inicial, uma série de acontecimentos um tanto quanto improváveis atravessam a vida dos dois, e ela nunca mais volta à calma das primeiras cenas.

Como se demonstrará ao longo do artigo, o filme trata de duas questões centrais que se entrecruzam: a relação dos seres humanos com a natureza e a relação do homem com a mulher. A ferramenta escolhida para dissecar estas questões foi a teoria ecofeminista, em

---

<sup>1</sup> Advogada, Bacharel em Direito pela UFF, Pós-graduada em Direito Constitucional e em Criminologia, Direito e Processo Penal pela UCAM e Mestranda em Sociologia e Direito pela UFF.

especial a abordagem da filósofa e historiadora norte-americana Carolyn Menchant, que identificou a natureza como um ser vivo do gênero feminino, e da socióloga alemã Maria Mies, que explorou a divisão do sexual do trabalho nas sociedades da caça e da coleta.

O objetivo deste artigo é explorar os recursos simbólicos que permeiam o drama cinematográfico dirigido por Aronofsky para ilustrar os paralelos entre a depredação do meio ambiente pelos seres humanos e a reificação e consequente exploração da mulher pelo homem.

A partir desta abordagem, ao mesmo tempo, ecológica e feminista, pretende-se analisar de forma sistemática a organização patriarcal nas sociedades capitalistas ocidentais contemporâneas, uma vez que a dominação exercida pelo homem sobre a mulher gera efeitos destrutivos para muito além do campo das relações intersubjetivas. A hipótese aqui defendida é a de que não se pode pensar em libertação feminina sem que se repense, ao mesmo tempo, a postura do ser humano em relação à natureza, uma vez que ambas as situações figuram como peças-chave da estrutura social patriarcal e capitalista.

## **2.A grande deusa e a origem da vida**

Em uma entrevista concedida ao crítico de cinema Richard Brody no ano de 2000, em que falava sobre o filme *La Chinoise*, que dirigiu em 1967, Jean-Luc Godard fez a seguinte declaração:

“Meu inconsciente estava correto, mas foi o cinema quem acertou, mais ou menos, as coisas, o que é dito não é necessariamente correto; frequentemente, o que o autor diz está ainda menos correto, porque o autor está naquilo que faz, não naquilo que diz.”<sup>2</sup> (BRODY, 2008, p. 138)

---

<sup>2</sup> Tradução livre. No original: “So my unconscious was correct, but it’s the cinema that got things right, more or less right, what is said isn’t necessarily right; often what the author says is even less right, because the author is present in what he does, not in what he says.”

O filme sobre o qual Godard falava nesta entrevista contava com uma densa carga de crítica política, depositada na obra pelo diretor, segundo ele próprio, de maneira não proposital, mas inconsciente. Este filme foi editado um ano antes dos acontecimentos políticos de Maio de 68, ano em que Godard, de fato, mergulhou em uma fase de elaboração de obras cinematográficas com caráter explicitamente político, que durou cerca de quatro anos.

Esta colocação de Godard sobre o processo de criação artística e os elementos não tão óbvios da obra relacionados ao inconsciente do autor parece servir perfeitamente para explicar as declarações de Darren Aronofsky sobre o significado de *Mother!*. Segundo Aronofsky, o filme lança mão de alegorias bíblicas do Antigo e do Novo Testamento para abordar o comportamento destrutivo dos seres humanos em relação aos recursos naturais do planeta, numa tentativa de contar a história desta relação a partir do ponto de vista da Mãe Natureza, na figura da personagem interpretada por Jennifer Lawrence.

Contudo, o que o diretor não poderia prever foi que o resultado de sua obra falaria de questões definitivamente mais amplas que as originalmente pretendidas, questões estas que dizem respeito não só à relação dos seres humanos com a natureza, mas também dos homens com as mulheres.

Desde a primeira cena até os créditos, *Mother!* é um filme repleto de elementos simbólicos próprios da linguagem do inconsciente, de modo que seria impossível exaurir sua análise em pouco mais de dez páginas. As próximas linhas serão, portanto, dedicadas aos pontos que considerarei de maior relevância ao tema que este artigo se propõe a tratar: a relação de alteridade entre os seres humanos e a natureza, em paralelo com a relação de alteridade entre homens e mulheres, no que pode ser considerada o principal foco de investigação da teoria ecofeminista.

A primeira cena do filme é um incêndio. Há uma mulher sendo queimada em meio às chamas, e esta mulher chora enquanto fecha seus olhos e desaparece. Corta a cena. A próxima

cena é um homem pendurando uma espécie de diamante em uma prateleira no cômodo de uma casa. Em seguida, esta mesma casa, coberta por destroços, começa a se regenerar lentamente das cinzas. No quarto do casal, uma jovem mulher está dormindo. É uma mulher diferente da que aparece sendo queimada no início, mas igualmente jovem e bela. Ela acorda de repente, olha em volta e chama pelo seu parceiro, que parece não estar presente.

Após encontra-lo, ele, que é um escritor passando por uma crise de inspiração, diz que se ausentou para ver se as ideias lhe vinham. Ele, então, se retira novamente e ela se dirige a um outro quarto que está aparentemente em obras, com as paredes ainda por pintar. Ela começa a pintar uma das paredes e, de repente, para e repousa uma mão sobre a superfície recém-pintada. De olhos fechados, ela sente um coração humano pulsar das entranhas da casa. Ela abre os olhos e, com um ar confiante, decide mudar ligeiramente a cor desta parede, como se esta decisão partisse de uma espécie de diálogo íntimo entre a mulher e a alma da casa.

No filme, nem a mulher, nem o homem têm nome próprio. Esta técnica narrativa indica que os personagens são representações de algo maior, que, segundo, Aronofsky, seriam Deus e a Mãe Natureza.

Interpretado por Javier Bardem, Deus é o grande intelectual. Ele é um homem reservado, com um comportamento evasivo e muito pouco afetuoso em relação à sua companheira. Tudo o que ele faz são exercícios de contemplação, análise e escrita; as tarefas do lar são atribuições exclusivas da outra personagem – a mulher.

A mulher, que o próprio Aronofsky diz representar a Mãe Natureza, é a uma espécie de personificação da beleza, da delicadeza e da pureza de sentimentos. Enquanto seu companheiro trabalha em seu empreendimento literário, ela cuida sozinha da casa, de forma voluntária e muito generosa. Sua vida, como ela mesma diz, se resume a cuidar deste lugar, e ela exerce este cuidado com tanto amor e zelo que o trabalho duro parece sequer pesar sobre seus ombros. Ao contrário de seu companheiro, ela é afetuosa, delicada e

compreensiva. Seu papel, claramente, é o de manter tudo na mais perfeita ordem para que seu parceiro não tenha nenhuma preocupação além de se concentrar em seu trabalho intelectual.

Cabe, aqui, lembrar que o primeiro elemento cultuado pelo ser humano foi a terra, na figura feminina da Terra Mãe. No Paleolítico, datado por volta de 100000 a 10000 a.C., a função reprodutora da mulher era completamente desvinculada da sexualidade, uma vez que se desconhecia o papel do homem na fecundação. Por este motivo, o poder reprodutivo da mulher era associado à fertilidade da terra, e ambas eram divinizadas e cultuadas como as grandes portadoras da vida e da morte:

A Deusa Mãe, deusa única, foi cultuada, primordialmente, pelos mistérios que envolviam a concepção, a gestação e o nascimento. Mais tarde, apareceu dotada de inúmeras funções, que foram englobando outras necessidades vitais do homem, como a alimentação e a fertilidade, que ela estendia aos animais e à natureza. (BARROS, 2004, p. 25)

Esta concepção antiga de mundo era orgânica. Os seres humanos viviam numa relação de cooperação entre si e em harmonia os demais seres vivos, numa rotina pautada por relações imediatas e diretas entre os conviventes. Neste cenário, a terra e a natureza, de forma geral, figuravam no sistema simbólico coletivo como uma mãe cuidadora. Na obra *The Death of Nature*, de Carolyn Merchant, ela aponta que, entre os Estoicos,

A analogia mais famosa, contudo, era entre as capacidades femininas de reprodução e cuidado e a habilidade da mãe natureza de dar à luz pedras e metais de seu útero pelo casamento com o Sol. [...] O útero da terra era a matrix ou a mãe não apenas dos metais, mas também de todas as coisas vivas. Paracelsus comparava a terra a uma fêmea cujo útero nutria tudo o que era vivo.<sup>3</sup> (MERCHANT, 1990, p. 26)

---

<sup>3</sup> Tradução livre. No original: “The most commonly used analogy, however, was between the female’s reproductive and nurturing capacity and the mother earth’s ability to give birth to stones and metals within its womb through its marriage with the sun. [...] The earth’s womb was the

É praticamente unânime entre as teóricas feministas identificar no período do Neolítico, com a domesticação dos animais e a consequente percepção do homem de seu papel na reprodução humana, o início da queda da mulher do lugar do sagrado. Apesar desta descoberta, por si só, ser insuficiente para explicar a emergência e consolidação da ordem patriarcal, trata-se de um marco a partir do qual o significado do feminino nos sistemas simbólicos, especialmente os da linguagem e da religião, começou a mudar, tendendo a uma progressiva desvalorização da mulher e sua eventual submissão ao homem.

Mas a cultura capitalista patriarcal, que explora tanto a mulher quanto a natureza a partir da atitude dominadora e destrutiva do homem, só se aperfeiçoou, segundo Ariel Salleh, a partir do quarto século depois de Cristo, com a combinação do Paulinismo (cristianismo primitivo) e do judaísmo na consolidação de uma cultura religiosa monoteísta patriarcal, e desta com a misoginia presente na filosofia grega clássica (SALLEH, 2007).

### **3.A queda da deusa: o império da violência**

O mundo das ideias e o mundo da matéria, assim como o masculino e o feminino, compõem dois polos de uma divisão fundamental que forma a base da estrutura de todo o pensamento filosófico ocidental clássico, do qual Platão e Aristóteles foram os grandes precursores.

Tem-se que Platão, de forma geral, enfatizava a igualdade de habilidades entre homens e mulheres, enquanto Aristóteles tratou de traçar expressamente o que ele acreditava serem suas diferenças ontológicas. O olhar que Platão lançava às habilidades

---

matrix or mother not only of metals but also of all living things. Paracelsus compared the earth to a female whose womb nurtured all life.”

de cada gênero pode ser encontrado em trechos, como este, de *A República*:

“(...) não há na administração da cidade nenhuma ocupação, meu amigo, própria da mulher enquanto mulher, nem do homem enquanto homem, mas as qualidades naturais estão distribuídas de modo semelhante em ambos os seres, e a mulher participa de todas as atividades, de acordo com a natureza, e o homem também, conquanto em todas elas a mulher seja mais débil que o homem.” (PLATÃO, 455 d-e)

Apesar de aparentemente tratar de forma igualitária ambos os gêneros, a reserva feita ao final do parágrafo não deve ser desconsiderada. Na obra *Timaeus*, Platão compara o mundo com uma criatura dotada de vida, uma espécie de animal do gênero feminino – exatamente como a casa de Aronofsky, que pulsa e se comunica com a Mãe. Ainda segundo Platão, a alma deste mundo feminino seria a fonte de todo movimento do universo, a ponte entre as formas imutáveis eternas e o mundo mutável, sensível e temporal da natureza.

O Neoplatonismo dividiu esta alma feminina em duas partes: a parte moralmente superior, correspondente às ideias, e a parte moralmente inferior, correspondente à matéria, denominada de *natura*. No século XX, esta conjuntura foi interpretada, em conjunto com a Bíblia, pela Christian Cathedral School of Chartres, personificando *Natura* como uma deusa e limitando seu poder original ao estabelecer sua subserviência a Deus. Esta, segundo a filósofa ecofeminista norte-americana Carolyn Merchant, foi a primeira estrutura filosófica de inferiorização do feminino:

A *Natureza* era comparada a uma parteira que traduzia *Ideias* em coisas materiais; as *Ideias* eram ligadas ao pai, a matéria à mãe, e as espécies geradas a uma criança. No simbolismo platônico e neoplatônico, portanto, tanto a natureza quanto a matéria eram femininas, enquanto as ideias eram masculinas. Mas a *Natureza*, como agente de Deus, no seu papel de criadora e produtora do mundo material, era superior ao artista humano tanto na

criatividade quanto na facilidade de produção. Ela era mais poderosa que os humanos, mas ainda subordinada a Deus.<sup>4</sup> (MERCHANT, 1990, p. 10)

Mas é Aristóteles quem, de fato, masculiniza o lugar do divino e coloca de forma mais explícita a mulher numa categoria hierarquicamente inferior em relação ao homem. Ao mergulhar na análise filosófica das diferenças entre os opostos universais, ele toma como ponto de partida a dicotomia masculino/feminino para traçar uma série de outras dicotomias a ela relacionadas, como os pares forma/matéria, racional/irracional, cultura/natureza e atividade/passividade, nos quais as primeiras qualidades fariam parte de um mesmo espectro e estariam todas em posição superior em relação às segundas qualidades, posicionadas no espectro oposto.

Com base nisso, a filosofia aristotélica é permeada por uma profunda misoginia. Diferentemente de Platão, que foca sua investigação na alma humana, a abordagem de Aristóteles é biológica e analisa a inferioridade da mulher a partir de seu corpo físico, entendido por ele como menor, mais frágil e mais frio que o do homem. Ele chega a afirmar expressamente que “a fêmea é um macho mutilado” (ARISTÓTELES, II, 3, 737a).

Na obra de Aronofsky, esta dicotomização encontra-se perfeitamente representada: enquanto a Mãe é quem cuida da estrutura material da casa, da alimentação dela e de seu companheiro, tem um comportamento extremamente dócil e parece responder aos eventos de modo mais sensorial do que racional (ela sente a casa pulsar encostando a palma da mão na parede; ela sente dores de cabeça e náuseas quando submetida a situações muito desconfortáveis), o homem está completamente alheio a esta

---

4 Tradução livre. No original: “Nature was compared to a midwife who translated Ideas into material things; the Ideas were likened to a father, the matter to a mother, and the generated species to a child. In Platonic and Neoplatonic symbolism, therefore, both nature and matter were feminine, while the Ideas were masculine. But nature, as God’s agent, in her role as creator and producer of material world, was superior to human artists both in creativity and in ease of production. She was more powerful than human, but still subordinate to God.”

dimensão da existência, parecendo se preocupar exclusivamente, de fato, com o mundo das ideias. Ele não tem uma conexão sensorial com a casa, não a sente com a palma de sua mão, e sua postura em relação à Mãe é distante e, por vezes, agressiva.

Esta agressividade masculina em relação à mulher é curiosamente relacionada por Carolyn Merchant com a expansão da prática da mineração ocorrida, principalmente, do século XVI em diante, no contexto da acumulação primitiva. Antes disso, a literatura popular Renascentista imaginava a terra na figura de uma mãe cuidadora que, em sua sabedoria, havia negado ao homem a atividade da mineração ao esconder seus metais preciosos nas profundezas de seu útero. Havia uma crença segundo a qual a mineração do ouro levava o homem à avareza, enquanto a extração do ferro seria a fonte de toda a crueldade humana nas formas da guerra, do assassinato e do roubo. Os instrumentos feitos a partir dos metais retirados da terra deveriam, portanto, ter seu uso limitado à agricultura e demais atividades que contribuíssem com as “honras de uma vida mais civilizada”. (MERCHANT, 1990, p. 31)

Este pensamento fazia com que a mineração fosse vista como uma atividade criminosa, um verdadeiro estupro à Mãe Natureza, e sua prática era proibida por lei. Dessa forma, para que a extração de metais pudesse ser exercida com folga, estes argumentos antigos deveriam ser, primeiro, refutados em teoria – e foi esta a tarefa de Georg Agricola (1494-555), quem escreveu o primeiro tratado moderno sobre mineração.

A empreitada de Agricola pode ser interpretada como uma tentativa de liberar a atividade da mineração das restrições impostas pela estrutura orgânica e pela imagem de cuidadora atribuída à terra, para que novos valores pudessem acelerar o desenvolvimento e o progresso econômico. Como resultado, a expansão da atividade mineradora “alterou a imagem da terra de mãe cuidadora para uma receptora passiva do estupro humano” (MERCHANT, 1990, p. 39). A liberação do “estupro” à Mãe

Natureza acelerou, por sua vez, o desenvolvimento da lógica capitalista de acumulação de riquezas e autorizou, de forma institucionalizada, a atitude violenta do macho sobre a terra e sobre o corpo da mulher. Para escapar desta violência e preservar sua pureza, caberia à mulher encerrar-se no interior do ambiente doméstico – e assim foi feito.

#### **4. Filosofia ecofeminista e a ética sensível ao cuidado**

Além de classificar o corpo feminino como fisicamente inferior ao do homem, Aristóteles também identificou no *oikos* o único lugar onde as mulheres poderiam exercer poder. *Oikos* é uma palavra de origem grega que pode significar “casa” ou “família”. Não por acaso, ecologia deriva etimologicamente do grego *okologie*, fruto da junção do prefixo *oikos* com o sufixo *logos*, que significa “estudo”. *Okologie* seria, portanto, algo como a ciência da “casa” dos seres vivos, o estudo da relação entre os seres vivos e o meio ambiente onde vivem.

No filme, a personagem da Mãe é claramente circunscrita ao ambiente doméstico: foi ela quem reergueu a casa das cinzas, é ela quem pinta as paredes, prepara as refeições, lava as roupas de cama e de banho. É ela quem limpa eventuais sujeiras, ainda que não tenham sido por ela causadas, e ela faz tudo isso de forma absolutamente natural, sem solicitar a colaboração de seu parceiro em nenhum momento e, inclusive, dispensando-o quando ele ensaia oferecer alguma ajuda.

Além de cuidar da casa, ela cuida também do homem e das necessidades de todos os eventuais hóspedes. A palavra-chave, aqui, é cuidado: a Mãe de Aronofsky tem seu comportamento pautado o tempo todo pela ética do cuidado.

A ética sensível ao cuidado surge como uma alternativa criada por filósofas feministas em relação às éticas desenvolvidas pela filosofia tradicional, construídas a partir da razão e da virtude e elaboradas por pensadores homens.

A primeira linha do pensamento ético clássico é a ética das virtudes, criada por Aristóteles no séc. IV a.C e resgatada por Alasdair McIntyre nos séculos XX e XXI. A segunda linha da ética clássica é a do consequencialismo, que pensa o agir ético a partir das consequências. É a ética dos filósofos utilitaristas, tais como Jeremy Bentham e Stuart Mill.

Tanto a ética das virtudes quanto o consequencialismo possuem um perfil eudaimonista em comum, ou seja: têm a felicidade como finalidade. Para atingirem a felicidade, contudo, elas apontam para diferentes caminhos: enquanto a ética das virtudes é individualista e busca o cultivo de si, prezando pela excelência e produzindo, portanto, uma hierarquia entre as pessoas, o consequencialismo é universalista e busca atingir o máximo possível de felicidade para o maior número possível de pessoas.

Uma terceira linha do pensamento ético clássico é atribuída a Kant, que defende que a moral deve ser pautada exclusivamente pela razão. Com base na racionalidade, a ética de Kant é fundada em dois elementos: liberdade e da igualdade.

Ocorre que estas linhas clássicas do pensamento ético não são neutras, mas possuem um viés masculino. Quem aponta este viés são as filósofas feministas, como Tânia A. Kuhnen, que trazem a ética do cuidado como uma via que pode ser considerada alternativa ou complementar à ética masculina de princípios.

Segundo Kuhnen, a maior referência sobre a ética do cuidado é Carol Gilligan, em sua obra *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Nesta obra, Gilligan observa que o desenvolvimento psicológico dos meninos difere do das meninas em diversos pontos, de modo que homens e mulheres acabam por formarem vozes morais fundamentalmente distinta entre si:

Enquanto a voz masculina direciona-se para o desenvolvimento de propostas éticas pautadas em princípios imparciais e direitos, a voz feminina aponta para um modo diverso de falar sobre problemas morais, baseado na experiência feminina dos

relacionamentos de cuidado. Essa experiência é considerada feminina por ter sua origem ligada ao ciclo de vida da mulher e, mais especificamente, ao cuidado maternal primário que gera um sentimento de conexão entre mãe e filha. É a partir dessa experiência que as mulheres desenvolvem uma abordagem moral voltada para o cuidado e a responsabilidade nas relações. (KUHNNEN, 2010, p. 156)

Em certo ponto do filme, o filho de um dos hóspedes do casal vem a falecer e o velório é realizado na casa. Neste momento, a personagem da Mãe assume o ápice do papel de cuidadora: ela recebe todos que chegam para o evento, pendura seus casacos, limpa eventuais sujeiras, se preocupa em deixar todos à vontade e, ao mesmo tempo, parece ser invisível. Nitidamente, ninguém está preocupado com ela, apenas ela é quem se preocupa com todos os outros. Ela sequer está propriamente vestida para o evento.

Nesta parte do filme, a harmonia da casa, tão zelosamente cuidada pela Mãe, começa a ser violentamente abalado pela invasão das pessoas que chegam para o velório. Há uma cena, contudo, que é especialmente ilustrativa do paralelo entre o desrespeito do ser humano em relação à natureza e o desrespeito do homem em relação à mulher.

A cena é de um casal de convidados que senta sobre pia. Ao avista-los, a Mãe pede imediatamente para que desçam, explicando gentilmente que a pia não suportará tanto peso. Eles descem, respeitosamente. Neste momento, um outro convidado aproxima-se da Mãe e a convida para passear com ele, numa clara tentativa de investida sexual. Ela recusa, nitidamente desconfortável com o convite. Enquanto isso, o casal volta a sentar sobre pia e a Mãe pede, mais uma vez, para que desçam. Eles descem, mas, desta vez, manifestam um ar de deboche em face ao pedido. Quando ela vira de costas, eles imediatamente voltam a subir na pia. Ela se virou porque o homem que a abordou continua insistindo para que ela saia com ele, e ela nega, educadamente, mas de maneira firme. Ele, então, desiste de conquista-la e passa a xinga-la, assumindo um

comportamento escancaradamente grosseiro. Ao mesmo tempo, o casal passa a pular sobre a pia e, quando a Mãe se vira, em desespero, pedindo para que desçam, a pia finalmente cede e um tubo de água rompe, inundando a casa. A Mãe, então, finalmente se enfurece e, aos berros, expulsa todos da casa, que logo fica completamente inundada com a água que jorra da tubulação rompida. Todos finalmente saem e ela, exausta e furiosa, põe-se a arrumar toda a bagunça sozinha.

Nesta cena, a pia representa uma parte da estrutura natural do planeta, que é representado pela casa. O casal que insiste em sentar na pia, apesar dos repetidos avisos dados pela Mãe de que sua estrutura não suportaria o peso, representa os humanos forçando os limites dos recursos naturais da Terra, apesar dos sinais emitidos pela natureza de que ela não suportará os abusos por muito tempo. Ao ignorar os avisos, a natureza finalmente entra em colapso, gerando um desastre natural que, no caso, tomou a forma de uma inundação.

Ao mesmo tempo em que a Mãe é desrespeitada enquanto natureza, ela também é desrespeitada como mulher pelo assediador desconhecido. O desrespeito à natureza e o desrespeito à mulher aparecem quase misturados nesta cena, deixando claro que a personagem da Mãe personifica uma condensação simbólica de ambas.

A teoria ecofeminista traça este paralelo, contrastando a forma orgânica como a mulher interage com a natureza com a forma destrutiva como o homem se relaciona com a mesma. Além da empreitada mineradora que estuprou a Mãe Natureza e lhe roubou seus metais preciosos, investigada por Carolyn Merchant em *The Death of Nature*, a socióloga alemã Maria Mies observa, na obra *Women, the last colony*, que, nas sociedades da caça e da coleta, a mulher era encarregada desta última atividade, além do cuidado com as crianças e do preparo dos alimentos. Ao homem, por outro lado, cabia a atividade violenta da caça.

Em sua obra, Mies aponta que a relação do homem caçador com a natureza era vertiginosamente diferente da relação da mulher coletora ou cultivadora com a mesma. Em primeiro lugar, as ferramentas utilizadas pelo homem serviam não para produzir vida, mas para destruí-la. Não eram meios de produção, portanto, mas meios de destruição, e poderiam ser usados, inclusive, como meios de coerção de outros seres humanos. Segundo Mies,

Isto deu aos caçadores um poder sobre os seres vivos, tanto animais quanto humanos, o que não advém de seu trabalho produtivo. Eles podem se apropriar não apenas de frutas e plantas (como as coletoras) e animais, mas também de outras (fêmeas) produtoras pela virtude das armas. (MIES, 1988, p. 82)

Assim, a proposta ecofeminista é, primeiramente, a de explicar que o vilipêndio da natureza pelos humanos compõe um traço típico de sociedades capitalistas patriarcais. A crise ecológica que acomete o mundo moderno é causada por uma atitude arrogante e irresponsável do ser humano para com a natureza, muito semelhante à postura agressiva e controladora do homem em relação à mulher. Nesse contexto, ambas as relações são pautadas pelo binômio dominação/exploração, em detrimento dos valores do cuidado e da cooperação, que são típicos de relações harmoniosas estabelecidas com base no sentimento de respeito entre iguais.

### **Considerações finais**

Mais do que um simples drama cinematográfico, o filme *Mother!*, dirigido por Darren Aronofsky, é um rico caldo de representações simbólicas referentes a dois grandes temas que se inter cruzam: a dominação da natureza pelo ser humano e a dominação da mulher pelo homem, analisadas pela teoria ecofeminista desenvolvida por intelectuais feministas como Carolyn Merchant e Maria Mies.

No filme, as figuras da mulher e da natureza condensadas na personagem da Mãe revelam a estreita relação existente entre a mudança de comportamento do ser humano em relação à terra (que passa de mãe cuidadora para uma figura morta suscetível ao estupro humano) e a naturalização da postura agressiva do homem em relação à mulher, que, mais do que ter sido destronada de seu posto de divindade, teve negada sua condição humana ao ser resignificada como um objeto à disposição para a satisfação dos desejos e necessidades do homem.

Esta forma de agir do homem em relação tanto à natureza quanto à mulher é pautada por uma ética focada ora na razão, ora na virtude, baseada em princípios universais e desprovida de qualquer preocupação com o outro nas relações intersubjetivas concretamente consideradas.

Por isso, a destruição ambiental e a violência contra a mulher são, na verdade, duas faces de uma mesma moeda, e devem ser analisadas com atenção e em conjunto. A ética masculina, pautada puramente por princípios e pelo direito, deve dialogar com a ética do cuidado, desenvolvida pelas teóricas feministas, como Carol Gilligan, para que um futuro harmonioso, ou, ao menos, não tão violento, seja possível. Esta parece ser a mais valiosa contribuição que a teoria ecofeminista traz para restaurar a dignidade e restituir o respeito não apenas às mulheres e aos seres humanos, em geral, mas a tudo o que é vivo no planeta.

## Referências

ARISTÓTELES. **Geração dos Animais**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.

BARROS, Maria Nazareth Alvim de. **As Deusas, as Bruxas e a Igreja: Séculos de Perseguição**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 2004.

BRODY, Richard. **Everything is cinema: The working life of Jean-Luc Godard**. New York: Henry Holt and Company, 2008.

GILLIGAN, Carol. **In a Different Voice: Psychological theory and women's development**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

KUHNEN, Tânia A. **A Ética do cuidado como alternative à ética de princípios: divergências entre Carol Gilligan e Nel Noddings**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2010v9n3p155> Acesso em: 18/11/2018

MERCHANT, Carolyn. **The Death of Nature: Women, Ecology and Scientific Revolution**. New York: Harper & Row, 1990.

MIES, Maria. **Women, the last colony**. London: Zed Brooks Ltd, 1988.

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005

SALLEH, Ariel. **Ecofeminism as politics: Nature, Marx and the post modern**. Londres: Zed Brooks Ltd, 2007

## **Sonhos roubados: reflexões sobre patriarcado, objetificação feminina e a ideia de liberdade de escolha na prostituição**

*Sophie Dall'olmo<sup>1</sup>*

*Mariana Luciano Afonso<sup>2</sup>*

### **Introdução**

O filme “Sonhos roubados”, dirigido por Sandra Werneck e lançado em 2010, é a adaptação cinematográfica do livro “As meninas da esquina: Diário dos sonhos, dores e aventuras de seis adolescentes no Brasil”, escrito pela jornalista Eliane Trindade em 2005. O livro é fruto de uma pesquisa realizada pela escritora, a qual possibilitou a seis meninas em situação de exploração sexual que contassem suas próprias histórias através de diários gravados ou escritos. O filme conta a história de três personagens fictícias que fundem a personalidade de todas as meninas do livro.

Jéssica, Sabrina e Daiane são três amigas - as duas primeiras com 17 e a terceira 14 anos de idade - que vivem em uma comunidade carioca, cujo cotidiano guarda semelhança com as experiências de muitas jovens de diversas regiões do Brasil, em que a violência

---

<sup>1</sup> Advogada e feminista. Especializanda em Direito Penal e Política Criminal: Sistema Constitucional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Advogada no Grupo de Estudos e Intervenção em matéria Penal - GEIP da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Psicóloga e feminista. Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo.

doméstica e sexual, a gravidez na infância/adolescência, as condições econômicas precárias, a dificuldade em continuar estudando e as famílias desestruturadas são lugar-comum em suas vidas.

O intuito desse artigo é expor a relação entre a prostituição de mulheres adultas e a exploração sexual de crianças, em sua maioria meninas. Para tanto, faremos uma reflexão teórica a partir da literatura feminista abordando os seguintes temas: a distinta socialização de mulheres e homens na sociedade patriarcal; a interiorização da objetificação de seus corpos como consequências deste processo de socialização distinta; a função da mídia nesse contexto; e uma discussão sobre a possibilidade da existência de liberdade de escolha nessas circunstâncias.

Com isso, pretende-se desmistificar a ideia de que a prostituição de mulheres adultas e a exploração sexual de crianças e adolescentes são dois fenômenos diferentes e separados. Defende-se, ao contrário, que ambos têm sua origem no sistema de dominação-exploração de todas as mulheres: o patriarcado.

## **2. Patriarcado: opressão comum a todas as mulheres**

Patriarcado se refere a um sistema de estruturas sociais, culturais e práticas nas quais os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres (WALBY, 1990). Nesse sentido, Saffioti (2004), por exemplo, evita falar apenas em “opressão de gênero”, adotando o termo *dominação-exploração* para referir-se às relações entre homens e mulheres e partindo da perspectiva de que essas relações se constituem por uma base material de exploração econômica<sup>3</sup> e uma base simbólica de dominação subjetiva e política.

Dessa forma, além das bases materiais para a manutenção do patriarcado, deve-se levar em consideração também a estrutura simbólica que o sustenta. Para Souza,

---

<sup>3</sup> O Relatório do Observatório da Cidadania (Social Watch) trouxe, em 2006, dados sobre a pobreza no mundo, em que se verifica que 70% das 1,3 bilhões de pessoas pobres no mundo são mulheres (entre meninas e adultas), bem como 67% dos 860 milhões de analfabetos são do sexo feminino.

o pressuposto da dominação simbólica é a sua assimilação natural e naturalizante, e para isso concorrem as várias instituições sociais. São múltiplas as instituições produtoras e reprodutoras de sentido: família; mundo do trabalho; escola; ciência; Estado; mídia; religião, etc. (2008, p. 173).

A existência do patriarcado, aliado à sociedade de classes, tornou necessário em certo momento histórico a instituição do casamento monogâmico, que teve como subproduto a prostituição:

A partir do momento em que há propriedade privada, faz-se necessário identificar o proprietário e preservar a manutenção desta propriedade. Para este fim, é instituído o casamento monogâmico, visando controlar a sexualidade feminina a fim de assegurar que a propriedade seja transmitida, pela herança, aos filhos legítimos do proprietário. Como neste modelo de sociedade, contudo, a propriedade não mais pertence à comunidade como um todo, o casamento monogâmico não é necessário a todos os membros da sociedade. Uma vez que nem todas as mulheres precisavam então casar e colocar sua sexualidade a serviço da reprodução da vida, algumas delas colocavam a sexualidade a serviço da satisfação de desejos masculinos (lembrando que a monogamia era exclusiva para a mulher) encontrando, na prostituição, um meio de sobrevivência. (AFONSO, 2014, p.37)

Dessa forma, divide-se a sexualidade feminina: “a da esposa, para procriação; e a da prostituta, para o prazer masculino, cada uma a sua maneira, ambas subjugadas aos desejos do homem” (AFONSO, 2014, p. 38). De modo semelhante, Lagarde (2015) argumenta que a sexualidade feminina é cindida em dois espaços vitais: um da procriação e outro do erotismo. Dessa forma, a prostituição e o matrimônio representam duas faces do mesmo problema: a dominação masculina que subjuga os corpos femininos em benefício dos homens.

O indivíduo masculino é visto como o modelo paradigmático de ser humano e, nesse sentido, é universalizado (LAGARDE, 2015). Portanto, a perspectiva masculina determina e valoriza o

modo de organização social, bem como suas instituições. Em contrapartida, a mulher é vista como “o Outro” e definida a partir do homem. Nas palavras de Beauvoir (1949, p. 14), “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”, e prossegue a autora:

Ela [a mulher] não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o ‘sexo’ para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1949, p. 14)

O papel que tem a mulher na sociedade é determinante para que a prostituição pareça sempre uma opção viável àquelas que precisam encontrar uma forma de sustento. Ao mesmo tempo, toda a violência intrínseca à prostituição (tais como as que serão exemplificadas em nossas considerações ao longo deste texto sobre a relação das personagens do filme com os clientes), dificilmente é acessada por aquelas que não estão nesse universo, o que pode passar a ilusão de que se trata de - conforme respaldado pelo senso comum - uma “vida mais fácil”.

A partir da dualidade criada para distinguir as mulheres entre *santas* e *putas*, a prostituição acaba representando socialmente a totalidade da vida das mulheres que se prostituem, acarretando na negação de outras facetas da sua vida (LAGARDE, 2015). É o que podemos observar que ocorre com Jéssica, no filme, uma vez que, ao descobrirem que ela estava se prostituindo, a família paterna da sua filha retira a sua guarda e limita as visitas da mãe à criança.

Albuquerque (2008) afirma justamente que, para preservar a esposa no lar e garantir o papel da família na reprodução social, a sociedade sustentou que este ambiente precisaria ser considerado “imaculado”, julgando, então, a todas as mulheres que não se

enquadrem nesse papel como prostitutas. Assim, a mesma sociedade - estruturada pelo patriarcado e pela divisão e desigualdade de classes -, que criou a prostituição, produziu também uma moral que a condena: “Uma sociedade produz determinada instituição e ao mesmo tempo precisa negá-la no plano das ideias, repudiando através dos valores” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 30).

### **3. Socialização, objetificação feminina e prostituição**

Muitos são os fatores que levam uma menina ou uma mulher a entrarem no mundo da prostituição. Entre esses fatores, precisamos destacar como causa fundamental a construção da sexualidade feminina na cultura ocidental. Por isso, é necessário termos em conta a socialização das mulheres, ou seja, a construção social da inferioridade ou da subordinação feminina (SAFFIOTI, 1987).

Em um contexto de relações de poder entre os sexos, é a partir da anatomia corporal que se atribuem papéis sociais distintos aos homens e às mulheres (SAFFIOTI, 1987; FREDERICKSON e ROBERTS, 1997). Os significados e as valorações conferidos a esses papéis são reproduzidos historicamente pela cultura (LERNER, 1990). As experiências e características associadas às mulheres são apresentadas como inferiores às masculinas, de forma que se identifica uma hierarquia entre essas representações de gênero.

As representações de gênero são culturalmente delimitadas e limitadas. Isso quer dizer que sobre o sexo biológico se impõe a interpretação cultural. O corpo anatomicamente definido como de homem ou de mulher é um texto a ser interpretado. Ele é escrito e lido pela cultura, que confere sentidos e valores específicos para um e outro sexo, estabelecendo uma hierarquia que define os lugares dos sexos na dinâmica da sociedade. Porém, apesar de socioculturalmente produzidas, as representações de gênero são atribuídas à natureza. O discurso do natural é o discurso da normalização, que permite que as hierarquias de gênero sejam constantemente afirmadas e, conseqüentemente, fixadas. (SOUZA, 2008, p. 173)

Com a frase “ninguém nasce mulher; torna-se mulher”, Beauvoir (1949, p. 13) argumenta que a feminilidade não é inata, mas sim apreendida pela mulher através da sua socialização. Conforme Fredrickson e Roberts (1997), as teorias da socialização demonstram que, devido a exposição constante a diversas pressões externas para atingir o padrão ideal de beleza, meninas e mulheres começam a experimentar a imposição de manter a aparência como a sensação de uma livre-escolha ou até mesmo como um atributo natural feminino.

Através desses estereótipos, a mulher está associada a valores considerados negativos, como a fragilidade, a sensibilidade e a resignação (SAFFIOTI, 1987). Mediante um permanente processo de interiorização<sup>4</sup>, exteriorização e objetivação de representações calcadas na desigualdade entre os sexos, o feminino e o masculino - socialmente construídos - são naturalizados (SOUZA, 2008). A feminilidade, ao contrário de um dado natural, é a distinção cultural e historicamente determinada que define a mulher a partir da sua condição enquanto sexo feminino e a define de forma excludente e antagonica em relação à masculinidade (LAGARDE, 2015). O destino da mulher é socialmente determinado a partir dos papéis hierárquicos de gênero que são atribuídos aos indivíduos do sexo feminino.

A teoria da objetificação desenvolvida por Fredrickson e Roberts (1997) fornece uma base para a compreensão acerca da experiência de ser mulher em um contexto de objetificação sexual do corpo feminino, bem como os riscos à saúde de mulheres e meninas submetidas à coisificação de seus corpos. A socialização a que são submetidas as mulheres corresponde a uma forma de violência, da qual faz parte a objetificação sexual, que ocorre quando um corpo de mulher, partes do corpo ou as funções sexuais são representadas

---

<sup>4</sup> O termo “interiorização” descreve a incorporação de padrões socialmente impostos, ou seja, como uma forma de controle da conduta individual, a interiorização significa que o mundo social, com sua multiplicidade de significados, passa a ser absorvido e interiorizado na consciência do indivíduo, desde criança (BERGER & BERGER, 1977)

separadamente da pessoa - reduzidos à condição de instrumentos - ou considerados como se fossem capazes de representar a totalidade dos indivíduos do sexo feminino (FREDRICKSON; ROBERTS, 1997). Nesse contexto, as mulheres são vistas como corpos disponíveis para o prazer masculino.

Ainda segundo as autoras, a transformação do corpo em objeto, também chamada de comodificação (*commodification*), reflete um processo de desumanização das mulheres, que passam a ser consideradas e valorizadas exclusivamente em decorrência de sua aparência, além de instrumentos para o prazer sexual masculino. Percebe-se, por conseguinte, a imagem do corpo fragmentado: a bunda, o peito, as pernas. Em decorrência disso, as mulheres não só crescem sendo tratadas como objetos, mas internalizam a sua auto objetificação.

Um estudo sociológico realizado na França, que se baseou em 95 entrevistas com clientes de prostituição, concluiu que a grande maioria dos homens nessa posição enxerga a mulher como bem de consumo. A partir da análise das entrevistas, esses homens foram agrupados em cinco diferentes tipos de 'perfil psicossocial', no entanto, o discurso de "consumidor de mercadoria" se repetiu em todos os perfis. De acordo com Said Boumama - sociólogo responsável pela pesquisa -, isto é fruto "da educação, da publicidade e da pornografia" (TATSCH, 2005).

Esses dados apontam que, mesmo que os consumidores de prostituição tenham ciência de que as mulheres prostituídas não se relacionariam com eles se não houvesse a mediação financeira, isto não importa, uma vez que a humanidade delas lhes é removida por aqueles que fazem uso de seus corpos para saciar quaisquer que sejam seus impulsos sexuais. As mulheres em situação de prostituição são reificadas, objetificadas. E objetos não precisam ter desejo. Não despertam empatia, tampouco respeito. Não precisam ter suas vontades levadas em conta. Coisas não sentem nojo ou dor. Coisas são feitas para serem usadas, consumidas, desgastadas. Coisas são destruídas pelo uso incansável, insaciável. São

definidas, até que delas mesmas não sobre mais nada, e chegue o momento de serem, então, substituídas por coisas novas.

Essas concepções são reforçadas por outro estudo sobre clientes de prostituição realizado nos Estados Unidos, no qual entrevistas com 101 homens consumidores de prostituição foram comparadas com entrevistas com outros 101 homens não consumidores. Entre os consumidores, foram muito comuns as comparações de prostitutas a *commodities*, ou a “um copo de café que você joga no lixo depois de usar” (BOUER, 2015). Este mesmo estudo afirma que os consumidores de prostituição apresentavam maior quantidade de relatos de terem cometido estupros e outras agressões sexuais contra mulheres, e de apresentar maior tendência de cometer agressões sexuais de forma geral do que os demais homens.

No filme *Sonhos Roubados* é possível perceber, em diversas cenas, reflexos da mais absoluta indiferença dos clientes pelos desejos, sensações ou emoções das adolescentes prostituídas. Talvez a única exceção seja a relação de carinho e consideração estabelecida entre Jéssica e Ricardo, em situação de cárcere. Sabe-se, no entanto, que esse tipo de romantização de relação entre prostituta e “cliente” (o mito do “príncipe encantado” que tira a mulher da prostituição) é exclusividade de filmes e romances<sup>5</sup>, sendo extremamente raro na realidade concreta das mulheres em situação de prostituição. As cenas do filme, que parecem dialogar de modo mais fiel com a realidade, são, como já dito, as de indiferença dos homens (que se traduzem em uma violência velada), e as de agressão e violência explícitas, como o estupro coletivo de Jéssica, o relacionamento abusivo entre Sabrina e seu namorado, os abusos sexuais sofridos por Daiane, vítima de pedofilia pelo seu tio, e a cena de programa de Daiane na praia, em que o cliente, além de se recusar a pagar, a agride fisicamente empurrando-a.

---

<sup>5</sup> Tal como o famoso filme “Uma linda mulher” (PRETTY Women. Direção: Garry Marshall. Produção: Arnon Michan; Steven Reuther; Gary W. Goldstein. Los Angeles: Touchstone Pictures, 1990. 1 DVD (119 min)).

As teorias da objetificação e da socialização nos permitem refletir sobre o motivo pelo qual a prostituição figura sempre como uma opção viável de sobrevivência para as mulheres, enquanto o mesmo não acontece com os homens. Quer dizer, devido à objetificação sexual e à socialização, meninas e mulheres internalizam que seu valor está intrinsecamente ligado à sua aparência física e que seu corpo representa um objeto para o prazer masculino (HEINE, 2015). Da mesma forma, essas teorias nos fornecem algumas respostas em relação aos motivos pelos quais os homens buscam o sexo pago por meio da prostituição.

#### 4. O papel da mídia

No capitalismo contemporâneo, a mídia tem papel fundamental na manutenção do *status quo* e, portanto, representa um espaço chave para a definição dos códigos de comportamento sexual, lançando julgamentos e estabelecendo as regras do jogo (MCROBBIE, 2009). Desse modo, a mídia influencia e molda os padrões de beleza, de feminilidade e de moda presentes na sociedade em dado contexto, através de

descrições textuais e visuais daquilo que é conveniente em matéria de aparência, caráter, gosto, personalidade, saúde, relacionamento afetivo e comportamento sexual, além de roteiros (mercadológica e cientificamente abalizados) das práticas e dos cuidados concretos necessários para alcançar e dominar os parâmetros de sensibilidade, sociabilidade e visibilidade almejados. (FREIRE FILHO, 2007, p. 119)

Nesse contexto, para McRobbie (2009), o patriarcado transforma a indústria da beleza e da moda, em conjunto com a mídia, nas autoridades e principais influências das jovens. Portanto, “a cultura popular, incluindo as revistas para mulheres, as indústrias da moda e da beleza, assim como os filmes e programas do gênero feminino”, cujo foco de atenção é a

sexualidade feminina, funcionam como disseminadores primários de um “novo tradicionalismo” (MCROBBIE, 2009, p. 34), isto é, do patriarcado articulado com o neoliberalismo.

A exibição dos corpos femininos como objetos de consumo se torna uma prática naturalizada e frequentemente utilizada em propagandas de produtos, bens ou serviços, influenciando diretamente a autoimagem de meninas e mulheres sobre si mesmas. Para Lagarde (2015), a exibição das mulheres na televisão, no cinema, na moda, nos concursos de beleza e na prostituição possui um caráter *pedagógico* porque ensina um estereótipo de mulher resumida a seu corpo erótico que serve ao prazer masculino.

Nessa mesma linha, McRobbie (2009) considera que as jovens se tornaram os principais sujeitos do discurso da liberdade neoliberal. Essa suposta liberdade seria pautada no individualismo, de forma que o consumo e a feminilidade são induzidos pela ideologia da escolha pessoal. Assim, promove-se um modelo de “empoderamento feminino”, cuja característica principal é a ligação ativa de jovens mulheres com novas “liberdades”, particularmente a liberdade sexual.

Nas palavras da autora (MCROBBIE, 2009, p. 18), “nós somos testemunhas de uma hiper-cultura da sexualidade comercial”<sup>6</sup>, na qual os corpos femininos estão continuamente expostos. Ao direcionar suas estratégias de manutenção do status quo principalmente às jovens, a mídia não só estimula o consumismo como também endossa comportamentos adultos por parte de meninas, inclusive com a erotização dos seus corpos.

Com isso, de um lado, a mídia estimula a infantilização das mulheres<sup>7</sup> e, de outro, a adultização das meninas. A adultização acarreta em um processo de erotização e sexualização da imagem de meninas. Isto é, são atribuídas ou associadas às meninas

---

<sup>6</sup> No original: “(...) we are witness to a hyper-culture of commercial sexuality (...)”.

<sup>7</sup> Na medida em que, por um lado, a reduz a seus corpos, não as enxerga como sujeitos pensantes e estimula sua inferiorização intelectual em relação aos homens; e, por outro, aliada à indústria da beleza, não lhes permite o envelhecimento natural de seus corpos.

características sexuais incompatíveis com sua idade e com seu desenvolvimento psicológico, são relacionadas às suas imagens insinuações de sensualidade que não correspondem às suas subjetividades e que não deveriam fazer parte do mundo infantil (APA, 2010).

Podemos constatar esse processo em diversos momentos do filme, o qual, apesar de retratar a vida de meninas adolescentes, conta com cenas de sexo que mais parecem objetivar a erotização da situação das jovens, do que estabelecer uma crítica, visto que busca retratá-las como mulheres capazes de tomar escolhas responsáveis, e não como meninas em situação de vulnerabilidade. Essa vulnerabilidade social faz com que elas assumam responsabilidades, como cuidar da casa, arranjar dinheiro para seu sustento e da sua família e cuidar dos filhos e/ou dos mais velhos. Por isso, passam elas próprias a se enxergar, por necessidade, enquanto mulheres adultas.

## 5. Livre escolha?

Com a hegemonia do neoliberalismo, a “livre escolha” se torna o principal argumento legitimador da prostituição, ignorando, sobretudo, o fato de que muitas mulheres ingressam na atividade quando ainda são menores de idade. Ao redor de todo o mundo, milhões de crianças e adolescentes são sexualmente exploradas todos os dias. De acordo com dados da Unicef, o turismo sexual envolvendo menores de idade atinge aproximadamente 1,8 milhões de vítimas<sup>8</sup>. No Brasil os números de crianças e adolescentes envolvidos na indústria do sexo também são alarmantes: a pornografia pedófila cresce aceleradamente, de modo que dados de 2006 informam que eram criados mil novos *sites* por mês, 52% deles expondo crianças de 9 a 13 anos e 12% expondo bebês de zero a três meses de idade<sup>9</sup>;

---

<sup>8</sup>Informação disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/07/sociedad/1407435469-195076.html>>. Acesso em: 20/07/2018.

<sup>9</sup> Dados de pesquisa realizada pela *SaferNet*. Disponível em: <<http://www.safernet.org.br/site/noticias/internet-contra-os-direitos-humanos>>. Acesso em: 20/07/2018.

e, de acordo com a Unicef, o número de crianças prostituídas no Brasil chegou a 250 mil em 2010<sup>10</sup>.

Entretanto, uma menina menor de idade que completa 18 anos não irá, repentinamente, fazer uma escolha vocacional pela prostituição (FARLEY, et al, 2004), fato que, até seus 18 anos incompletos, era social e juridicamente encarado como abusivo e exploratório. Uma pesquisa realizada em nove países indica que 47% das mulheres em situação de prostituição iniciou a atividade antes dos 18 anos. A mesma pesquisa descobriu que 68% dessas mulheres possuem sintomas de estresse pós-traumático tão ou mais alto do que os encontrados em veteranos da guerra do Vietnã (FARLEY, 2003).

No filme, por exemplo, todas as personagens são menores de idade e veem na prostituição uma oportunidade. Essa prática já se encontra completamente naturalizada em suas vidas. Evidente que a chegada da maioridade não trará consigo o consentimento, pois, além de normalizada, a prostituição se tratava de uma prática necessária aos sustentos daquelas garotas. As personagens, assim como a grande maioria das meninas e mulheres em situação de prostituição, tiveram muito pouco ou quase nenhum espaço social para ser outra coisa além de prostitutas.

Seguindo Gimeno (2012), embora seja inquestionável que a situação de uma mulher na prostituição pode variar de acordo com as suas necessidades materiais, sobretudo econômicas, há em comum a ideologia da escolha e do consentimento que, junto à questão do estigma, forma o centro do debate. Assim, o discurso (neo)liberal que assume a entrada na prostituição como produto de uma decisão livre ignora fatores estruturais e sociais que constroem o mercado do sexo, assim como o significado simbólico da prostituição na construção da cultura e das próprias subjetividades<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Informação disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/prostituicao-infantil.htm>>. Acesso em: 20/07/2018.

<sup>11</sup> “Para entender cómo el concepto de elección está estructurado por el género, la clase y la edad, bastaría mirar cómo funciona este mercado para darse cuenta de que es obvio que los hombres

No caso das três protagonistas, avaliamos que o filme dá a entender que Jéssica (que consegue um advogado, um namorado, tem o apoio do avô, obtém um trabalho e retoma a guarda da filha) e Daiane (que se torna capaz de denunciar o tio pedófilo, sair da relação de abuso, iniciar um trabalho em salão de cabeleireira, cuja dona - Dolores - também lhe dá um lugar para morar, suporte material e um significativo apoio afetivo-emocional) começam a estruturar suas vidas e deixar a prostituição. Já Sabrina (que não tem apoio da família, não encontra possibilidades de trabalho, é abandonada pelo parceiro e depara-se com a necessidade de criar sozinha o filho) permanece na prostituição. Esses elementos refletem como a prostituição de fato não se constitui para essas garotas como uma escolha: quando aparece um conjunto mínimo de estrutura material e rede de apoio psicoemocional, que, juntos, apontam para outras alternativas de subsistência e/ou objetivos de vida, elas conseguem sair da prostituição.

### **Considerações finais**

Para finalizar, endossamos nosso questionamento crítico à defesa da prostituição enquanto uma escolha livre das mulheres. Para isso, resumidamente retomamos os principais pontos levantados no presente artigo, quais sejam:

- (a) Desde crianças, nós, mulheres, somos socializadas a compreender nosso corpo feminino como uma espécie de “moeda de troca”. Isto é, que devemos ser bonitas, magras, elegantes, delicadas para agradarmos aos homens, em especial, e a sociedade em geral. Desde cedo, descobrimos

---

adultos compran los servicios sexuales de las mujeres y niños/as, que las mujeres no compran los servicios sexuales de otras mujeres adultas, que las personas pobres no compran los servicios sexuales de los ricos, ni los jóvenes de los viejos. Por tanto, estas dinámicas de género, clase y edad construyen y estructuran todo el mercado y sus dinámicas internas (Matthews, 2008, p. 33). Eso sin contar con la dominación simbólica que, en definitiva, es lo que hace posible que la estructura que sustenta todo el entramado sea vista como natural y, portanto, inevitable” (GIMENO, 2012, p. 155)

que se estivermos com roupas - e condutas - consideradas femininas, receberemos elogios relacionados à nossa aparência. Internalizamos que nosso valor está diretamente condicionado à nossa aparência física.

- (b) O fato de a prostituição ser majoritariamente exercida por mulheres, enquanto a maioria dos clientes é homem.
- (c) O item anterior está diretamente ligado à ausência de oportunidades iguais para as mulheres no mercado de trabalho, principalmente para mulheres periféricas e não-brancas<sup>12</sup>. Essas últimas são preteridas não somente pelos homens como também pelas mulheres brancas que detém privilégios de cor e classe.
- (d) Estudos indicam que a maioria das mulheres em situação de prostituição foi abusada na infância (FARLEY, 2004).

Como podemos falar em livre escolha quando a maioria das mulheres não possui outra opção? Nossa leitura do filme *Sonhos Roubados* (como uma das expressões possíveis da exploração sexual infantil na realidade brasileira), assim como dos números e dados relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes reforçam a necessidade de um olhar social atento para essa realidade e engajado no sentido de transformá-la. O Estado precisa agir na direção de formular políticas públicas para proteger e atender a todas essas meninas e adolescentes que tiveram suas infâncias roubadas.

Defendemos que pressionar por ações como essas são tarefas importantes do movimento feminista. Acreditamos, ainda, que excluir do público que deve ter acesso a ações sociais e políticas públicas

---

<sup>12</sup> Apesar de entendermos a problemática na utilização deste termo, por utilizar a etnia branca como referência às outras (e, de antemão, pede-se desculpas por isso), observa-se que a prostituição é um fenômeno, ou melhor, uma indústria global, que, por conseguinte, afeta mulheres de diferentes etnias. No Brasil, divide-se, comumente, as etnias em: branca, negra ou parda. Contudo, o movimento negro há muito denuncia o racismo presente na expressão “parda”. Para tentar abranger mulheres negras, latinas, asiáticas e de todas as etnias mais atingidas com a indústria do sexo, opta-se pelo termo “não branca”, a fim de não utilizar a expressão “mulheres de cor” - usualmente utilizada em trabalhos estadunidenses - por conta de sua conotação racista em nosso país, e por falta de outro termo que melhor se enquadre.

direcionadas a facilitar a saída da prostituição as mulheres que completaram 18 anos sob o discurso de que a partir desse momento, elas estão “aptas para escolherem livremente a prostituição como meio de sobrevivência”, representa, além de grave negligência, uma dupla violação dos direitos humanos dessas mulheres.

## 7. Referências

- AFONSO, Mariana Luciano. **Regulamentar para qué(m)?** As representações sociais de prostitutas sobre a regulamentação da “profissão”. 2014. (Mestrado Psicologia) – Programa de Pós Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- ALBUQUERQUE, Rossana Maria Marinho. **Para além da tensão entre moral e economia:** reflexões sobre a regulamentação da prostituição no Brasil. 2008. (Mestrado Psicologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- ÁLVAREZ, Ana de Miguel. La prostitución de mujeres, una escuela de desigualdad humana. **Revista Europea de Derechos Fundamentales**, Madrid, n. 19, p. 49-74, 2012.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION et al. Task Force on the Sexualization of Girls.(2010). **Report of the APA Task Force on the Sexualization of Girls**, 2010. Disponível em: <<http://www.apa.org/pi/women/programs/girls/report-full.pdf>>.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo 1:** Fatos e mitos. São Paulo: Círculo do Livro, 1949.
- BERGER, Brigitte; BERGER, Peter L. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: BERGER, Brigitte; BERGER, Peter L. **Sociology: A Biographical Approach**. 2ª ed. Nova Iorque: Basic Books Inc., 1975. pp. 49-69. Tradução: Richard Paul Neto.
- BOUER, Jairo. **Homem que paga por sexo tem muito em comum com estuprador**, diz estudo. Disponível em: <<http://doutorjairo.blogosfera.uol.com.br/2015/09/01/homem-que-paga-por-sexo-tem-muito-em-comum-com-estuprador-diz-estudo/>> Acesso em: 22/09/2018.

FARLEY, Melissa. Et al. Prostitution and Trafficking in Nine Countries: An Update on Violence and Posttraumatic Stress Disorder. **Journal of Trauma Practice**, Nova Iorque, vol. 2, n. 3-4, p. 33-74, 2004. Disponível em: <<http://www.prostitutionresearch.com/pdf/ProstitutioningCountryes.pdf>>. Acesso em: 04/04/2018.

\_\_\_\_\_. Prostitution, Liberalism and Slavery. **Logos: A Journal of Modern Society & Culture**, Nova Iorque, v.12, n. 3. 2013. Disponível em: <<http://logosjournal.com/2013/farley/>>. Acesso em: 05/08/2018.

FREDERICKSON, Barbara L.; ROBERTS, Tomi-Ann. Objectification Theory: Toward Understanding Women's Lived Experiences and Mental Health Risks. **Psychology of Women Quarterly**, Michigan, v. 21, n. 2, p. 173-206, jul., 1997.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 2ª Ed. México: Siglo XXI Editores, 2015.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

MCRORBIE, Angela. **The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change**. Londres: Sage Publications, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SOUZA, Sandra Duarte de. Educação, trabalho e socialização de gênero: quando ser mulher pesa mais na balança da desigualdade social. **Educação & Linguagem**. Ano 11, n. 18, p. 170-185, jul-dez. 2008.

TATSCH, Constança. **Estudo decifra o perfil dos clientes de prostitutas**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/fto6o2200514.htm>> Acesso em: 22/09/2018.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

## **Por quem mulheres entram no crime? Um estudo das relações de submissão feminina à luz do documentário “Se eu não tivesse amor”**

*Yasmin da Silva Amaral<sup>1</sup>*

### **Introdução**

O documentário que se propõe analisar neste espaço aborda a vida de cinco mulheres apenadas no Instituto Penal Talavera Bruce, do Rio de Janeiro, destacam-se os motivos que levaram cada uma delas ao envolvimento com o crime, sendo forte a influência de seus companheiros para tanto. O ingresso dessas mulheres no sistema prisional em razão da relação de submissão que tinham com os respectivos companheiros. Diversos são os casos de mulheres que aderem ao sistema em decorrência dessa relação que aparenta ser afetiva, mas é abusiva.

O objetivo dessa análise é demonstrar o surgimento da ordem patriarcal e as suas implicações na vida das mulheres, que padecem por estas determinações que tanto julgam e subestimam todas e cada uma delas. Pretende-se, assim, discorrer quanto às consequências desse sistema patriarcal influenciam na forma de se relacionar dessas mulheres, os motivos de tanta insegurança, que determina a aderência a relacionamentos abusivos e de submissão.

---

<sup>1</sup>Advogada. Graduada em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público.

A inserção delas nas relações de submissão podem produzir efeitos que as afetarão para sempre, visto se tratar de uma violência estrutural, que abrange não só o âmbito físico, mas psicológico, pois a mulher é em uma sociedade que já a descartou pelo simples fato de ser mulher.

O sistema patriarcal traz consequências graves à vida de todas as mulheres. A concepção de mulher criada por essa sociedade ocidental e patriarcal, que a fez submissa e dependente, é, contrariando as evoluções científicas, arcaica e degradante. Mulheres são inferiorizadas pelo simples fato de serem mulheres, visto que a opressão é muito anterior a qualquer identidade, e, em contrapartida, homens são ovacionados e a eles são oportunizadas diversas situações pela simples crença de que, por ser homem, será mais apto e capaz para qualquer atividade.

Portanto, a fim de interligar a evolução da mulher nesta sociedade patriarcal e a construção das relações que derivam deste entendimento de que a mulher deve ser submissa ao homem, devendo sempre prezar pelo atendimento dos desejos dele, às histórias trazidas pelo documentário, é que se passa a entender e contextualizá-lo.

## **2. A mulher sob dominação patriarcal**

A interpretação determinista biológica segue, desde a Idade da Pedra, sendo aplicada, em razão da superioridade do homem ser um fato natural e válido até o presente. À mulher, entretanto, foi designada a divina função biológica, razão pela qual, se a natureza traz diferentes formas para homens e mulheres, não há que se falar em domínio masculino ou desigualdade sexual. (LERNER, 1986).

Os homens, na posição de dominantes, superiores em aptidões e força, habituado com a utilização de armas, dentro de um contexto social que os faz protetores e onde definem a mulher como seres mais vulneráveis (LERNER, 1986), construíram o papel da mulher na sociedade. “Os papéis sociais são aprendidos à

medida que os indivíduos adquirem a cultura de seu grupo, embora possam os papéis tornar-se uma parte tão íntima de sua personalidade que são representados sem que se tenha consciência de seu caráter social” (CHINOY, 1967, p. 39). “As ideias da classe dominante são também as ideias dominantes de cada época, ou, em outras palavras, a classe que é a potência material dominante da sociedade é também a potência espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 1986, p.11).

O patriarcado é uma forma de poder político, conforme afirma Carole Pateman “a sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder dos pais, no mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens enquanto homens, ou enquanto fraternidade. O contrato original é feito depois da derrota política do pau e cria o patriarcado fraternal moderno”. (PATEMAN, 1993, p. 12). Considerando que este conceito que se refere especificamente à sujeição das mulheres e singulariza a forma de direito político que os homens exercem apenas por serem homens. (PATEMAN, 1995). Nesse sentido, a socióloga Heleieth Saffioti, desde uma perspectiva feminista do patriarcado, conecta o capitalismo com a dominação masculina, ensinando ser o patriarcado mais do que um sistema de dominação, um sistema de exploração. Assim, a dominação atua nos campos ideológico e político, e a exploração no campo econômico. (SAFFIOTI, 1987).

Logo, o ideal machista que sustenta o sistema patriarcal dá ao homem o poder e a condição de dominação da mulher e a esta a obrigação de se submeter ao poder do *macho*. (SAFFIOTI, 1987). As mulheres são sujeitos dentro de uma relação desigual com homens e, nesta condição, submetem-se a situações de violência forçadamente, por não haver poder suficiente para que elas consentam. (SAFFIOTI, 2004). A violência contra as mulheres é uma expressão do patriarcado e, ainda que dentro da perspectiva feminista e marxista a mulher seja vista como sujeito social, esta é historicamente vulnerável à dominação masculina. (SANTOS; IZUMINO, 2005)

A instituição dos estudos de gênero busca desconstruir as definições de feminino e masculino. Entretanto, as pessoas tornam-se homens e mulheres de acordo com as escolhas promovidas dentro de um conjunto da civilização. “Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro.” (BEAUVOIR, 1980, p. 9). As crianças não nascem sabendo a diferenciação entre homens e mulheres, reconhecem apenas as que constituem o corpo, de forma que a criança do sexo feminino só se apresenta como tal porque houve a intervenção de outrem na sua vida. (BEAUVOIR, 1980).

É possível verificar a dominação que todos os homens presentes na vida destas mulheres, hoje encarceradas, exerceram durante a relação. Oriundas de uma cultura machista imposta que cresceu com elas e fez com que elas se relacionassem dessa maneira. A submissão é consequência da intrínseca dominação patriarcal que todas as mulheres aprendem desde a infância, começando pela relação com os pais.

Se a família patriarcal é o modelo sobre o qual se estabelecem as relações políticas, isso deve implicar em dizer que a forma de exploração, abuso, marginalização e controle das mulheres – uma vez que fez parte da estrutura de domínio da família patriarcal – também influenciou as relações mais amplas de poder, relacionadas ao Estado, à administração e à organização geral da sociedade (LACERDA, 2010, p. 72).

Esta dominação é que gera as situações do documentário aqui analisado. Essas mulheres, envolvidas e apaixonadas por estes homens, que trazem para elas os sentimentos de inferioridade e baixa auto-estima, agem a fim de comprovar esse amor e de trazer proteção e apoio a este parceiro. É a maneira, dentro do contexto social a que estão inseridas, normalmente periférico, que elas encontram de demonstrar a afeição que acreditam ser necessária para continuar merecendo o amor daquele homem.

“Assim, o patriarcado opera como um tipo de prisão conceitual, produzindo e reproduzindo estruturas organizacionais em que predominam o sexo e os valores masculinos” (MORGAN, 1996, p. 217). A estrutura do patriarcado se organiza em características minuciosas e aparentemente sensatas, mas que são associadas ao estereótipo masculino da sociedade ocidental.

Ser homem é o considerado natural, não há o que justificar ou explicar, o homem está no seu direito apenas por ser homem, já a mulher será contestada por suas ações como mulher, quer seja em prol de homens ou não. (PATEMAN, 1986). Dessa forma, entende-se que o patriarcado é a base da subalternidade feminina, de forma o fato de se reproduzirem as estruturas sob a ótica masculina, faz com que a figura da mulher seja contestada.

### **3. O patriarcalismo por trás das relações de submissão**

A violência de gênero decorre de uma relação de poder do homem e submissão da mulher. Os papéis de homem e mulher são ensinados desde a infância e assentes ao longo da história. Nesta sociedade patriarcal, as relações de violência são fruto da socialização das pessoas (TELES, 2002). Historicamente as mulheres constituem o papel de meras reprodutoras, tal entendimento foi consolidado com o passar do tempo e perpetuado pelo sistema patriarcal. A liberdade dos homens se concretiza na adoção de um contrato sexual, sendo este uma história de sujeição feminina. Este pacto traduz a voz do patriarcado ao estabelecer um direito político dos homens sobre as mulheres, bem como o acesso daqueles, ao corpo destas (PATEMAN, 1995).

A submissão é marca das relações entre homens e mulheres. Este contrato sexual regula os comportamentos sexuais das mulheres, comprovando que a submissão é tão antiga quanto a ideia

de patrilinearidade<sup>2</sup>. Este conceito de submissão traz consequências, inclusive, na justiça criminal, quando esta relação de subalternidade da mulher faz com que os julgados não sejam imparciais. O machismo vem incrustado no pensamento que gera as decisões.

Nestes termos, vê-se que os julgados, muito antigos ou recentes, associam a desconstituição do matrimônio ao rompimento de quaisquer dos termos do contrato sexual que uma mulher, invariavelmente, precisa aceitar para se relacionar com um homem.

ANULACAO DE CASAMENTO. RELACOES SEXUAIS ANTERIORES, INCLUSIVE COM TERCEIROS. GRAVIDEZ ATRIBUIDA AO MARIDO. NEGACAO POSTERIOR E SAIDA DO LAR. SENTENCA CONFIRMADA. (Apelação Cível Nº 583022280, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Werter Rotunno Faria, Julgado em 24/08/1983)

APELAÇÃO. ANULAÇÃO DE CASAMENTO. ERRO ESSENCIAL EM RELAÇÃO A PESSOA DO CÔNJUGE. OCORRÊNCIA. A existência de relacionamento sexual entre cônjuges é normal no casamento. É o esperado, o previsível. O sexo dentro do casamento faz parte dos usos e costumes tradicionais em nossa sociedade. Quem casa tem uma lícita, legítima e justa expectativa de que, após o casamento, manterá conjunção carnal com o cônjuge. Quando o outro cônjuge não tem e nunca teve intenção de manter conjunção carnal após o casamento, mas não informa e nem exterioriza essa intenção antes da celebração do matrimônio, ocorre uma desarrazada frustração de uma legítima expectativa. O fato de que o cônjuge desconhecia completamente que, após o casamento, não obteria do outro cônjuge anuência para realização de conjunção carnal demonstra a ocorrência de erro essencial. E isso autoriza a anulação do casamento. DERAM PROVIMENTO. (SEGREDO DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70016807315, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 23/11/2006)

---

<sup>2</sup>Patrilinearidade é definir o sistema de filiação na ordem do patriarca. Com a morte do pai, os filhos têm a consanguinidade dele. A filiação passa dos homens para as filhas e estas darão filhos ao grupo do seu marido.

De nada importou que um processo tenha sido julgado há 34 anos e o outro há quase onze, no contexto histórico que analisa a submissão da mulher, tem-se a certeza de que a aplicação do contrato sexual que limita e pune a mulher nos termos decididos pelo homem que gerencia essa relação segue valendo até os dias atuais.

As consequências dessa atuação machista, corroborada pelo sistema patriarcal, traz, informações atuais, de que as mulheres vivem em decorrência das limitações estabelecidas dentro do contrato assumido com o companheiro. Conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016<sup>3</sup>, dentre as mulheres entrevistadas 83% tem medo de morrer assassinada; 85% tem medo de ser vítima de agressão sexual; 62% tem medo de sofrer violência por parte da Polícia Militar e 57% por parte da Polícia Civil; e 90% tem medo de sofrer violência por criminosos.

Diante disso, a partir das estatísticas apresentadas e da relação de dominação patriarcal referida, constata-se que a mulher vive, através de um controle social formal e informal, normalmente em estado de privação, ou seja, ainda que inserida num contexto social, suas necessidades e reivindicações são ignoradas ou atacadas. O controle social que se inicia na família, ao invés de proteger, duplica a vitimização feminina, pois além de refém das violências trazidas pela conduta masculina, a mulher é violentada institucionalmente num sistema que reproduz a violência das relações sociais patriarcais. (ANDRADE, 2007). Nesse sentido, fala-se em privação como a negação da própria existência humana, ou seja, da destituição de bens essenciais à vida humana (MIYAMOTO; KROHLING, 2012).

Inclusive, isso é uma das causas para que a mulher se sujeite às relações de submissão, pois conforme Hannah Arendt leciona, o ser humano vive como dois em um, no sentido do ser enquanto ser e no ser enquanto social, isto é, o ser consciente e um ser aparente

---

<sup>3</sup>FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, ano 10, 2016.

(ARENDDT, 1993), possuindo cada indivíduo a sua existência privada - original - e sua existência pública. Dessa forma, a mulher, no contexto de dominação, é coagida a moldar seu ser aparente, público, de acordo com o exigido no sistema patriarcal a fim de sobreviver no mesmo.

A sexualização da condição de mulher influencia também no comportamento delinquente. O papel da mulher é condicionado, também, a sua dependência sexual. De forma que, quando há quaisquer desvios do seu papel sexual, sua conduta será criminalizada. “As tarefas da mulher estão ligadas ao jogo de afeto, à culpa e à dependência sexual. Cumpre um papel social desvalorizado. Pois só é relevante no seio da família e nas escassas derivações deste ambiente.” (MIRALLES, 2015, p. 197).

Diante disso, a delinquência destas mulheres vêm intimamente associada com a relação que elas possuem com estes homens que, aproveitando-se da submissão, as influenciam da maneira que melhor os convém. No decorrer do documentário, a própria história de Jennifer corrobora com essa condição. Mesmo dentro de um contexto social longe da periferia, quando envolvida num casamento e apaixonada por aquele homem que aparentava amá-la, envolveu-se em uma situação de cárcere. Jennifer aceitou que o marido trocasse as malas que ela utilizaria para viajar, mesmo desconfiada da atitude dele, inclusive quando ele a contesta, ela afirma que confia e acredita nele. A mulher, mesmo quando se acha no controle da relação, quando aparentemente se sente segura e capaz, se vê determinada a realizar o ato que for pra demonstrar amor.

A família, através deste controle social informal, embasa os ensinamentos desta mulher à luz desse sistema patriarcal, ela cresce sabendo seus limites e a quem deve obediência. Posteriormente, fora das instâncias familiares, ainda que ela queira ou se veja capaz de desmistificar todos estes aprendizados, a sociedade confirma todo o ensinamento familiar, deixando de

romper com os estereótipos e ainda colocando essa mulher sobre um maior domínio e opressão. (ANDRADE, 2007).

#### **4. Reflexos da relação de submissão no âmbito criminal**

O trabalho exercido por mulheres e homens é realizado de forma que, o das primeiras traz as relações de reprodução e atuação privada, já o segundo as relações de política e de vida pública. Às mulheres, resta o predestinado futuro que lhes reservou serem *belas, recatadas e do lar*.

As mulheres são tratadas como dependentes dos homens, o que de fato são, pois a sociedade patriarcal as faz duvidar da própria capacidade de evoluir psicológica e financeiramente. Elas estarão subordinadas à família, que será gerenciada pelo homem provedor e abusador da sua condição.

Nesse sentido, destaca-se novamente a história de Jennifer, uma jovem francesa que se envolveu com um homem e este enxertou drogas na sua mala.

O sistema patriarcal acentuou as relações de dominação do homem e de subordinação da mulher, cujos papéis sociais eram bem claros quanto à superioridade do homem em relação à mulher, da inferioridade da mulher em relação ao homem, da demarcação precisa e intransponível dos espaços sociais, do público para o homem e do espaço privado para a mulher. (MIYAMOTO; KROHLING, 2012, p. 228).

O advento do capitalismo ratifica as condições de inferiorização da mulher, de forma que ela já estando em uma posição social de desvantagem, automaticamente supervaloriza a atuação do homem. A mulher passa a perder espaço e progressivamente marginalizar a sua força produtiva (SAFFIOTI, 1979). A marginalização da condição de trabalho da mulher, somadas a toda estrutura patriarcal em que esta baseou seu crescimento, aos métodos utilizados pelo capitalismo e as relações de submissão que

decorrem da eterna busca pela satisfação deste homem que a envolve em uma história de violência disfarçada de amor, é que se configura o atual sistema carcerário feminino no Brasil.

Suzzane Finstad criou um estudo comparativo para diferenciar a vida da mulher em casa e na prisão, no seu trabalho, intitulado “Somos todas prisioneiras” (1976), é trabalhada a ideia de semelhança entre as sociedades familiar e prisional. O esquecimento da mulher dentro do ambiente doméstico é tal qual o esquecimento da mulher encarcerada. Teresa Miralles, da mesma forma, analisa a mulher como uma eterna prisioneira da própria condição e ela afirma que “na família, a mulher sofre a privação de identidade e não pode tomar o próprio lugar - ocupa o campo que lhe impõe-, fica fora do movimento social, com limitações físicas - na célula nuclear - e recebe coerções físicas, econômicas e ideológicas.” (MIRALLES, 2015, p. 196).

Há a necessidade de vincular as práticas criminosas à submissão da mulher ao homem, pois elas só reafirmam a fragilidade imposta para a mulher como condição de viver em sociedade. É esta condição de submissão que faz com que estas mulheres, como as analisadas no documentário, ingressem no mundo do crime. Elas apoiam o companheiro e precisam comprovar a todo instante que são merecedoras do amor que elas acham que eles sentem.

Mulheres são merecedoras de proteção e devem buscar este alento em relações masculinas. Os homens que fazem parte deste tipo de relação aplicam todos os conceitos aprendidos desde a infância sobre patriarcado e submissão e fazem dessa relação, que deveria ser afetiva, uma relação de trabalho disfarçada, onde há, claramente desigualdade das partes deste contrato. O homem determina os termos e a mulher, por amor, os acolhe.

No decorrer do documentário, a história de Luciana, sintetiza muito bem o funcionamento de um relacionamento abusivo e controlador desde o início. Luciana se envolveu um homem que conheceu em um baile, numa favela carioca. Ela, após já estar

envolvida e apaixonada, descobre que ele é traficante de drogas. Ele, sob a alegação de gostar dela, escondeu esta situação. Ela, na sua posição de mulher agindo pelo amor que já vinha sentindo afirma que, por gostar dele, ficaria com ele diante de qualquer situação.

Alba Zaluar, uma antropóloga brasileira, através de uma pesquisa<sup>4</sup>, constatou que mais da metade das mulheres entrevistadas que faziam parte do sistema do tráfico de drogas, atuavam em papéis subordinados, realizando funções de menor prestígio dentro da hierarquia existente no sistema. Ainda, os próprios homens presentes dentro do tráfico estabelecem o tipo de mulher que querem ao lado deles e as que merecem estar na companhia deles. Nas palavras de Zaluar "a mulher verdadeira do bandido é aquela que, junto com a mãe e as irmãs, o ajuda na hora do sufoco, quando está na prisão e precisa de dinheiro, advogado, roupas, comida e tudo mais" (Zaluar, 1993, p. 181).

Ainda que os pesquisas, como as do INFOPEN, comprovem o crescimento da incidência de mulheres envolvidas no crime, especificamente no tráfico de drogas, este próprio crime é subdividido de maneira a hierarquizar em razão do gênero, a ideologia tradicional de gênero é curiosamente refletida nas dinâmicas internas da rede do tráfico de drogas (ZALUAR, 1993).

Subestimadas dentro da própria família, na constância da relação afetiva e, quando esta traz a mulher para dentro do sistema do tráfico de drogas, novamente é subjugada e posta em situações de inferioridade. Ademais, quando a consequência de estar inserida nessa relação é o encarceramento, novamente será comprovada sua submissão. A situação das mulheres, segundo Espinoza:

[...] é mais grave porque sua exclusão precede o ingresso na prisão, permanece durante sua estada e se pereniza depois da obtenção da liberdade. Isso significa que o estigma de serem

---

<sup>4</sup>Alba Zaluar realizou estudos, no ano de 1993, em favelas do Rio de Janeiro, a fim de obter dados de funcionamento das bocas de fumo, bem como da atuação da mulher dentro do tráfico de drogas e a influências das ideologias de gênero.

“mulheres e pobres” as acompanha permanentemente no exercício das atividades laborativas. De catadoras de lixo, empregadas domésticas, vendedoras ambulantes, atendentes, engraxates de sapato, costureiras, passarão a trabalhar na prisão como passadeiras, arrumadeiras, costureiras, entre outras ocupações de mínima relevância no mercado de trabalho (ESPINOZA, 2004, p. 135).

A submissão das mulheres ao sistema patriarcal faz com que elas, muitas vezes, envolvam-se e submetam-se a determinadas situações em razão de uma figura masculina próxima, como a vida no crime. O INFOPEN traz alguns dados sobre a população carcerária feminina brasileira, verificando-se, especialmente, o principal tipo penal encontrado e as motivações para seu acontecimento.

Conforme o INFOPEN de junho de 2014, 63% das mulheres encarceradas respondem pelo crime de tráfico de drogas. Com isso, analisando-se as motivações do crime, algumas pesquisas apontam que a principal causa de envolvimento da mulher no crime decorre de alguma figura masculina (BARCINSKI, 2012).

Como exemplo, cita-se o caso da pesquisa elaborada por Fernanda de Magalhães Dias Frinhani e Lídio de Souza, na qual, através dos dados coletados, viu-se que das dez detentas entrevistadas, cinco estão presas em razão de tráfico de drogas induzido e/ou influenciado pelo companheiro. Três por outros crimes que decorreram de envolvimento com homens que agiam no crime ou pela dor da separação com estes e duas pelo assassinato dos companheiros, onde eram vítimas de violência. (FRINHANI; SOUZA, 2005).

Ademais, o próprio documentário traz dados importantes acerca do encarceramento de mulheres, ao analisar que, na penitenciária feminina, Talavera Bruce (2008/2009, RJ), nove entre cada dez detentas estão presas em razão de crime cometido e/ou influenciado pelo marido ou companheiro. As histórias trazidas pela documentário analisam cinco, entre tantas, mulheres ultrapassarem as barreiras do lícito em prol do amor. Conta, na

versão dessas mulheres, seus sentimentos e motivações, suas crenças sobre amor e reciprocidade, sobre a submissão e o desejo de ser amada e reconhecido pelo homem que escolheram viver. Conta, muito além disso, como as histórias mudam depois do encarceramento e do abandono que todas sofreram após abdicar da própria liberdade por estes homens.

Mulheres são encarceradas em decorrência da situação de submissão que estão inseridas desde o seu nascimento. Elas nascem e crescem aprendendo a ouvir, caladas, ordens e determinações de homens, ainda que em uma hierarquia supostamente inferior a ela. O sistema patriarcal gera a ideia de que um homem sempre será superior a uma mulher, pelo simples fato de que ele nasceu homem e porque a sociedade faz dele o centro de tudo.

O documentário traz, dentre as cinco histórias, duas que envolvem tráfico de drogas. A história de Luciana, uma mulher negra, periférica, condenada por tráfico de entorpecentes a 10 anos de prisão, é um clichê. Conheceu o namorado em um baile, na favela, envolveu-se com ele e descobriu, já estando apaixonada, que ele era traficante. No decorrer da história, Luciana conta que disse ao companheiro que gostava tanto dele e que aceitaria ficar com ele em qualquer situação.

Mulheres são ensinadas a serem e sentirem-se frágeis, de modo que buscam em um relacionamento a segurança que, em todos os âmbitos da vida, lhe foram tiradas. Novamente nas palavras dela *“ele já tava ali, ele foi um buraco pra mim entrar, se não fosse por ele eu não estaria ali”*. O sistema do tráfico traz sentimentos de poder e liberdade que mulheres na situação de Luciana raramente ousaram sentir.

Após a prisão, entretanto, e diferentemente do que ocorre quando os homens são encarcerados, as mulheres são abandonadas, na fala de uma das entrevistadas *“na vida do crime, a mulher do cara tem a obrigação de estar ali ajudando financeiramente, sempre presente”*, tanto pelo companheiro que as

fez ingressar no sistema, quanto pela família. Novamente Luciana *“falar que ama lá fora é fácil, aqui dentro é difícil. Aqui dentro a gente vê quem ama e quem não ama. Aqui dentro muitas coisas nossas morrem, pro mundo lá fora a gente tá morta”*.

Já história de Jennifer comprova que a submissão da mulher não está apenas associada com as condições de vulnerabilidade decorrentes da condição social. Ela é uma jovem francesa, branca, que conheceu o marido aos 15 anos, em uma festa. Um dia ele pagou uma viagem para ela e a irmã virem ao Rio de Janeiro e, no retorno, presenteou-a com uma mala. Já no aeroporto ela foi abordada com cocaína dentro da mala e presa por tráfico internacional.

A maior prova da relação de submissão se dá quando um homem se vê no direito de utilizar do sentimento da companheira em benefício próprio. Este homem não se preocupou com as consequências que isso poderia trazer, como trouxe, à vida de Jennifer. Esse é o poder que o patriarcado concede ao homem, o de poder utilizar da mulher, inclusive do seu corpo, como bem entender e sem a necessidade do consentimento desta. E nem essa situação grave faz a mulher desconectar da relação de amor submisso. Quando questionada se ainda amava o marido, ela *“acho que sim, tenho que dizer a verdade, né?! Acho que se eu ver ele nem vou perguntar nada, só vou abraçar ele e perguntar se a gente pode recomeçar de novo. Por isso eu não quero mais conviver com ele, não quero mais saber dele.”*

### **Considerações finais**

A vida de uma mulher não vale nada sob a ótica masculina que corrobora o sistema patriarcal. Os homens aproveitam-se da condição de fragilidade feminina, criada por este sistema patriarcal ocidental do qual eles mesmos fazem parte e ditam as regras. A mulher é como um fantoche guiado pela suposição do amor. Mulheres amam, mas não acreditam ser amadas, e para provar a

todo momento que são merecedoras do amor que desejam, fazem tudo que o homem, na condição de ditador das regras desse relacionamento, quer.

Este documentário trata sobre diversas histórias e diversos crimes, entretanto, o motivo do ingresso no sistema, bem como a consequência real para o futuro destas mulheres será a mesma: o estigma. Durante a narrativa, uma das detentas afirma que *“a sociedade nunca vai ver a gente com outros olhos (...) aqui dentro a gente sai marcado, embora a gente já tenha cumprido o tempo todo, pagado o preço aqui, é pra vida toda, essa aí foi uma ex presidiária”*.

Dessa forma, entende-se que a condição de mulher ditada pela sociedade patriarcal, ainda que analisada em documentações antigas, segue sendo muito presente, constante e real. A colocação de inferioridade da mulher em relação ao homem resiste aos séculos. Não sendo mais a mulher submissa ao homem que vivia em casa a cuidar do lar, atualmente a mulher sai de casa para sofrer assédios e privações. Trabalha por salários menores, em condições degradantes. É forçada a entrar no crime por amor, por lealdade, e por muitas vezes paga com o próprio corpo e a própria força física. Dá apoio, sustento e amor ao companheiro e à família e, quando mais precisa do retorno, vê-se desamparada.

“Se eu não tivesse amor” é, não só o título do documentário, mas uma frase que transcreve os motivos que fizeram aquelas mulheres ingressarem no sistema carcerário, porque se elas não tivessem aquele amor não estariam lá, mas, muito além, se a sociedade, abdicando do contexto patriarcal, incetivasse o amor próprio dessas mulheres, elas não se submeteriam a este tipo de amor e o tipo correto de amor não enseja a prisão.

## Referências

- ANDRADE, Vera Regina Pereira. A Soberania Patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Revista de Direito Público*, n. 17, jul.-ago.-Set./2007. p. 57.
- ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Tradução de Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p.102.
- BARCINSKI, Mariana. Mulheres no Tráfico de Drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Contextos Clínicos**, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v5n1/v5n1a07.pdf>>. Acesso em: 25/08/2018.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: 2. a experiência vivida. 3.ed. Tradução de Sergio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b, 500 p.
- \_\_\_\_\_. **O Segundo Sexo**: 1. fatos e mitos. 4.ed. Tradução de Sergio Millet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 13.
- \_\_\_\_\_. **Todos os homens são mortais**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1983.
- CHINOY, Ely. **Perspectiva Sociológica**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1967.
- ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.
- FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; SOUZA, Lídio de. Mulheres Encarceradas e Espaço Prisional: uma análise de representações sociais. **Revista Psicologia**, v. 7, n. 1, jul/2005, p. 61-79.
- LACERDA, Mariana Basso. Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. 2010. 117 p. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre literatura e arte**. São Paulo: Global, 1986.
- MIRALLES, Teresa. A mulher: o controle informal. In: BERGALLI, Roberto;

RAMÍREZ, Juan Bustos. **O Pensamento Criminológico II: uma análise crítica.** Rio de Janeiro: Revan, 2015.

MIYAMOTO, Yumi; KROHLING, Aloísio. Sistema Prisional Brasileiro sob a Perspectiva de Gênero: invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. **Direito, Estado e Sociedade**, n. 40, jan/jun 2012, p. 223-241. Disponível em: <<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/gartigo40.pdf>>. Acesso em: 25/08/2018.

MORGAN, Gareth. **Imagens das Organizações.** São Paulo: Atlas, 1996.

PATEMAN, Carole. **El Contrato Sexual.** Barcelona: Anthropos, 1995, p. 11-12

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho.** São Paulo: Moderna, 1987, p. 79

\_\_\_\_\_. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 79-80.

\_\_\_\_\_. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 383.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência Contra as Mulheres e Violência de Gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **E.I.A.L.**, v. 16, n. 1, 2005, p. 147-164.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O Que É Violência contra a Mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 18.

ZALUAR, Alba. 1993. Women of gangsters: Chronicle of a less-than-musical city. **Estudos Feministas**, ano 7, 1º semestre/1999, p. 135-142. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16869/15450>>. Acesso em: 25/08/2018.